

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

IGNACIO GABRIEL SAN MARTIN ARAYA

ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA DE INDÍGENAS ESTUDANTES NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: DESAFIOS E RESISTÊNCIA

Belém – Pará

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

IGNACIO GABRIEL SAN MARTIN ARAYA

ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA DE INDÍGENAS ESTUDANTES NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: DESAFIOS E RESISTÊNCIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Pará

Orientadora: Professora Dra. Voyner Ravena-Cañete

Belém – Pará

2024

IGNACIO GABRIEL SAN MARTIN ARAYA

**ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA DE INDÍGENAS ESTUDANTES NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: DESAFIOS E RESISTÊNCIA**

Defesa de Dissertação

Banca Examinadora:

Denise Machado Cardoso

Maria do Socorro Rayol Amoras

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

G118e Gabriel San Martin Araya, Ignacio.
Estratégias de Permanência de Indígenas Estudantes na
Universidade Federal do Pará : Desafios e Resistência / Ignacio
Gabriel San Martin Araya. — 2024.
105 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Voyner Ravena-cañete Dissertação
(Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2024.

1. Resistência indígena. 2. Indígenas estudantes. 3. UFPA.
4. Permanência . 5. Políticas de Ações Afirmativas. I. Título.

CDD 301.071

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as mães que tornaram esta pesquisa possível. Em primeiro lugar, à mãe de minha mãe, Iris Marianela Araya Alvarez, que sempre me encorajou a seguir meus sonhos. Sua força e determinação são uma inspiração constante para mim.

À minha mãe, Maribel Ximena Araya Alvarez, que é o meu mundo. Sua paciência, amor e apoio incondicional foram a base sobre a qual pude construir este trabalho. Ela me ensinou a importância da educação e do conhecimento, e por isso sou eternamente grato.

Quero também dedicar este trabalho às mães que encontrei em Belém, em particular à professora Voyner Ravena Cañete. Ela me apresentou à mãe UFPA, uma instituição que se tornou um lar longe de casa e um lugar de grande aprendizado e crescimento.

Além disso, gostaria de saudar as mães que participaram da minha pesquisa, seja orientado ou co-criando este texto. Sua contribuição foi inestimável e este trabalho não seria o mesmo sem a sua participação.

Finalmente, esta dedicação se estende a todas as mães, em todas as suas formas. Àquelas que nos dão vida, àquelas que nos criam, àquelas que nos ensinam e àquelas que nos inspiram. Este trabalho é um testemunho do seu amor, sacrifício e dedicação.

A todos vocês, dedico este trabalho. Obrigado por tornarem o mundo possível.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que tornaram esta pesquisa possível. Primeiramente, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e à CAPES-DS, cujo apoio financeiro me permitiu dedicar-me exclusivamente à pesquisa nos últimos dois anos.

Agradeço também ao Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB) e ao Programa de Alianças para a Educação e Capacitação (PAEC). O GCUB, com sua missão de promover relações acadêmicas, científicas e culturais entre as instituições associadas e parceiros internacionais, e o PAEC, uma iniciativa conjunta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Grupo de Universidades Brasileiras (GCUB), que visa promover a integração das universidades brasileiras com os países do continente americano, incentivando o intercâmbio científico e cultural.

Aproveito a oportunidade de agradecer as pessoas que compõem o projeto IQ os quais contribuíram na realização deste trabalho e também o grupo de pesquisa VISAGEM o qual eu faço parte, com muito afeto me fizeram entrar no mundo da antropologia visual.

Estou grato pela oportunidade de explorar essas iniciativas em minha pesquisa e espero que meu trabalho possa contribuir para melhorar o apoio aos indígenas estudantes na UFPA.

Por fim, gostaria de expressar minha gratidão a todos os e as indígenas estudantes que participaram desta pesquisa. Suas experiências e perspectivas foram inestimáveis para este trabalho. Agradeço-lhes por compartilharem suas histórias e por sua coragem e resiliência diante dos desafios. Em especial a Associação dos Povos Indígenas Estudantes da Universidade Federal do Pará, sobretudo sua diretoria que me acolheu e construímos esta pesquisa em conjunto.

Este trabalho é um testemunho do poder da educação e da importância da diversidade e inclusão no ambiente acadêmico. A todos vocês, meu sincero obrigado.

RESUMO

A Universidade Federal do Pará – UFPA é conhecida como uma das instituições públicas que mais recebe discentes indígenas e quilombolas, por meio do Processo Seletivo Especial-IQ. Embora, ela seja conhecida como uma das pioneiras a reservar vagas para indígenas discentes, conforme o Relatório divulgado no Seminário IQ, nota-se um número expressivo de desistências nos cursos. Dessa forma, a presente dissertação tem como objetivo geral identificar e descrever as estratégias de resistência para a permanência de indígenas estudantes na UFPA. Para alcançar tal objetivo, durante a pesquisa de campo, entre 2021 e 2023, tomei uso dos pressupostos teóricos e metodológicos da etnografia multisituada e digital, antropologia visual e o enfoque biográfico, esta pesquisa traz as narrativas de trajetória de vida e de luta de indígenas estudantes, bem como as ferramentas que foram criadas a partir da pressão dessas estudantes. Como considerações, concluo que embora a universidade reserve vagas para as e os indígenas estudantes na UFPA, ainda há muito caminho a percorrer para combater o racismo existente na instituição, bem como, a melhoria e ampliação nas políticas para a permanências dos e das indígenas na universidade. Pois, foi possível notar desafios enfrentados por eles, como a adaptação à escrita acadêmica, mudança de cidade e de qualidade de vida, além do enfrentamento do racismo. Concluo esta pesquisa apontando duas questões: a primeira, os processos de transformação na universidade se devem a pressões realizadas pelos próprios indígenas discentes, que compõem a Associação dos Povos Indígenas Estudantes da Universidade Federal do Pará, assim como, as ações realizadas em conjunto com professoras; nesse sentido, a UFPA precisa criar uma política institucional eficiente contra a evasão de indígenas estudantes, através da ampliação de quantidade de bolsas de auxílio permanência e moradia, por exemplo.

Palavras-chave: Resistência indígena. Indígenas estudantes. UFPA. Permanência na universidade. Políticas de Ações Afirmativas.

ABSTRACT

The Federal University of Pará/UFPA UFPA is known as one of the public institutions that receives the most indigenous and quilombola students through the Special Selection Process-IQ. However, although it is recognized as one of the pioneers in reserving vacancies for indigenous students, according to the report presented at the IQ Seminar, a significant number of dropouts are observed in the courses. Therefore, this dissertation aims to identify and describe the resistance strategies for the permanence of indigenous students at UFPA. To achieve this objective, during the field research, between 2021 and 2023, the theoretical and methodological assumptions of multisited and digital ethnography, visual anthropology, and biographical approach were used. This research presents the narratives of life trajectory and struggle of indigenous students, as well as the tools created from the pressure exerted by these students. As conclusions, it is concluded that although the university reserves vacancies for indigenous students at UFPA, there is still a long way to go to combat the existing racism in the institution, as well as to improve and expand policies for the permanence of indigenous people in the university. Challenges faced by them were observed, such as adaptation to academic writing, change of city and quality of life, as well as facing racism. This research concludes by pointing out two issues: first, the processes of transformation in the university are due to pressures exerted by the indigenous students themselves, who are part of the Association of Indigenous Peoples Students of the Federal University of Pará, as well as actions taken in conjunction with professors; in this sense, UFPA needs to create an effective institutional policy against the evasion of indigenous students, through the expansion of the number of permanent assistance and housing scholarships, for example.

Keywords: Indigenous resistance. Indigenous students. UFPA. University permanence. Affirmative Action Policies.

RESUMEN

La Universidad Federal de Pará - UFPA es conocida como una de las instituciones públicas que más estudiantes indígenas y quilombolas recibe, a través del Proceso de Selección Especial-IQ. Sin embargo, aunque se la reconoce como una de las pioneras en reservar vacantes para estudiantes indígenas, según el informe presentado en el Seminario IQ, se observa un número significativo de abandonos en los cursos. Por lo tanto, esta disertación tiene como objetivo general identificar y describir las estrategias de resistencia para la permanencia de los estudiantes indígenas en la UFPA. Para lograr este objetivo, durante la investigación de campo, entre 2021 y 2023, se utilizaron los supuestos teóricos y metodológicos de la etnografía multisituada y digital, la antropología visual y el enfoque biográfico. Esta investigación presenta las narrativas de trayectoria de vida y lucha de los estudiantes indígenas, así como las herramientas creadas a partir de la presión ejercida por estos estudiantes. Como conclusiones, se concluye que aunque la universidad reserva vacantes para los estudiantes indígenas en la UFPA, todavía queda mucho camino por recorrer para combatir el racismo existente en la institución, así como para mejorar y ampliar las políticas para la permanencia de los indígenas en la universidad. Se observaron desafíos enfrentados por ellos, como la adaptación a la escritura académica, el cambio de ciudad y calidad de vida, además de enfrentar el racismo. Se concluye esta investigación señalando dos cuestiones: en primer lugar, los procesos de transformación en la universidad se deben a presiones ejercidas por los propios estudiantes indígenas, que forman parte de la Asociación de Pueblos Indígenas Estudiantes de la Universidad Federal de Pará, así como acciones realizadas en conjunto con profesores; en este sentido, la UFPA necesita crear una política institucional eficaz contra la evasión de estudiantes indígenas, mediante la ampliación de la cantidad de becas de ayuda permanencia y vivienda, por ejemplo.

Palabras clave: Resistencia indígena. Estudiantes indígenas. UFPA. Permanencia en la universidad. Políticas de Acciones Afirmativas.

LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia
ADIS - Assessoria de Diversidade e Inclusão Social
ADQ - Associação dos Discentes Quilombolas
AEE - Associação de Estudantes Estrangeiros
APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APYEUFPA - Associação dos Povos Indígenas Estudantes da Universidade Federal do Pará
ATL - Acampamento Terra Livre
BIA - Brasileira de Indígenas Antropólogos
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDHEP - Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo
CENTUR - Centro Cultural Tancredo Neves
CEPS - Centro de Processos Seletivos
CIAC - Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos
CIE - Coordenadoria de Integração Estudantil
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CMIG - Coordenadoria de Monitoramento de Indicadores da Graduação - CMIG
COANT - Coordenação Antirracista de Belém
CONSEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
COVID-19 - *Corona Vírus Disease 2019*
DADD - Diretoria de apoio a docente e Discentes
DCE - Diretório Central dos Estudantes
ERE - Ensino Remoto de Emergência
FEPIPA - Federação dos Povos Indígenas do Pará
FIFEP - Festival Internacional do Filme Etnográfico do Pará
ICB - Instituto de Ciências Biológicas
ICJ - Instituto de Ciências Jurídicas
ICSA - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
MEC - Ministério da Educação
MOBAF - Mobilidade Acadêmica Afirmativa

MST - Movimento sem Terra

MULUNGU - Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará

NDE - Núcleo Docente Estruturante

PAPIT- Políticas Afirmativas para Povos Indígenas e Populações Tradicionais

PIB - Povos Indígenas no Brasil

PPGA - Programa de Pós-Graduação em Antropologia

PPGL - Programa de Pós-graduação e Letras

PPGSA - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia

PSE - Processo Seletivo Especial

PSE-IQ - Processo Seletivo Especial Indígenas e Quilombolas

PROEG - Pró-Reitoria de Ensino e Graduação

PROEX - Pró-Reitoria de Extensão

PROFIND - Programa de Formação de Professores Indígenas

PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

RCN - Referencial Curricular Nacional

RU - Restaurante Universitário

RVPI -Reserva de Vagas para Povos Indígenas

SAEST - Superintendência de Assistência Estudantil

SECDH - Secretaria Extraordinária de Cidadania e Direitos Humanos

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

UEAM - Universidade do Estado do Amazonas

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFPA - Universidade Federal do Pará

UNESP - Universidade Estadual de São Paulo

UNI - União das Nações Indígenas

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNITERCI - Universidade da Terceira Idade

WYKA KWARA - Associação Multiétnica Wyka Kwara

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Ingresso anual do PSE-Indígenas e Quilombolas

Gráfico 2: Percentual de ingresso de Indígenas e Quilombolas estudantes na UFPA

Gráfico 3: Distribuição de indígenas estudantes nos cursos de licenciaturas, bacharelados ou tecnológico, 2023

Gráfico 4: Ingresso PSE-Indígenas por áreas

Gráfico 5: Indígenas alunos por Status

LISTA DE QUADRO E FIGURAS

Quadro 1: Eixos que norteiam as ações do Projeto IQ - Conhecimento e Resistência

Figura 1: Levante contra a votação do Marco Temporal em 2023

Figura 2: Levante contra a votação do Marco Temporal em 2023, entrevista

Figura 3: Abertura dos Diálogos Amazônicos em junho de 2023.

Figura 4: Atividade apresentação de pesquisa de Vivi Arapaso

Figura 5: Lançamento de Dados Censo 2022 IBGE em Belém

Figura 6: Virginia Arapaso e Putira Sacuena na gravação documentário “Mulheres Indígenas na UFPA”

Figura 7: Mapa do território Putira Sacuena

Figura 8: Semana do Calouro dos Povos Indígenas 2022

Figura 9: Logo da APYEUFPA

Figura 10: Povos indígenas estudantes na Universidade Federal do Pará

Figura 11: Indígenas estudantes presentes da APYEUFPA em manifestação

Figura 12: IV Seminário IQ, refletindo sobre os 10 anos de lei de cotas raciais

Figura 13: Indígenas discentes da graduação e pós-graduação na atividade do projeto IQ

Figura 14: Da esquerda para a direita: professora Maria Amoras e Solange Gayoso, coordenadoras do Projeto IQ

Figura 15: Registro da equipe responsável pelo lançamento do Programa de Territórios de Acolhimento e Integração

Figura 16: Imagem - Mosaico produzido por indígenas estudantes, no evento: Justiça Climática na Amazônia: Qual o papel das juventudes

Figura 17: Marcha nacional, Marco Temporal Não

Figura 18 : Marcha nacional, Marco Temporal Não, foto da bandeira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - Percursos Teóricos e Metodológicos	8
1.1 Metodologia	8
1.1.2 Teorizando a antropologia visual	10
1.2 Contextualizando o campo e atores da pesquisa	14
1.3 Uma retrospectiva do movimento indígena no Brasil: a luta pelo direito à educação	18
1.4 O acesso à Educação Superior pelos Indígenas na Universidade Federal do Pará: As políticas de ações afirmativas na Educação Superior	22
1.5 Algumas considerações	27
CAPÍTULO 2 – “Nas assembléias” e nas Universidades - Indígenas Intelectuais Na Universidade	29
2.1 As trajetórias de Putira Sacuena e Virginia Arapaso: A APYEUFPA e a luta pela garantia e permanência dos direitos dos e das indígenas estudantes da UFPA	29
2.2 O Processo Seletivo Especial/PSE da Universidade Federal do Pará/UFPA: Análise dos Relatórios apresentados nas edições do Seminário do Processo Seletivo Especial de 2022 e 2023	45
2.2.1 Os I e II Relatórios do Seminário do Processo Seletivo Especial (2022 e 2023)	47
2.3 A Assessoria da Diversidade e Inclusão Social/ADIS	51
2.4 Projeto IQ, conhecimento e resistência	53
2.5 Programa de Territórios de Acolhimento e Integração da UFPA	59
CAPÍTULO 3 - Modos de vida e resistência de indígenas estudantes da UFPA	63
3.1 Notas sobre resistência de indígenas estudantes da UFPA	63
3.2 Modos de vida: o Nhengatu, a língua do cotidiano na trajetória de vida de Elaine Baré	70
3.2.1 O benzimento como proteção do mundo não-indígena	77
3.3 Crise climática	81
3.3.1 Marcha nacional, Marco Temporal Não	82
3.4 Etnografia de eventos: “Entre Rios e Palavras”, Experiências de indígenas mulheres na Universidade Federal do Pará	85
3.4.1 Márcia Kambeba: O Silêncio como sabedoria milenar	86
3.4.2 Luana Kumaruara	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

Conforme conta De Mugaburu (1935), quando os expedicionários de Pedro de Valdivia¹ avistaram o vale que atualmente a cidade de Copiapó está localizada, ao observarem de longe sua vegetação, exclamaram cheios de júbilo: 'Água!'. Os indígenas que acompanhavam Valdivia repetiram a palavra em sua língua, gritando 'copi', que significa água. Este grito ('copi') foi transmitido aos que vinham mais atrás, seguido das palavras 'a' e 'po', que significam 'disse' e 'chefe' respectivamente, as quais, unidas ao 'copi' anterior, teriam formado a palavra Copiapó, que, resumidamente, significaria “Água disse o chefe”, nessa cidade localizado na região do Atacama no Chile, cresci e passei maior parte de minha vida.

Na primeira vez que vim ao Brasil, em 2017, vim estudar em um programa de intercâmbio acadêmico na Universidade de São Paulo. Durante essa experiência, fui estagiário no Núcleo Comunitário de Justiça Restaurativa e Educação Popular localizado em Capão Redondo, espaço em que realizei minhas primeiras reflexões sobre como o racismo afeta a sociedade brasileira. Assim, acompanhei um grupo de mulheres jovens e negras que investigam questões sobre memória, liderança, violência, mobilidade urbana no bairro e saúde comunitária no Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo/CDHEP.

Foi fundamental compreender que todas essas pesquisas tiveram como foco o lugar em que vivem, para isso foi preciso entender a relação entre território e vivência, já que seguindo o pensamento de Souza (2003), o uso do espaço físico desenvolve um aspecto não apenas material, mas também aponta para uma carga que se projeta nas relações sociais. Capão Redondo, segundo seus próprios habitantes, é classificado como periferia e essa compreensão social encontra respaldo no contexto histórico da própria região, que nasce em meados dos anos de 1940 até 1980, e foi construída a partir do binômio centro-periferia. Tal binômio remete a uma realidade, na qual, grupos sociais são separados por grandes distâncias, em que ricos ficam nos bairros centrais com boa infraestrutura e a periferia fica delegada aos pobres (Caldeira, 2000).

Neste contexto além das condições do território existe uma pouca incorporação das mulheres na ciência (Blazquez, 2008) tornando-se a educação um campo de difícil acesso, mas só desde um ponto de vista oficial já que a participação no espaço público permitiu reformas em políticas públicas que desenvolvem alternativas para um direito social que historicamente

¹ Primeiro colonizador do Chile.

se foi construindo entorno na exclusão das mulheres, especificamente as negras (Henriquez, 2017).

A centralidade do reconhecimento como articulador dessa experiência torna-se fundamental ao entender este grupo de trabalho como comunidade que luta. Assim como Svartman e Silva (2016), vivenciei o ideal articulador desse grupo de mulheres na transformação social, que possibilita uma experiência de educação popular crítica e que buscava a compreensão do contexto, que é levado a entender o funcionamento social. Refletindo como racismo estrutural afetava no desenvolvimento psicológico, até o ponto de adoecer mentalmente na vida das pessoas.

Nesse período, também, me envolvi em outro projeto, no marco da cátedra de psicologia Cultural, o qual contemplava a realização de visitas em aldeias indígenas, em áreas próximas à São Paulo. Em agosto de 2017, em uma das idas a campo, no Pico do Jaraguá, conheci pessoas do povo Guarani, que estavam realizando uma ocupação de protesto, devido a anulação da Portaria Declaratória nº 581/2015, do governo Dilma. A Portaria declarava 532 hectares na região noroeste de São Paulo como área de ocupação tradicional Guarani da Terra Indígena Jaraguá².

O raciocínio do Ministro é de uma crueldade chocante: ele admite que no passado, por culpa do próprio governo federal nossos direitos foram ignorados, e fomos confinados em uma área de 1,7 hectare, onde vivem hoje espremidos 700 dos nossos parentes. Porém, para ele, se novamente o governo federal falhou ao ignorar o seu próprio erro por mais de 5 anos, quem deve ser punido somos nós, o povo guarani, novamente! (Comissão Guarani Yvyrupa/CGY).

Nesse período, comecei a coordenar um grupo de arrecadação de cestas básicas em conjunto com outros estudantes estrangeiros que se solidarizaram com a questão, assim, elaboramos registros para mídias de outros países. A folha de São Paulo³ divulgou essa notícia:

Figura 1: Notícia da Folha de São Paulo

Os índios protestavam contra uma decisão do Ministério da Justiça, do final de agosto, que revogou a demarcação de mais de 500 hectares de terra para uma reserva no pico. Segundo eles, a portaria 638 "atende diretamente aos interesses" do governo paulista -a saber, "vender nosso território sagrado para exploração da iniciativa privada", como informaram em nota.

Fonte: Folha⁴ de São Paulo, 2017

² Disponível em: <[SP: O Pico do Jaraguá é Guarani, reafirmam indígenas \(povosindigenas.blog.br\)](http://SP: O Pico do Jaraguá é Guarani, reafirmam indígenas (povosindigenas.blog.br))>. Acesso em: 20 set. 2021.

³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1919196-indigenas-deixam-ocupacao-no-pico-do-jaragua-apos-acordo-com-governo.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2021.

⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1919196-indigenas-deixam-ocupacao-no-pico-do-jaragua-apos-acordo-com-governo.shtml>. Acesso em: 20 set. 2021.

Por meio de minha experiência na psicologia comunitária, como ferramenta na ação da defesa da memória e dos Direitos Humanos, compreendo a memória como algo que ocupa uma posição de poder na trama social, um território conflituoso no qual convergem as diversas forças sociais, tensionando os discursos e práticas desses lugares. Segundo Pollack (2006), há um caráter problemático na construção das memórias, referindo-se ao fato de que a memória de certos grupos foi silenciada porque está em conflito com as memórias dominantes.

Dessa forma, introduz o conceito de memórias subterrâneas, as quais estão ancoradas em certos lugares geridos por grupos que buscam disputar um espaço na trama social. Além disso, incorpora o termo memória enquadrada para indicar que os grupos dominantes de uma sociedade ou instituições organizadas de um território, como o Estado, através de um enquadramento estabelecem modos institucionais de manutenção da memória (Pernasetti, 2009).

Particpei de um grupo de pesquisa em dita temática, desempenhando-me como transcritor de entrevistas a pessoas que foram resistência em tempos de ditadura, trabalhando com esses documentos com todo o resguardo ético possível devido a sensibilidade das narrações que faziam parte da pesquisa. A aproximação com a temática permitiu que meu estágio final para me formar como psicólogo, fosse em um lugar de memória (Jelin, 2002), no museu Casa Memória Valparaíso, espaço gerenciado pelo Coletivo “19 de Noviembre”⁵. A Casa Memória Valparaíso representa um lugar de resistência, o qual funcionou como ponto de encontro para diversas organizações estabelecerem diálogos sobre a defesa dos direitos humanos no ano 2019, que marcou no Chile a volta de um Governo autoritário (Salazar, 2019), no qual, em meu trabalho, na tentativa de garantir os direitos humanos, vivenciei a violação de direitos humanos por parte de instituições como a Polícia e a Milícia.

Além disso, a perda de meu irmão também é um dos motivos principais que me motiva em me tornar pesquisador, ele era professor de história, me convidava a olhar a narrativa e a escrita como meios para vivenciar o mundo, em sua condição de indígena homem, meu irmão, também criou um laço afetivo com a temática da educação e diálogo entre indígenas e não indígenas no Chile.

Em 2021, participei de uma convocatória internacional para ingressar no curso de mestrado da Universidade Federal do Pará. A escolha pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA se deu como uma tentativa de compreender como a epistemologia das ciências pode coexistir com a cosmologia indígena (Rosa, 2019), traçando

⁵ A história do nome do coletivo remete a data do falecimento de Gonzalo Muñoz, assassinado na ditadura militar.

um diálogo entre os mundos que os indígenas transitam. Dessa forma, o projeto de pesquisa que apresentei tinha como foco acompanhar os trabalhos realizados na Casa de Saúde dos povos indígenas, localizado no bairro de Icoaraci em Belém/PA. Essa pesquisa, tinha ênfase no processo recursivo, no qual a relação entre o significado de saúde e biomedicina poderia ser dialogada a fim de reconhecer as formas de afirmação de identidade que ocorrem naquele campo.

Nesse sentido, o objetivo do projeto era descrever como ocorria a interseção de práticas medicinais entre os povos indígenas que vivem no Estado do Pará e os serviços de saúde associados. Ou seja, o projeto visava aumentar a análise do conjunto de saberes e formas de cuidado utilizados pelos povos indígenas, bem como seus processos relacionais e transacionais, no campo da biomedicina. Aportando no diálogo de formas de cura e entender como a ciência indígena poderia se incorporar em sociedades não-indígenas, por conta da emergência sanitária - pandemia do covid-19 - e o desmonte institucional por parte do governo de Bolsonaro com respeito aos povos indígenas, essa proposta não foi desenvolvida.

Minhas primeiras disciplinas no mestrado ocorreram de forma remota em 2021, assim, tive o privilégio de compartilhar esse espaço virtual com indígenas e quilombolas estudantes, chegando a fazer amizades e parcerias acadêmicas. Em alguns relatos desses estudantes a escrita acadêmica aparecia como algo muito estressante, dado que o domínio sobre a linguagem técnico-acadêmica é relatado como um problema entre eles, além do esforço que envolve compatibilizar seus tempos de vida com a grade acadêmica, por envolver muitas leituras.

Outros fatores relatados, estão relacionados à dificuldade ao acesso à internet, isso me fez refletir sobre as motivações dos meus colegas em continuar ocupando o espaço universitário mesmo com a presença de diversas problemáticas. Cheguei a uma primeira conclusão de que o compromisso ético e político em prol da defesa de seus territórios faz afrontar os desafios de se incluir e permanecer no espaço universitário, foi nesse momento que decidi que minha temática seria uma tentativa de compreender como os indígenas estudantes resistem na universidade e como é a relação do conhecimento indígena do não-indígena.

Na condição de estrangeiro, também coleciono desafios cotidianos, entre eles, a de me integrar na cidade que tem ritmo, códigos e paisagens diferentes das cidades por qual já vivi no Chile, e, devo ressaltar, que a questão da língua se torna central nessa dinâmica, já que falar português às vezes não é suficiente para gerar uma comunicação com um outro.

Na UFPA, notei que a universidade é dividida estruturalmente em 4 grandes áreas: básico, profissional, área da saúde e o Parque de Ciência e Tecnologia. O bloco D, localizado

na área do básico, por exemplo, também conhecido como o bloco da diversidade, trata-se de um espaço compartilhado entre as associações de estudantes estrangeiros, quilombolas e indígenas. Através de minhas vivências neste bloco, desde o início do mestrado no PPGSA, interpreto esse espaço como um lugar em que indígenas, quilombolas e estrangeiros se reúnem para realizar suas lutas.

Alguns colegas estrangeiros, relatam sobre um abandono parcial da instituição por conta da dificuldade em gerar atividades que integrem e propiciem diálogo com respeito às especificidades culturais ali existentes. O reflexo disso foi que, durante a pandemia em 2020, muitos não tiveram acesso às aulas de língua portuguesa para estrangeiros, atividade que presencialmente só foi oferecida em 2022.

Acompanhado dessas reflexões, ao frequentar a Associação dos Povos Indígenas Estudantes da Universidade Federal do Pará – APYEUFPA, em relatos de indígenas estudantes de graduação, encontrei algumas similaridades nas problemáticas anteriormente descritas: a dificuldade de se acostumar à escrita acadêmica e a experiência de racismo em sala de aula e fora dela. Tais situações derivam justamente do fato de não serem incluídos nas dinâmicas de aulas, devido à dificuldade no uso da língua portuguesa, dado não ser essa sua língua materna. Tornando a universidade um espaço desafiador, situando minha pesquisa nesse foco.

Devo dizer que ao realizar esta pesquisa sinto-me igualmente afetado, assim como descrito por Jeanne Favret-Saada (Siqueira & Favret-Saada, 2005[1991], p. 159), pois estou ocupando o mesmo lugar, de não-lugar, do desconhecido e de cultura distinta, portanto, “[...] é preciso aceitar ocupá-lo, em vez de imaginar-se lá, é pela simples razão de que o que ali se passa é literalmente inimaginável”. Assim, as experiências de indígenas estudantes em contextos universitários figuram como uma questão central em meu trabalho, dada minha própria vivência como “outro” no interior institucional e em seus meandros administrativos e acadêmicos. As dificuldades vivenciadas nesses percursos me tocaram pessoalmente, assim como tocaram meu olhar sobre esses outros “outros” que não são eu mesmo.

Diante do contexto tratado, portanto, esta pesquisa traz a seguinte pergunta: Quais são as estratégias de permanência que criaram os indígenas estudantes da Universidade Federal do Pará no período de 2021 e 2023? Como tais estratégias podem ser vistas como um processo de ações de resistência na interface com a sociedade não indígena?

Dessa forma, a pesquisa possui como objetivo geral identificar e descrever as estratégias de resistência na permanência de indígenas estudantes da UFPA. E como objetivos específicos: a) Descrever as ferramentas oferecidas pela UFPA aos indígenas estudantes, que

contribuam para a permanência na universidade; b) Construir em conjunto com indígenas estudantes da UFPA, dados qualitativos acerca das ações afirmativas e seus impactos em sua vida acadêmica; c) Realizar produções audio-visuais com os e as indígenas estudantes da Universidade Federal do Pará sobre suas estratégias de permanência, desafios, oportunidades e expectativas em sua vivência no campus Guamá.

Os e as indígenas discentes que colaboram com essa pesquisa, são estudantes matriculados em cursos de graduação, pós-graduação, bem como aqueles que já se formaram na UFPA, mas ainda possuem algum tipo de vínculo com a Associação dos Povos Indígenas Estudantes da Universidade Federal do Pará/APYEUFPA. A intenção é trazer um caráter geracional, ou seja, realizar o diálogo de estudantes de diferentes áreas de conhecimento e territórios, como também aqueles que em suas narrativas enfrentam desafios específicos, como ter que trazer toda a família para morar na cidade de Belém.

Para alcançar os objetivos propostos, fiz uso dos pressupostos teóricos e metodológicos da etnografia multisituada e digital, metodologias indicadas para compreender as complexidades culturais e os diferentes contextos que se situam em minha pesquisa. Na etnografia multisituada e digital, é essencial fazer uso do enfoque biográfico, bem como uso da antropologia visual como forma de apreender os dados. Assim, esta dissertação é dividida em três capítulos.

No capítulo 1, o objetivo é apresentar a estrutura e o desenvolvimento do percurso metodológico adotado, bem como, parte da literatura revisada. Dessa maneira, primeiro apresento as metodologias usadas nesta dissertação, começando pela revisão bibliográfica, continuando com etnografia multisituada e digital, para depois apresentar um recorte literatura relacionada a antropologia visual trazendo um diálogo com enfoque biográfico; em seguida, apresento o local e atores no qual desenvolvi a pesquisa. Para finalizar, o primeiro capítulo realizou o percurso de como as ações afirmativas surgiram no Brasil e especificamente na Universidade Federal do Pará.

Neste capítulo, apresento as trajetórias de Putira Sacuena e Virginia Arapaso, primeiras indígenas mulheres a ocupar a presidência da Associação dos Povos Indígenas Estudantes na Universidade Federal do Pará/APYEUFPA. Por meio de suas trajetórias, é possível compreender como as ações afirmativas têm sido asseguradas a indígenas discentes da UFPA, pois, é a partir de 2012, que um grupo de indígenas discentes passaram a se reunir com as gestões responsável pela elaboração do edital do Processo Seletivo Especial/PSE.

Realizei a análise dos dados de dois relatórios apresentados durante as edições de 2022 e 2023 do Seminário do Processo Seletivo Especial, nesses relatórios, foi possível notar que durante os primeiros anos do PSE, houve diversas desistências e poucos indígenas estudantes se formavam no tempo hábil, demonstrando que as dificuldades elaboradas por eles e elas, refletiam em sua jornada acadêmica.

Nesse sentido, em seguida, apresento a Assessoria da Diversidade e Inclusão Social/ADIS, que tem por objetivo promover a igualdade e valorizar os grupos historicamente marginalizados dentro da UFPA. Também discorro sobre o Projeto IQ - Conhecimento e resistência, que possui como objetivo apoiar e contribuir para a permanência de estudantes de comunidades tradicionais na universidade, por meio de apoio acadêmico e pedagógico, formação crítica, assistência estudantil e assessoria. E para finalizar, apresento o programa “UFPA - Territórios de Acolhimento e Integração”, que possui como intuito instituir na universidade uma cultura de acolhimento aos diferentes discentes da UFPA, em especial, os e as indígenas estudantes, quilombolas e discentes com deficiência.

O capítulo três tem por objetivo apresentar o percurso de leitura sobre as categorias analíticas que orientam a pesquisa. Inicialmente apresentarei uma abordagem teórica e empírica sobre a resistência indígena no contexto educativo e uma conceitualização do modo de vida através de uma interdisciplinaridade do referencial teórico. A justificativa desse capítulo se concentra em dar relevância ao entendimento e valorização dos modos de vida dos povos indígenas, suas práticas e saberes, suas formas de resistência na universidade, para assim avançar na construção de modelos de educação que respeitem e valorizem a diversidade cultural.

CAPÍTULO 1 - Percursos Teóricos e Metodológicos

Neste capítulo, descrevo meu percurso teórico e metodológico adotado na realização desta pesquisa. Dessa maneira, primeiro apresento as metodologias usadas nesta dissertação, começando pela revisão bibliográfica, continuando com etnografia multisituada e digital, para depois apresentar um recorte literatura relacionada a antropologia visual trazendo um diálogo com enfoque biográfico; em seguida, apresento o local e atores no qual desenvolvi a pesquisa. Para finalizar, o primeiro capítulo realizou o percurso de como as ações afirmativas surgiram no Brasil e especificamente na Universidade Federal do Pará.

1.1 Metodologia

Durante a investigação, a revisão bibliográfica foi uma das formas de buscar materiais já existentes acerca do tema estudado. As plataformas usadas para a busca dos dados foram: google acadêmico, scielo, redalyc, Biblioteca UFPA, Portal de Periódicos da CAPES, Associação Brasileira de Antropologia/ABA, CLACSO, Youtube, entre outras fontes. Nas buscas foram usadas as palavras-chave: educação indígena, lei de cotas, resistência indígena, ações afirmativas no ensino superior, PSE UFPA e sistema de cotas. Na sequência dessa apropriação bibliográfica, construí o arcabouço informativo necessário para, em seguida, começar a dialogar através da construção de vínculos com organizações que envolvessem indígenas estudantes da Universidade Federal do Pará/UFPA.

A Etnografia *multisituada*, de acordo com Oscar Grillo (2019), é uma abordagem de pesquisa qualitativa em antropologia que envolve o estudo das relações e conexões entre pessoas, lugares e eventos em múltiplos contextos culturais. Esta abordagem enfatiza a importância de compreender como os fenômenos sociais e culturais estão interligados e como eles moldam as experiências e identidades de indivíduos e comunidades.

A antropologia contemporânea tem se movido para além dos limites tradicionais da etnografia em direção a abordagens mais dinâmicas e colaborativas. Autores como George Marcus (2018), em seu trabalho sobre "Etnografia Multisituada", ressalta a importância de compreender as complexidades culturais em diferentes contextos. A Etnografia *multisituada* envolve a realização de trabalho de campo em múltiplos contextos culturais, onde o pesquisador se torna profundamente imerso nas vidas e experiências das pessoas que estão sendo estudadas. Para isso, foi necessário usar uma gama de métodos de coleta de dados qualitativos, tais como observação participante, entrevistas em profundidade e análise de documentos, para obter uma compreensão rica e matizada dos fenômenos sociais e culturais que estão sendo estudados.

A observação participante dos eventos iniciou-se em outubro de 2021 até o fim de 2023. Nesse sentido, a proposta de Shah (2020) sobre a observação participante como uma prática potencialmente revolucionária ressoa fortemente nessa abordagem, pois abraço a ideia de uma colaboração ativa com os e as participantes, reconhecendo que suas experiências são essenciais para compreender plenamente as dinâmicas que influenciam sua permanência na universidade. Dessa forma, para apreensão e construção em conjunto dos dados empíricos, fiz registros fotográficos de atividades e eventos com os e as indígenas discentes, entrevistas semiestruturadas, observação participante, anotações em diário de campo e *etnografia digital*.

Como ferramenta para a construção dos dados, a etnografia multisituada e abordagem biográfica, a escolha dessas metodologias se deu devido a complexidade da temática de pesquisa, uma vez que sou um homem não indígena, realizando pesquisa com indígenas discentes, de povos dos estados do Amazonas, Amapá e Pará. Assim, esta pesquisa tem fragmentos de diferentes espaços e certamente findam figurando como uma etnografia multisituada.

Durante a escrita deste capítulo, ao escrever sobre minha trajetória de pesquisa, notei que os principais locais em que compartilhei com os e as interlocutoras, foram durante os eventos. Nesse sentido, inspirado no artigo “Desinstitucionalização em debate: uma etnografia em eventos de saúde mental” de Milene Nascimento e Martinho Batista e Silva (2020), para realizarem uma etnografia em cinco eventos diferentes ao longo de dois anos, para compreenderem os usos e os significados do termo de desinstitucionalização, lançaram mão da etnografia de interface, que trata-se de espaços “halfway” ou “interface”, no qual são realizadas revelações sobre forma de pensar, falar dos e das interlocutoras.

De acordo com Mariza Peirano, em etnografia não é método, a etnografia só é possível com a teoria e a prática. Através da teoria, o olhar etnográfico é treinado e disciplinado no dia a dia acadêmico, nos debates em sala de aula, o que possibilita observar eventos em campo como “fatos etnográficos”. Assim, para Peirano (2008, p. 6) a etnografia é uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação, na qual ela só é possível se mergulharmos na teoria e no cotidiano do grupo que queremos compreender. É importante mencionar que o antropólogo está essencialmente limitado aos sentidos da visão e da audição para realizar a sua etnografia.

Identificar e caracterizar os sentidos acionados pelos e pelas indígenas discentes da UFPA, evoca um conjunto subjetivo particular de valores, conceitos que possuem significados. Desta forma, este capítulo tem por objetivo trazer as temáticas abordadas nos eventos, e seus

sentidos, nos quais os e as indígenas discentes, interlocutoras desta pesquisa, participam e discutem. Além disso, trago minhas percepções como um estrangeiro que se vê como aliado nas lutas indígenas, pois compreender as noções acionadas pelos agentes durante o campo, foi a primeira empreitada etnográfica.

Por ter iniciado minha pesquisa em um período pandêmico (2021), a etnografia digital foi uma metodologia de pesquisa escolhida por ter ferramentas e recursos da internet, o período da pandemia um momento do aumento expressivo do uso da internet, uma vez que a campanha “fica em casa”, incentivava encontros online e seminários. Nesse sentido, conforme Hine (2015), a etnografia digital pode ser entendida como uma forma de fazer etnografia adaptada às condições e características do meio digital, que envolve tanto a observação participante quanto a análise de dados digitais. Para Pink et al. (2016), a etnografia digital é uma abordagem que reconhece a complexidade e a fluidez das relações entre o online e o offline, e que busca compreender as experiências, práticas e significados dos usuários em diferentes contextos digitais.

Considerando os pressupostos teóricos e metodológicos da etnografia multisituada e digital, como estratégia para realizar a observação participante, durante o período de campo da realização desta pesquisa (2021-2023), participei de diversos eventos de forma online e presencial com a temática indígena, no qual, os e as interlocutoras desta pesquisa estavam presentes, seja na organização, seja como ouvinte. Assim, os diferentes espaços dos quais participei, permitiram identificar variados contextos de dificuldades expressos pelos e pelas interlocutoras, em cada encontro a temática das dificuldades para a permanência de indígenas estudantes tomavam força, corpo e importância nesta pesquisa.

1.1.2 Teorizando a antropologia visual

As ciências humanas possuem uma forte tradição escrita, em particular nas ciências sociais, a antropologia. O que torna a utilização das artes digitais pouco usadas nessa forma de produção de conhecimento, e, em muitos casos, a fotografia aparece como elemento secundário da investigação (Achutti, 2003). Tanto José Ribeiro (2005) como Fabiene Gama (2020, p. 191), chamam atenção pelo fato de existir um certo caráter conservador das instituições e pouca abertura à sociedade e à inovação. Nesse sentido, as tecnologias digitais poderiam abrir brechas e romper com a ideia de uma ciência objetiva, pela fotografia ser um tipo de conhecimento produzido por meio de um corpo que se movimenta e se esbarra com diferentes ambientes, realidades, sujeitos, objetos e emoções e/ou por conta de seus elementos simbólicos.

O uso da fotografia na antropologia permite retratar experiências do mundo de maneira sensível e detalhada como as comunicações não verbais, os não ditos que envolvem expressões de sentimentos, sistemas de atitudes, mudanças sociais, padrões de comportamento, identidades (Bittencourt, 1998). Além disso, as fotografias evidenciam estilos de vida diversos, gestos e ritos, além de preservar memórias e aprofundarem a compreensão da cultura material e suas transformações ao longo do tempo. Para Luciana Bittencourt (1998), deve-se considerar o processo imagético e a atribuição de significados produzidos pelos atores sociais ao se usar a imagem na pesquisa de campo.

Figura 1: Levante contra a votação do Marco Temporal em 2023⁶



Fonte: Autor, pesquisa de campo, maio/2023

Etienne Samain (1995, p. 26), evidencia que se deve haver uma preocupação sobre o que vem a significar o encontro e a mistura de práticas cognitivas e comunicacionais seculares, como a visualidade, oralidade e escrita com o som, a fotografia, o cinema, o vídeo e informática que são tecnologias mais contemporâneas, ambos servem tanto para a fundação como a prática de uma antropologia visual. Fabiene Gama (2020, p. 19-20), também chama atenção para o uso de metodologias que exprimem a subjetividade do sujeito, essas além de dar corpo à pesquisa etnográfica, rompe com o pensamento positivista de produzir conhecimento, uma vez que a fotografia permite expor partes de fenômenos culturais que são vividos, mas não costumam ser ditos.

Figura 2: Levante contra a votação do Marco Temporal em 2023⁷, entrevista

⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cs6VFnuAMS/>

⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cs6VFnuAMS/>



Fonte: Autor, pesquisa de campo, maio/2023

Na Amazônia, a importância do uso da fotografia na ciência foi apontada por Emílio Goeldi (1898-1897) em um relatório anual para o governador do Pará, no qual ele aponta que a ciência e a arte podem auxiliar em uma fiel representação gráfica dos objetos a serem estudados (Simonian, 2006, p. 7). De acordo com Ligia Simonian (2006;2007), a fotografia foi definida como a possibilidade de comprovar evidências produzidas na pesquisa de campo, e assim, a necessidade de haver uma oficina fotográfica para a produção das fotografias. Simonian (2006;2007), destaca que após esse relatório foi realizada a instalação de um laboratório fotográfico que permitiu a realização de um curso específico para o uso dos equipamentos e da associação arte e ciência.

Figura 3: Abertura dos Diálogos Amazônicos em junho de 2023.



Fonte: Autor, pesquisa de campo, agosto de 2023

Antropólogos podem usar as tecnologias digitais e os computadores como ferramentas poderosas para a apresentação de resultados de investigação, no qual a mídia se apresenta como um lugar de convergência com teorias e paradigmas de investigação tornando possível realizar uma mostra multissensorial com imagens, sons e escrita, e, fazer o relacionamento dessas mídias com a interpretação do olhar do pesquisador (Ribeiro, 2005, p. 619). Além de apresentar vozes e perspectivas distintas e o uso criativo no processo de aprendizagem gerando produtos culturais que podem ser acessados e compreendidos para um grande público distinto.

Conforme Luiz Achutti (2013, p. 9), a fotoetnografia nasce como uma ferramenta no campo da antropologia graças aos aportes de Emmanuel Garrigues (2000), Michael Young e Bronislaw Malinowski (1998) e Etienne Samain (1995), espalhando seu uso à toda uma geração que continuou com a utilização da fotografia como prática etnográfica. Achutti (2013, p. 11) aponta que a narrativa fotoetnográfica precisa se apresentar na série de fotos que estejam relacionadas entre si e componham uma sequência de informações visuais. Ou seja, uma série de fotografias que permitem oferecer apenas ao olhar, sem textos intercalados que dificultam a atenção do leitor/expectador.

Simonian (2006, p. 4, 6) evidencia que nas últimas décadas as populações tradicionais estão sendo consumidoras e /ou produzindo imagens - filmes e vídeos. No Brasil, o Projeto Vídeo nas Aldeias visa o exercício educativo de povos indígenas para a produção de vídeos, com foco em tornar alguns indígenas produtores no audiovisual. Por isso, um dos objetivos da minha pesquisa foi desenvolver um documentário onde os e as indígenas estudantes realizem, no qual, terei o papel apenas de auxiliar, a partir de minha expertise no audiovisual.

Auxiliando-me com as ferramentas audiovisuais, proponho também uma abordagem biográfica, dado que ela é utilizada para estudar as experiências e transições de indivíduos ao longo de suas vidas (Perren, 2012) e para o contexto desta pesquisa, ela se mostra uma ferramenta indispensável. É uma abordagem usada para examinar o impacto de fatores sociais, culturais e históricos sobre as experiências e resultados individuais, através da reconstituição da trajetória de vida, o qual envolve a coleta de dados qualitativos através de entrevistas em profundidade, observação e análise de documentos. Assim, me interesso por eventos-chave, experiências e decisões que moldaram as trajetória de vida, em especial a educacional, permitindo uma compreensão das experiências individuais, pois leva em conta a complexa interação de fatores sociais, culturais e históricos que moldam a vida de uma pessoa (Perren, 2012).

Um aspecto importante do método da trajetória de vida é o uso da reflexividade, ou o processo de examinar criticamente a própria perspectiva e os preconceitos de uma pessoa como pesquisadora. Rosana Guber⁸ (2001) me ajuda a pensar nesse tópico ao incitar o questionamento constante sobre minhas perspectivas, posições sociais e culturais, e como isso influencia a interpretação e construção do conhecimento antropológico. Isto é essencial para assegurar que meu papel como pesquisador não esteja impondo minhas próprias suposições e crenças aos interlocutores da pesquisa. O método da trajetória de vida é uma abordagem valiosa na antropologia para estudar as experiências e transições dos indivíduos ao longo de suas vidas.

1.2 Contextualizando o campo e atores da pesquisa

Em agosto de 2021, cheguei em Belém com o intuito de dar início à pesquisa de campo. Para contextualizar o local em que realizo campo, apresento a Universidade Federal do Pará/UFPA, considerada a maior universidade pública na Amazônia, até o ano de 2024, possui como Reitor o professor Dr. Emanuel Zagury Tourinho. Entre os campus que a universidade possui, a pesquisa foi realizada em Belém, no campus do Guamá, onde a presença de indígenas estudantes se dá em diversos cursos de graduação e pós-graduação.

⁸ Rosana Guber é uma antropóloga argentina conhecida por suas contribuições para o campo da antropologia visual e da antropologia das emoções. Ela é autora de diversos livros e artigos que exploram temas como identidade, gênero, corpo e emoções em contextos socioculturais diversos. Um de seus trabalhos mais conhecidos é o livro "La etnografía: método, campo y reflexividad" (2001), no qual discute o processo de pesquisa etnográfica e a relação entre o antropólogo e o campo de estudo. Guber também tem abordado temas como os processos de construção de identidades sociais, as relações entre os pesquisadores e seus interlocutores, e as emoções envolvidas na pesquisa antropológica.

Conforme a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional/PROPLAN (2016, p. 31), a UFPA tem como missão “produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável”. E os princípios que a norteiam são: “universalidade do conhecimento; respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual; pluralismo de ideias; ensino público e gratuito; ensino, pesquisa e extensão; flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; excelência acadêmica; defesa do direitos humanos e preservação do meio ambiente” (PROPLAN, 2016, p. 32).

Já em relação à visão, a UFPA tem por objetivo “ser reconhecida nacional e internacionalmente pela qualidade no ensino, na produção de conhecimento e em práticas sustentáveis, criativas e inovadoras integradas à sociedade” (PROPLAN/UFPA, 2016, p. 33). Ao olhar para sua missão, visão e princípios nota-se o empenho da UFPA em busca de melhoria para a Amazônia e sua população, com o intuito de construir uma sociedade inclusiva e sustentável, visando a possibilidade de acesso dos diferentes grupos sociais, o que inclui populações tradicionais e povos indígenas. Nesse sentido, a UFPA possui editais especiais voltados a populações tradicionais, que inclui povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

Como dito na introdução, minha pesquisa não era no ambiente universitário, minha intenção inicial era de realizar uma pesquisa que envolvesse as práticas medicinais, em especial, as que tinham relação com a saúde mental. E, por não conseguir abertura para realizar a pesquisa na Casa de Saúde Indígena de Icoaraci, mudei o local e a pergunta de investigação. Hoje compreendo as reivindicações de parte do movimento indígena, em não permitir pessoas não-indígenas realizarem pesquisas em seus territórios ou em locais em que estão situado, trata-se de um tipo de reivindicação com o intuito de demarcar espaço e sobretudo, mostrar que indígenas podem e devem estar na universidade falando sobre si, seus costumes e tradições.

Por conta da dificuldade em acessar a Casa Saúde, minha orientadora, a professora Voyner Ravena Cañete, me orientou a realizar a troca de temática de pesquisa, uma vez que já tinha contato com alguns e algumas indígenas estudantes que fazem parte da Associação dos Povos Indígenas Estudantes na Universidade Federal do Pará/APYEUFPA⁹.

Dessa forma, um dos locais de referência de encontros durante a pesquisa, foi a associação dos e das indígenas discentes. Ressalto que minha chegada na APYEUFPA, se deu antes mesmo da troca do local e universo de pesquisa, por meio da indicação de Israel Housan,

⁹ Durante o texto utilizarei a sigla APYEUFPA para me referir a Associação dos Povos Indígenas Estudantes na Universidade Federal do Pará.

presidente da gestão 2021-2023 da Associação de Estudantes Estrangeiros/AEE, tive contato com o primeiro interlocutor desta pesquisa, chamado Antonio Piratapuaie Tucano, indígena estudante de jornalismo, responsável pela comunicação na APYEUFPA. Em nossos primeiros contatos, tentei entender o funcionamento da associação e suas relações com outros órgãos da universidade.

No mesmo dia, Antônio me convidou para almoçar no restaurante universitário, ele estava acompanhado de Elaine Bare - estudante de ciências sociais - e a filha deles Maria. Na fila, aguardando nossa vez para comer, a temática da conversa foi sobre as diferenças alimentares entre não-indígenas e de seu povo, para Elaine foi difícil se adaptar, sobretudo em relação ao consumo de legumes, Antonio adiciona que tem uma preocupação pela alimentação de sua filha, para ele, é prioridade assegurar frutas e verduras para sua filha complementando alimentação fornecida pela ufpa.

A partir do primeiro contato com a APYEUFPA, realizei uma pesquisa das redes sociais utilizadas para a difusão e organização de atividades. Foi nesse contexto que conheci Virginia Fonseca, que atuou na gestão (2018-2021), do povo Arapaso do Médio Rio Negro no Amazonas, bacharel em administração pela UFPA, pois havia a divulgação de um evento de apresentação dos resultados de sua pesquisa intitulada “Políticas educacionais e a adaptação de estudantes indígenas ao Ensino Remoto de Emergência/ERE: um estudo no ensino superior”.

Figura 4: Atividade apresentação de pesquisa de Vivi Arapaso



Fonte: Autor (pesquisa de campo, agosto de 2022)

Seu objetivo foi identificar os fatores que influenciaram na adaptação ao ERE e fornecer subsídios para políticas de assistência estudantil, especialmente nos momentos de crises. Os resultados evidenciaram três fatores que influenciaram para o êxito do ensino remoto de emergência: “Organização nos estudos”, “local de estudos” e “utilização de tecnologia”. As conclusões reforçam a necessidade de políticas de assistência estudantil com ações direcionadas para grupos minoritários e recomendam avaliações futuras para mensurar, além da aprendizagem, a taxa de evasão e de readaptação dos estudantes indígenas às atividades presenciais.

Logo entrei em contato com Josy Galibi-Marworno, presidenta da gestão 2022-2024 da APYEUFPA, dialogamos entorno a qual seria meu aporte para associação, no qual, foi acordado que iria participar das atividades como fotógrafo, ou seja, fiquei com a tarefa de disponibilizar os registros (fotografia, vídeos, elaborar e ministrar cursos). Dessa forma, em 2023, em conjunto com Antônio Piratapuiaie, elaboramos uma proposta de podcast da APYEUFPA, durante as gravações conheci Juliano Kaxuyana e Tiriyó, estudante de Enfermagem, território localizado no estado do Pará e Scolny Tucano da região de Amazonas, discente de Direito, ambos contribuem para esta pesquisa. Em 2024 será realizado o lançamento no site da APYEUFPA, parte do que foi dito no podcast será usado no texto desta dissertação.

Na participação de eventos realizados pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH e APYEUFPA, em 2022 conheci a Ana Manoela Soares, do povo Karipuna/AP, doutoranda de antropologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA. A conheci depois de ter contato com suas produções acadêmicas, as quais já haviam sido referenciadas por professoras do nosso programa.

No processo de minha pesquisa, tentei contatar outras indígenas estudantes em outros programas de doutorado da UFPA, como Márcia Kambeba do Programa de Pós Graduação em

Línguas, Putira Sacuena, doutora do Programa de Doutorado em Bioantropologia do PPGA, e que também atuou em duas gestões (2014-2018) na APYEUFPA.

A participação nas atividades da APYEUFPA, notei que o exercício etnográfico desenha cada movimento no campo. Devo ressaltar a ideia de Mariza Peirano (2008), segundo a qual não devemos entender a etnografia apenas como uma metodologia, para além disso, ela é uma teoria vivida, na qual “no fazer etnográfico, a teoria está, de maneira óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas” (Peirano, 2008, p. 6). Assim, nos itens a seguir, trago minhas experiências nos coordenados e/ou divulgados na APYEUFPA que estão relacionados à temática indígena, especialmente relacionados ao acesso, permanência e acolhimento destes e destas discentes.

Desde os primeiros contatos, a APYEUFPA se mostrou como “um espaço acolhedor”, o que se confirma nas palavras de Elaine Baré, indígena estudante de ciências sociais, membra do conselho da associação, a qual diz: "a associação serve para conhecer outros estudantes indígenas, para que não nos sintamos tão sozinhos na universidade"; por sua vez, Antônio, fala da importância de orientar sobre os serviços da universidade em termos de políticas de ação afirmativa que ajudam os estudantes a permanecerem no curso.

Para Arias (2010) torna-se essencial que a antropologia abra novos sentidos para produzir conhecimento, ligando-se ao olfato, ao gosto e ao tacto para compreender o campo do ponto de vista da emoção. Isso me remete a um evento ocorrido na sala da APYEUFPA, onde o som das maracas e os cantos, me fizeram sentir em um outro espaço fora da cidade.

1.3 Uma retrospectiva do movimento indígena no Brasil: a luta pelo direito à educação

Para iniciar essa seção, recorro às mobilizações dos povos indígenas no Brasil, por meio das assembleias que tiveram e tem por objetivo exigir e garantir seus direitos, especialmente no que diz respeito à demarcação das terras indígenas. Com a invasão do Brasil, por volta de 1500, a ocupação dos territórios indígenas resultou na destruição parcial ou completa de seus sistemas de conhecimento e dos modos de vida de alguns povos indígenas, assim, esforços para descolonizar a história e a teoria são necessários para abordar essas questões.

As assembleias dos povos indígenas são destacadas pela luta contínua por justiça social e igualdade no Brasil, quer dizer há um esforço contínuo para desafiar e dismantlar sistemas de opressão, desde a educação até a garantia de seus modos de viver. O contexto da formação do Brasil é marcado por disparidades socioeconômicas e pela concentração da renda nas mãos

de poucos. Assim, o panorama de negros e indígenas tem sido historicamente moldado por desigualdades que os colocam em condições de subalternidade em relação aos brancos.

Em relação a isso, Gabriel Braga e Denise Cardoso (2022), apontam que iniciativas institucionais acompanhadas da participação de movimentos sociais foram necessárias para reduzir essas discrepâncias na sociedade. No artigo “Políticas públicas de ações afirmativas: desafios enfrentados por indígenas discentes na graduação da Universidade Federal do Pará”, Gabriel Braga e Denise Cardoso (2022) mostram que quando olhamos para a educação, os reflexos das desigualdades sociais se apresentam no acesso restrito de indígenas e quilombolas no ensino.

Esse tipo de restrição está estritamente relacionado às consequências do colonialismo, por ser uma estrutura de dominação e de exploração que se manifesta no controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada (Quijano, 2009, p. 93). Nesse sentido, Aníbal Quijano e Wallerstein (1992) mostram que a colonialidade foi constituída junto à modernidade e permanece na contemporaneidade, ou seja, na modernidade o colonialismo passou a ser chamado de colonialidade. Logo, a modernidade é um processo vinculado à experiência colonial, originando-se em um pensamento pautado em classificações étnico/raciais a partir do ponto de vista de quem coloniza, operando em questões materiais e subjetivas. Evidência disto, é que em todos os encontros que participei com os e as indígenas estudantes, o posicionamento combativo em torno do colonialismo e sua consequência o racismo eram a temática transversal.

Conforme Valdênia Monteiro (2018), a colonialidade global é estruturada de forma triangular nas interfaces do poder, saber e ser, à exemplo disso, Boaventura de Sousa Santos e Manuel Tavares (2007), intitula por colonialidade do saber o conhecimento eurocêntrico que acaba por negar outros tipos de conhecimentos, que são hierarquizados e colocados como inferior ao superior em relação aos conhecimentos dos povos indígenas e africanos.

Poliene Bicalho (2010, p. 92), em “As Assembleias Indígenas - O advento do movimento Indígena no Brasil”, usa como hipótese, pensar as Assembleias Indígenas como marco fundador do Movimento Indígena no Brasil. Os primeiros encontros que serviram para mobilizar os povos indígenas ocorreram entre 1974 a 1980, e, contaram com o auxílio de aliados, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) na organização das reuniões, nas quais os representantes de cada povo compartilhavam as questões de suas comunidades, os enfrentamentos e possíveis soluções.

Diante das reivindicações, nessas reuniões, a questão da demarcação de terras apareceu unanimemente em todas as Assembleias (Bicalho, 2010, p. 107), isso devido à problema de invasão terras indígenas por fazendeiros, posseiros, garimpeiros, desmatamento e pesca ilegal, e, outros problemas como passagem de rodovia, linha de energia e outras atividades ilegais que prejudicam os territórios indígenas. As assembleias possibilitaram o surgimento de organizações indígenas como a União das Nações Indígenas/UNI, em 1980.

Dos efeitos negativos da ocupação irregular dos territórios indígenas, para além do saque dos recursos naturais, o pensamento reducionista e a subordinação dos saberes indígenas, resultou na eliminação de formas distintas de produção autônoma de conhecimento (Neves, 2007), no qual, por um certo período acreditou-se no mito da superioridade epistemológica do pensamento europeu (Monteiro, 2018). Dessa forma, descolonizar a história e a teoria é ideia da teoria pós-colonial, sabe-se que a colonização impôs regime de escravidão e diversas tentativas de processos para que os saberes indígenas fossem descartados.

Ainda de acordo com Valdênia Monteiro (2018), o medo também sempre foi um instrumento de conservação da violência estrutural na formação social excludente. Todos esses cinco séculos foram marcados pela tensão na formação social autoritária, que sempre buscou resolver os conflitos através de mecanismos coercitivos do Estado, de um projeto de assimilação cultural e da supressão da diversidade cultural dos povos originários. O território, mais do que um espaço geográfico, representa a identidade do indígena; há uma relação sistêmica entre a natureza, o homem e a espiritualidade. Perder seu espaço com a natureza implica perder a identidade e o lugar que ocupa a espiritualidade em sua cultura. A identidade é compreendida como a essência de cada pessoa ou de cada povo; é irrenunciável e acompanha toda a vida do ser humano.

Roberto Cardoso de Oliveira (1976), em seu livro *identidade, etnia e estrutura social*, aporta ao entendimento das formas pelas quais as identidades étnicas são construídas e negociadas, e como elas são influenciadas por estruturas sociais e políticas mais amplas, tais como o colonialismo, a escravidão e a migração. Em sua pesquisa, Oliveira também explorou a relação entre as identidades individuais e coletivas, e como essas identidades interagem entre si na formação de fenômenos sociais e culturais. Ele estudou as formas pelas quais as experiências e perspectivas individuais são moldadas pelas identidades coletivas, e como as identidades coletivas são influenciadas pelas experiências e perspectivas individuais.

As identidades parecem invocar uma origem, em um passado histórico com o qual elas detêm determinada correspondência (Hall, 2003)¹⁰. A restauração do território é um projeto coletivo que significa gestar diretamente os recursos naturais, ou seja, sem território, torna-se quase impossível a existência indígena, porque os direitos indígenas são coletivos, assim como a terra, o conhecimento espiritual e a perspectiva da justiça comunitária.

A luta pelo território marcada nas falas das diversas lideranças foi articulada juntamente com o estabelecimento de novas formas de atuação, ou como aponta Baniwa (2007), articulações que devem dar conta das “novas perspectivas pós-contato na relação com a sociedade moderna, notadamente nos campos dos direitos e da cidadania”. Assim, o direito pela educação também foi reconhecido como importante ferramenta para atuação diante ao Estado e a Sociedade nacional, principalmente para reivindicação do direito dos cidadãos e o direito à diferença das diversas comunidades indígenas (Bicalho, 2010, p. 109).

Ainda de acordo com Poliene Bicalho (2010), na 13ª Assembleia Indígena de 1980, Doétxero Tukano diz que o indígena deve querer estudar para lutar pelas suas terras, suas famílias, direitos e segurança. Questão também apontada pelo avô de Manuela Soares que queria que suas filhas aprendessem a transitar entre o mundo indígena/Karipuna e o não indígena (Soares, 2022, p. 5) em um contexto em que as mulheres saíam da aldeia somente por motivo de casamento.

Os indígenas intelectuais¹¹ apontam para a necessidade de preparação dos povos indígenas desde muito jovens dentro do campo político e do movimento indígena, pois a educação é vista como uma ferramenta que tem potencialidade para transformar o Estado (Munduruku, 2012; Fernandes, 2018). Como resultado do movimento indígena, somente a partir da Constituição Federal de 1988, que há o reconhecimento da organização, costumes e modos próprios de transmissão de conhecimento das comunidades indígenas, esse reconhecimento permite que os e as indígenas reinventem a escola como espaço de construção de relações inter societárias que são baseadas na interculturalidade e na autonomia política, conforme Eloy Amado (2020, p. 19).

Clarice Cohn (2005, p. 486) chama essa nova forma de educação de “educação diferenciada”, pois na medida em que o e a indígena conquistaram seus direitos à educação

¹⁰ O território, mais do que um espaço geográfico, representa a identidade do indígena; em entrevista com meus interlocutores se apresenta o território como um espaço essencial em sua vida, projetando não só um espaço físico, mas como um lugar vivo.

¹¹ Conforme Bergamaschi (2014), esse termo é usado para se referir aos indígenas que frequentam os espaços universitários e tornam-se intelectuais, e ao mesmo tempo, refere-se aos intelectuais orgânicos que são comprometidos com a luta de sua comunidade, ou seja, o indígena intelectual não está restrito aos muros da universidade, no entanto, é aquele que transita entre os dois mundos: o indígena e o não-indígena.

escolar promovida pelo Estado, também conquistaram que sua cultura, costumes, língua e processos próprios de ensino aprendizagem sejam respeitados, embora saibamos que na prática temos muito que avançar. Espera-se que a oferta de educação diferenciada possibilite a continuidade do e da indígena estudante nas instituições não-diferenciadas, pautadas pela legislação federal e pelo Referencial Curricular Nacional/RCN para as Escolas Indígenas de 1998. Esse movimento objetiva também formar professores indígenas “na tentativa de moldar a transmissão desses conhecimentos específicos de um modo respeitoso às expectativas dos indígenas” (Cohn, 2004, p. 487).

Nisso, em “Para além da Universidade: experiências e intelectualidades indígenas no Brasil”, Eloy Amado (2020, p. 4) aponta que a educação indígena prepara o indígena para o manejo dos dois mundos indígena e não-indígena, que possuem distintas cosmologias. Nessa trajetória o e a indígena estudante carregam uma identidade cultural somática, pois através da escola “vem adquirindo esse somatório de elementos que não são próprios de sua cultura” (Eloy Amado e Brostolin, 2011, p. 6). Nesse sentido, a educação indígena é pensada como “uma nova forma de educar, pautada na autonomia e identidade étnica dos membros de cada comunidade” (Costa e Costa, 2018).

1.4 O acesso à Educação Superior pelos Indígenas na Universidade Federal do Pará: As políticas de ações afirmativas na Educação Superior

Em “Indígenas Intelectuais e a Pós-Graduação: um desafio para as universidades brasileiras”, Gabriel Braga e Denise Cardoso (2022, p. 97) assinalam que a partir dos anos 2000 o debate sobre a inclusão de indígenas estudantes no ensino superior em cursos de graduação e pós-graduação ganhou destaque, no Movimento Indígena. Essas ações afirmativas não tinham regulamentação legal, ou seja, as universidades tinham autonomia para implementar e escolher as ações utilizadas em suas seleções (Fernandes, 2018, p. 49).

É nesse contexto, que nos anos 2000 que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, aprovou a Lei nº 3.524 de 2000, que modificou o critério de acesso às universidades estaduais fluminenses, e assim, reservou 50% das vagas para ingressantes autodeclarados pardos ou negros (UERJ, 2023¹²), ingressantes de escola pública, indígenas e outros grupos sociais (dos Santos; Godoi, 2023). Posteriormente, Bahia, Mato Grosso do Sul (Cordeiro; Diallo; Cordeiro, 2019) e Universidade de Brasília (Carvalho, 2006), também implementaram ações parecidas, seja por base em lei estadual ou como deliberação interna das universidades,

¹² Disponível em: <https://www.uerj.br/inclusao-e-permanencia/sistema-de-cotas/> . Acesso em: 9 novembro 2023

como forma de reservar parte das vagas para discentes, através de critérios socioeconômicos ou/e, também com critérios étnico-raciais (dos Santos; Godoi, 2023).

Jane Beltrão e Mainá Jailson Cunha (2011), discutem as políticas afirmativas na Universidade Federal do Pará (UFPA). O Programa de Reserva de Vagas para povos indígenas na Universidade Federal do Pará representa uma significativa iniciativa de caráter afirmativo, projetada para promover a inclusão e a diversidade cultural no ensino superior. Ao analisar esse programa, é essencial compreender não apenas seus objetivos declarados, mas também os diversos pontos de vista dos indivíduos envolvidos, as respostas institucionais e os desafios enfrentados em sua implementação eficaz.

Em primeiro lugar, os objetivos dessa política são claros: garantir o acesso equitativo à educação superior para os povos indígenas, reconhecendo sua importância na construção de uma sociedade mais plural e justa. Este programa representa não apenas um passo em direção à equidade educacional, mas também uma resposta à longa luta do movimento indígena por reconhecimento e oportunidades iguais.

Os argumentos dos diversos atores envolvidos refletem uma gama de perspectivas. Enquanto alguns apoiam fervorosamente a iniciativa, destacando sua importância para a promoção da diversidade e a reparação histórica de injustiças, outros podem expressar preocupações sobre possíveis efeitos colaterais ou desafios práticos da implementação.

A conduta institucional desempenha um papel crucial no sucesso do Programa de Políticas Afirmativas para Povos Indígenas e Populações Tradicionais (PAPIT). Sendo essencial que a universidade demonstre compromisso genuíno com a diversidade e a inclusão, fornecendo recursos adequados, suporte acadêmico e cultural, e garantindo um ambiente que valorize e respeite as identidades indígenas.

Conforme Putira Sacuena, as ações afirmativas para indígenas estudantes no Brasil se iniciam na pós-graduação em 2007 com Almiros Guarani¹³ e Rosane Kaingang¹⁴. Na Universidade Federal do Pará, é formulado a primeira resolução das ações afirmativas na graduação e na pós-graduação no Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará/ICJ, no curso de direito. No dia 22 de junho de 2009, a Resolução nº 3689/2009 do

¹³ Primeiro professor indígena admitido na UFPA. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/10/08/indigena-deixa-canavial-do-mato-grosso-do-sul-e-se-torna-primeiro-professor-indigena-do-curso-de-direito-da-ufpa.ghtml> .Acesso em 17 novembro de 2023.

¹⁴ Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/rosane-kaingang.html> .Acesso em 17 novembro de 2023.

Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), tornou efetiva a Reserva de Vagas para Povos Indígenas, também conhecida como RVPI.

Quer dizer, a partir de 2010 a UFPA recebe os primeiros indígenas estudantes por meio do Processo Seleção Especial/PSE (Braga, Neto; Cardoso, 2022; Cardoso; Araujo, 2021; Lisbôa; Neves, 2019; Beltrão; Cunha, 2011¹⁵). Com a formulação em 2009, a entrada da primeira turma de indígenas se dá em 2010, ou seja, em 2024, ocorrerá a 15ª edição do Processo Seletivo Especial/PSE, um percurso de 15 anos de construção de ações afirmativas.

Conforme Jane Beltrão e Mainá Cunha (2011, p. 11), a proposta da Reserva de Vagas para Povos Indígenas/RVPI, por reconhecer os direitos dos e das indígenas estudantes, deve ser considerada: como uma política afirmativa, pois contempla a diversidade cultural; contribui para o processo de democratização do espaço universitário; é símbolo dos movimentos indígenas na luta por reconhecimento de direitos; e, contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária e plural. Nesse sentido, para Oliveira et al (2015, p. 94) a RVPI se apresenta como uma política que opera na reparação da justiça histórica - exclusão dos espaços escolares - para confrontar comportamentos que surgem como resquício da colonialidade.

Como resultado do movimento indígena e negro no Brasil, em 2012, a Lei Federal de Cotas destina vagas em cursos de graduação aos grupos de indígenas e negros do Brasil. Importante pontuar que é somente a partir da Constituição de 1988, que os direitos à educação diferenciada incentivou a formação de indígenas professores para atuação em seus próprios territórios, e a implantação do sistema de cotas permitiu o acesso ao ensino superior com objetivo de criar alternativas econômicas e sociais para a garantia dos projetos políticos coletivos desses povos (Eloy Amado e Brostolin, 2011, p. 4-5).

Ou seja, as ações afirmativas são medidas que buscam a igualdade, respeitando as distintas cosmovisões, pluralidade e autonomia dos povos. Assim, a demanda ao ensino superior pelos povos indígenas precisa ser vista por meio da : 1) inserção dessa demanda em uma agenda de luta pelos direitos indígenas; 2) pluralidade de visões e de perspectivas na implantação de ações afirmativas nas universidades públicas; 3) necessidade de participação das comunidades a serem atendidas na formulação dessas políticas de inclusão (Eloy Amado e Brostolin, 2011, p. 3).

Em outras proposições pensando desde o lugar da universidade sobre as ações afirmativas envolvendo o acesso ao ensino superior autores afirmam que devem ser pensadas, sempre, considerando: (1) a relevância social que a universidade vem adquirindo nos últimos

¹⁵ Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/21822/14464> . Acesso em 17 dez de 2023.

anos graças ao caráter transformador que é atribuído à educação; (2) a legitimidade institucional da academia diante das reivindicações por direitos dos grupos étnicos e raciais; e (3) a resistência de setores da sociedade em validar as políticas afirmativas de acesso ao ensino universitário como processo de seleção legítimo (Beltrão; Cunha, 2011, p. 17).

Uma atualização da temática nos oferece é o estudo "Desafios no Ingresso e Permanência de Indígenas na Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA): 10 Anos de uma Política de Ação Afirmativa", conduzido por Denise Machado Cardoso e Andreici Marcela Araújo de Oliveira (2021), o qual fala sobre os desafios específicos enfrentados pelos indígenas estudantes que participam do programa de reserva de vagas na UFPA.

Ao longo de uma década de implementação da política afirmativa, o estudo destaca uma série de desafios significativos que afetam tanto o ingresso quanto a permanência desses estudantes na graduação. Entre esses desafios, destacam-se questões como a falta de preparação acadêmica prévia, barreiras socioeconômicas, choque cultural, discriminação e a ausência de políticas institucionais adequadas para atender às necessidades específicas dos estudantes indígenas.

Além disso, o estudo ressalta a importância de medidas adicionais de suporte acadêmico, como programas de tutoria, assistência financeira e iniciativas para promover um ambiente inclusivo e acolhedor dentro da universidade. Essas medidas são essenciais não apenas para garantir o sucesso acadêmico dos estudantes indígenas, mas também para promover sua integração plena na vida universitária e para enfrentar os desafios únicos que enfrentam durante sua trajetória educacional. Portanto, ao considerar os benefícios e entraves do programa de reserva de vagas para povos indígenas na UFPA, é crucial levar em conta as conclusões desse estudo, oferecendo uma perspectiva prática dos desafios estruturais enfrentados pelos indígenas estudantes.

Outro evento importante a nível nacional, foi a divulgação do Censo de 2022¹⁶, como pesquisador, imergi-me profundamente nos dados do Censo Demográfico 2022, realizando uma pesquisa antropológica dedicada a compreender como esses dados podem extrapolar a minha pesquisa sobre permanência de indígenas na UFPA. Os números revelados pelo IBGE não são

¹⁶ O Censo 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é uma pesquisa de grande escala que busca coletar informações detalhadas sobre a população brasileira. Esta edição do censo é particularmente notável por sua abrangência e profundidade, com ênfase na coleta de dados sobre questões sociais emergentes. Além disso, o Censo 2022 também incorporou novas tecnologias e metodologias para melhorar a precisão e a eficiência da coleta de dados. As informações coletadas pelo Censo 2022 são fundamentais para o planejamento de políticas públicas e para a tomada de decisões em diversos setores da sociedade brasileira.

apenas estatísticos; são vozes, identidades e histórias que clamam por reconhecimento e compreensão.

Figura 5: Lançamento de Dados Censo 2022 IBGE em Belém



Fonte: Autor (pesquisa de campo, setembro/2023)

Ao explorar os dados, deparei-me com um panorama surpreendente: a população indígena no Brasil atingiu 1,7 milhão de pessoas, um aumento notável em relação ao censo anterior de 2010. O desafio metodológico de identificar mais pessoas autodeclaradas indígenas, tanto dentro quanto fora das terras oficialmente demarcadas, destaca a complexidade de mapear e entender essa diversidade cultural.

A região Norte emerge como um epicentro dessa riqueza cultural, abrigando 45% da população indígena brasileira. O estado do Amazonas, com seus 490,9 mil indígenas, torna-se um ponto focal significativo. O Nordeste, com 31%, contribui para a trama dessa narrativa, destacando a Bahia como um reduto notável, com quase 230 mil indígenas. No estado do Pará, o Censo 2022 apontou que há 80.974 indígenas, o que corresponde a 1% da população paraense. O estado é o sexto no país com mais indígenas, atrás do Amazonas, da Bahia, do Mato Grosso do Sul, de Pernambuco e Roraima, respectivamente. A maioria dos indígenas no Pará (51,64%) vive em terras indígenas.

A Terra Indígena Andirá-Marau é a que tem mais pessoas indígenas no estado (14.307), seguida pela Terra Indígena Munduruku (9.257) e pela Terra Indígena Kayapó (5.455). Há indígenas em todas as cidades paraenses, sendo Jacareacanga o município com maior proporção de indígenas entre o total de moradores (59,13%). Em números absolutos, a cidade com mais indígenas é Santarém, com 16.955. Na capital Belém, há 2.125 indígenas, o que representa 0,16% da população belenense.

A pesquisa também aponta que 63% da população indígena reside fora das terras demarcadas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Essa dispersão destaca a necessidade de compreender não apenas as realidades dentro dessas áreas, mas também os desafios enfrentados pelos indígenas que buscam espaço e reconhecimento nas instituições de ensino superior. Ao analisar os dados municipais, descobri que em 86,8% das cidades brasileiras há presença indígena. Essa disseminação geográfica sublinha a importância de considerar as particularidades locais ao desenvolver políticas educacionais inclusivas. Terra Indígena Yanomami e Terra Indígena Raposa Serra do Sol emergem como protagonistas, carregando consigo as histórias e vivências de 27.152 e 26.176 habitantes indígenas, respectivamente.

1.5 Algumas considerações

No encerramento deste primeiro capítulo que tem como foco apresentar a metodologia, destaco a proposta de produção de um material audiovisual que apresenta os relatos das indígenas mulheres que desempenharam papéis significativos na presidência da APYEUFPA, ou seja, as indígenas mulheres que participam da construção do documentário sobre as lutas da associação, são as últimas três presidentas (Putira Sacuena, Virginia Arapaso e Josilene Galibi-Marworno), considerando que essa cadeira foi ocupada apenas uma vez por um indígena homem. Essa iniciativa visa criar uma experiência visual que proporciona uma compreensão mais profunda dos desafios, conquistas e resistências enfrentados pelas mulheres indígenas dentro do contexto universitário

Figura 6: Virginia Arapaso e Putira Sacuena na gravação documentário “Mulheres Indígenas na UFPA”



Fonte: Autor (pesquisa de campo, Dezembro de 2023)

Através desse material, pretendemos oferecer um olhar autêntico e impactante sobre as experiências vividas por essas mulheres, destacando suas trajetórias, lutas e contribuições para a promoção da diversidade e inclusão no ambiente acadêmico. O enfoque nas vozes femininas indígenas visa não apenas documentar, mas também amplificar suas histórias, evidenciando a complexidade de ser indígena na universidade.

Ao utilizar a linguagem audiovisual, busca-se criar uma narrativa acessível, capaz de sensibilizar e conscientizar o público sobre as realidades enfrentadas pelas mulheres indígenas. Este material não apenas documenta as histórias individuais, mas também servirá como uma ferramenta educacional e de sensibilização, contribuindo para a construção de uma consciência mais ampla sobre a importância da diversidade e representatividade no contexto acadêmico.

Assim, a produção desse material audiovisual se configura como uma estratégia metodológica relevante para capturar e comunicar de maneira autêntica a experiência das mulheres indígenas na universidade.

CAPÍTULO 2 – “Nas assembléias” e nas Universidades - Indígenas Intelectuais Na Universidade

Neste capítulo, apresento as trajetórias de Putira Sacuena e Virginia Arapaso, primeiras indígenas mulheres a ocupar a presidência da Associação dos Povos Indígenas Estudantes na Universidade Federal do Pará/APYEUFPA. Por meio de suas trajetórias, é possível compreender como as ações afirmativas têm sido asseguradas a indígenas discentes da UFPA, pois, é a partir de 2012, que um grupo de indígenas discentes passaram a se reunir com as gestões responsável pela elaboração do edital do Processo Seletivo Especial/PSE.

Dessa forma, realizo a análise dos dados de dois relatórios apresentados durante as edições de 2022 e 2023 do Seminário do Processo Seletivo Especial, nesses relatórios, foi possível notar que durante os primeiros anos do PSE, houve diversas desistências e poucos indígenas estudantes se formavam no tempo hábil, demonstrando que as dificuldades elaboradas por eles e elas, refletiam em sua jornada acadêmica. Nesse sentido, em seguida, apresento a Assessoria da Diversidade e Inclusão Social/ADIS, que tem por objetivo promover a igualdade e valorizar os grupos historicamente marginalizados dentro da UFPA. Também discorro sobre o Projeto IQ - Conhecimento e resistência, que possui como objetivo apoiar e contribuir para a permanência de estudantes de comunidades tradicionais na universidade, por meio de apoio acadêmico e pedagógico, formação crítica, assistência estudantil e assessoria. E para finalizar, apresento o programa “UFPA - Territórios de Acolhimento e Integração”, que possui como intuito instituir na universidade uma cultura de acolhimento aos diferentes discentes da UFPA, em especial, os e as indígenas estudantes, quilombolas e discentes com deficiência.

2.1 As trajetórias de Putira Sacuena e Virginia Arapaso: A APYEUFPA e a luta pela garantia e permanência dos direitos dos e das indígenas estudantes da UFPA

Ao realizar a contextualização da história da APYEUFPA, durante sua pesquisa, Erick Costa (2019, p. 27) entrevista Edimar Fernandes Kaingang, no qual ele mostra que a criação da APYEUFPA foi resultado de necessidades de um coletivo, no caso, os e as indígenas estudantes da UFPA. No período de 2009, os e as indígenas estudantes estavam discutindo sobre a criação do Processo Seletivo Especial/PSE na Universidade Federal do Pará, das problemáticas apontadas nessas discussões, era o fato de que a universidade estava preocupada em reservar duas vagas em cada curso para indígenas estudantes, mas não estavam preocupados em políticas e ações que permitissem a permanência dos e das indígenas estudantes.

Por conta disso, ainda em 2019, um grupo de indígenas estudantes se reuniram e com a movimentação, criaram o movimento indígena do Estado do Pará, como citados por Edimar Kaingang, entre eles: Jorge Tembé, Elielson Tembé, Elivaldo Tembé e outros nomes importantes; além deles: Almir Tembé, Ataíde Tembé, Marcos Tembé, apontados como indígenas chaves durante o processo de mobilização (Costa¹⁷, 2019, p. 27).

Uma das mobilizações feitas pelos indígenas estudantes, em sua maioria do povo baré, por meio de uma lista de informações básicas dos e das indígenas estudantes da turma de calouros de 2010, conseguiram ter acesso aos 63 indígenas aprovados. Embora essa quantidade não seja a mesma contada no relatório de ingressos pelo PSE da graduação, na época, em 2010, esse número ainda não era suficiente para a criação de uma associação de indígenas estudantes.

Gráfico 1: Ingresso anual do PSE-Indígenas e Quilombolas



Fonte: CMIG/DADD (Sigaa - abril/2023)

Embora o gráfico quantitativo do ingresso anual pelo PSE de indígenas e quilombolas estudantes, sejam diferentes dos dados apresentados por Erick Costa (2019, p. 28), ele mostra que no ano de 2011, houve a entrada de mais 49 indígenas estudantes pelo PSE, ao invés de 20, o que tornou possível a criação da Associação dos Povos Indígenas Estudantes na Universidade Federal do Pará/APYEUFPA. Conforme mostra a pesquisa de Erick Costa (2019), as reuniões com os e as indígenas estudantes, em maioria Baré e Tembé, começaram por volta de maio de 2011, e entre novembro e dezembro do mesmo ano, a APYEUFPA surge.

Dessa forma, a APYEUFPA surge com o objetivo de reunir as forças dos e das indígenas estudantes da UFPA, para que estes lutem pela garantia e permanência de seus direitos,

¹⁷ Disponível em:

https://bdm.ufpa.br:8443/bitstream/prefix/4120/1/TCC_AvaliacaoCondicionamentoJogadores.pdf . Acesso em 15 de julho de 2023

principalmente para que eles conseguissem serem representados nas reuniões com a reitoria, órgãos, institutos e outros, e para que a associação pudesse fazer mediação, no caso, de indígenas estudantes que estavam se sentindo em situação desfavorável na universidade, ou seja, a associação surge como uma instituição que efetiva e apoia indígenas estudantes dentro da UFPA (Costa, 2019, p. 28).

A associação possui: diretoria executiva, assessoria, conselho fiscal e associados. A diretoria executiva é formada por: presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, tesoureiro, segundo tesoureiro, no qual são eleitos/as por os e as integrantes da associação, através de uma assembleia geral. Conforme Antônio Piratapuaie, vice-presidente da diretoria 2022-2024, na última eleição, em dezembro de 2022, ocorreu a atualização do estatuto da APYEUFPA, no qual, cinco coordenações também fariam parte da diretoria executiva, sendo elas: coordenação de de esporte e lazer; de projetos e justiça social; de cultura; de comunicação social; e, de monitoria da sala da associação.

Na mesma assembleia, foram eleitos cinco pessoas que se candidataram à vaga do conselho fiscal, estes possuem a responsabilidade de acompanhar o trabalho da diretoria vigente durante os dois anos de gestão, ou seja, são dois anos de gestão com possível reeleição, e, de acordo com Antônio: *então a mesma gestão pode ser reeleger por mais dois anos, conforme prevê o estatuto*. Além do Conselho Fiscal, há uma assessoria formada por indígenas discentes da pós-graduação, formada pelas discentes dos cursos de mestrado e doutorado, até o momento desta pesquisa (2024), compõem a Assessoria: Putira Sacuena, Manuela Karipuna, Luana Kumaruara, Evelin Xipaia e Virgínia Arapaso.

Ainda de acordo com Antônio Piratapuaie, as e os Associados também fazem parte da estrutura organizacional da APYEUFPA, eles que são os beneficiários de todo esse trabalho das gestões que vão trabalhar em diálogo com a universidade. Nesse sentido, os e as indígenas estudantes que compõem a Associação dos Povos Indígenas Estudantes na Universidade Federal do Pará/APYEUFPA, mobilizam as redes sociais como forma de ferramenta de diálogo com a comunidade externa e, principalmente voltada aos e às indígenas que estão fora da universidade, por meio de divulgação de editais: de redação, MOBAF, processos seletivos; cursos, palestras e oficinas: orientações de prova de redação, eventos acadêmicos; conteúdo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB; eventos de acolhimento a estudantes indígenas dos departamentos; divulgação de datas de Assembleias extraordinária dos indígenas estudantes na UFPA, defesas de TCC, defendendo pautas: como a permanência do Processo Seletivo Especial e outras mobilizações.

Eliene Rodrigues Putira Sacuena, indígena da etnia Baré, do município de Santa Izabel, do território médio Rio Negro, foi uma das indígenas que participou da seleção do PSE em 2011, para entrada em 2012, pelo fato do processo seletivo ter duas etapas (prova e entrevista), precisou se deslocar de seu município a Belém, nos dois momentos. Putira conta: “*Vim fazer a prova e retornar de novo à Santa Izabel, e aí vim de novo para entrevista, e ficar para estudar. Eu sou mãe de cinco filhos, então é algo que muitas das pessoas e que nem eu mesma consigo imaginar, como eu cheguei até aqui e resisti todo esse processo*”.

Figura 7: Mapa do território Putira Sacuena

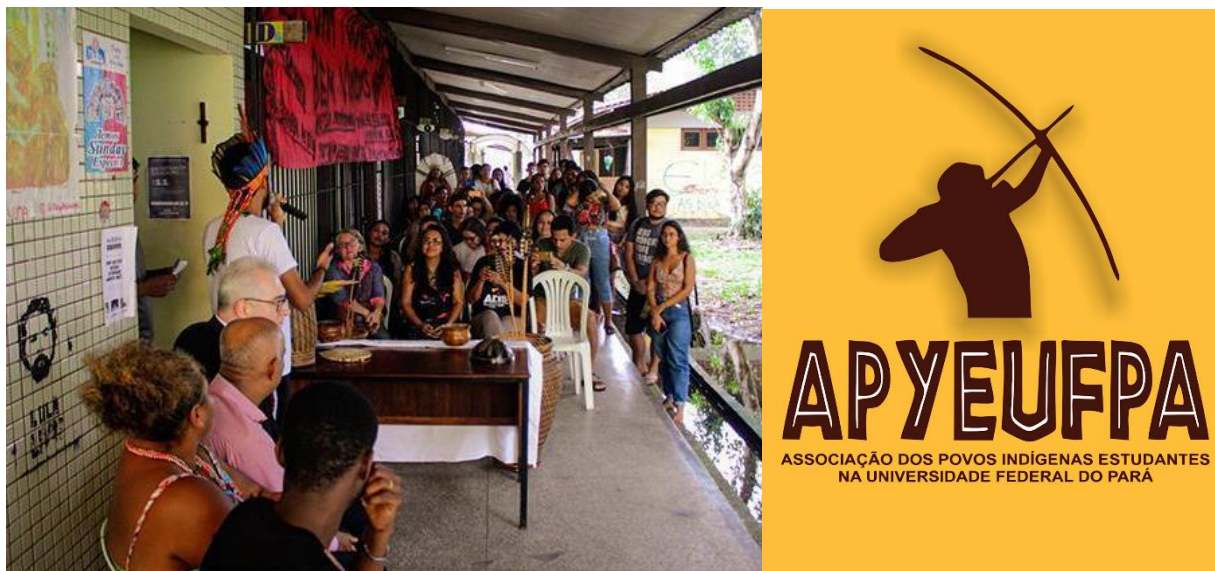


Fonte: Google Maps, 2024.

Em março de 2012, após sua aprovação no curso de biomedicina no Instituto de Ciências Biológicas/ICB, quando ela entra na universidade, ela começa a participar das atividades e ações da Associação dos Povos Indígenas Estudantes da Universidade Federal do Pará/APYEUFPA, que havia sido recentemente criada, em dezembro de 2011. Como relatado acima, a associação estava na primeira coordenação com Edimar Fernandes, da etnia Kaingang, e naquele ano (2012) ocorreu a primeira semana dos calouros indígenas, que tem por objetivo receber e acolher os novos indígenas discentes que, em sua maioria, saem de suas comunidades e se mudaram para Belém.

Figura 8: Semana do Calouro dos Povos Indígenas 2022;

Figura 9: Logo da APYEUFPA



Fonte: Facebook da APYEUFPA/2022

Dentre os acolhimentos, a semana do calouro é um dos eventos realizados para receber os e as indígenas estudantes que são novos no ambiente universitário. Nesse evento, são apresentados a universidade e serviços, a trajetória da APYEUFPA e realização de atividades de descontração: gincanas, danças e pinturas corporais. Putira relata:

Nesse momento, a gente começa a entender todo o processo da primeira turma que entrou em 2010, onde teve o maior número de desistência, porque a universidade não estava preparada para nos receber. A universidade abriu as portas e fechou tudo, mas como diz Almir Guarani, a gente abre portas e se não for aberta de um modo de coletividade a gente pode arrombar essas portas e abrindo janelas desse lugar (Putira Sacuena, junho de 2023).

Em 2012, os e as indígenas estudantes da APYEUFPA, começaram os diálogos com a assistência estudantil por meio da Pró-Reitoria de Extensão/PROEX, pela luta do auxílio emergencial, e, para quando entrassem na universidade, também tivessem direito à taxa zero no Restaurante Universitário/RU, na ocasião, ambos auxílios começaram a existir. No entanto, esse diálogo com a gestão não foi fácil, Putira narra que: *“não tinha esse diálogo lá com a Reitoria, tinha com a PROEX, pois na época não existia a Superintendência de Assistência Estudantil/SAEST, então era um diálogo muito com a PROEX”*.

Durante a segunda edição da semana dos calores indígenas, Putira relata que os e as indígenas estudantes começaram a perceber que os problemas dos anos de 2010 e 2011, não haviam sido resolvidos. Então, em 2013 os indígenas estudantes ocuparam o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CONSEP, e, de acordo com Putira Sacuena, na época, a maioria das pessoas não sabiam o que aquela cena, de vários indígenas estudantes sentados, pintados e

com arco e flecha na mão, significava para os e as indígenas estudantes, aquele era um momento para a reitoria sentar e entender que os e as indígenas estavam na universidade.

Ainda em 2013, após um ano de sua entrada na universidade, Putira Sacuena começa a atuar na diretoria Diretório Central dos Estudantes/DCE, quanto a isso, ela narra:

É bom lembrar que estamos atuando no DCE desde 2013, e é bom fazer esse resgate que estamos no DCE não agora, não na gestão de uma coordenação geral, mas estamos desde 2013 nessa discussão de ocupar esse espaço, sendo que era uma luta que a gente não conhecia e que a gente veio aprendendo no decorrer do tempo pra chegar até uma coordenação geral (Putira Sacuena, junho de 2023).

Putira Sacuena chama atenção sobre uma informação interessante, de que a bolsa permanência do MEC, surge a partir de vários Acampamento Terra Livre/ATL, e em especial o de 2012, no qual houve discussão de como os indígenas estavam se mantendo dentro das universidades. E em 2013, mesmo a maioria tendo voltado contra a bolsa, a presidenta Dilma vai lá e diz que era necessário e ela assina o documento da resolução da bolsa permanência do MEC. Então, eu percebo a importância que foi aquele ATL.

Em 2014, com o fim do período da primeira gestão, houve novas eleições para a escolha da nova diretoria da APYEUFPA, mesmo ano em que Juma Xipaia¹⁸ entra no curso de direito e convida Putira Sacuena para ser sua vice. É importante destacar que a gestão anterior foi formada majoritariamente por indígenas homens, como Edimar Kaegang, que juntamente com outros indígenas estudantes, organizaram o estatuto da associação. No entanto, para Putira, apesar da associação ter algo concreto, os e as indígenas estudantes sentiam falta de mais luta na universidade. Em suas palavras:

E entra um momento histórico, hoje eu consigo analisar isso enquanto antropóloga também é no período que nós, enquanto mulheres no Brasil e no mundo começam a ganhar muita força. Nesse processo, inclusive dentro das Universidade denunciando assédio, na verdade vem uma força muito grande, se vocês pegarem o ano de 2014 para cá, vocês vão ver o quanto nas mulheres começamos a ocupar os espaços, começamos a falar mais sobre quem somos, nós começamos a falar de todo o processo de violências, denúncias e tudo... Então a gente pega esse gancho de tudo que tava acontecendo não só no Brasil, mas o internacionalmente para vir e nós ganhamos a eleição (Putira Sacuena, junho de 2023).

Juma Xipaia e Putira Sacuena vencem o pleito e assumem a diretoria da APYEUFPA, o início de 2014, é marcado pela parceria com a Associação dos Discentes Quilombolas/ADQ da UFPA, momento em que se mobilizam em uma luta coletiva pelas implementação das ações afirmativas dentro da universidade, como a garantia do bolsa permanência do MEC, os auxílios

¹⁸ Desde 2022, atua como Secretária de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Juma_Xipaia . Acessado em: 20 novembro de 2023

emergenciais, as taxas zero no restaurante universitário e um lugar para que os indígenas estudantes pudessem se reunir, pois as reuniões geralmente ocorriam nos banquinhos debaixo das mangueiras em frente ao Instituto de Letras e Comunicação/ILC. Conforme Putira:

Muitas das pessoas vem falar assim: Bora gravar perto do rio, e eu digo assim: gente eu nunca fui, coisa mais difícil era nós irmos na beira do rio, a gente ficava ali e não ia ser para nos reunir né para fazer nossas reuniões e pactuações e nos organizarmos enquanto movimento indígena (Putira Sacuena, junho de 2023).

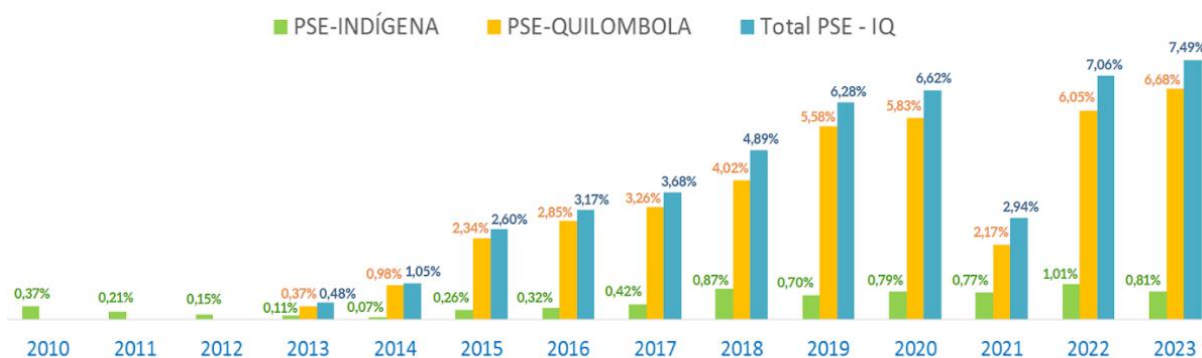
No segundo semestre de 2014, Juma Xipaia é aprovada em uma seleção para realizar intercâmbio acadêmico, na Itália, o que fez Putira Sacuena assumir a direção da APYEUFPA. Conforme Putira, nessa época existia um Núcleo de Inclusão, no qual a coordenadora da equipe técnica era a professora Rose Prado, e, em conjunto com as professoras Isabel Rosa Cabral e Izaura Vallinoto que atuavam como coordenadoras do Instituto de Ciências Biológicas/ICB, apoiavam a luta dos e das indígenas estudantes. Putira narra que a situação dos e das indígenas era a seguinte:

Nós reprovávamos muito no Instituto de Ciências Biológica, justamente onde eu estava, e todos os cursos da área da saúde passava por lá. Então a gente precisava discutir e garantir o curso de medicina dentro do PSE, porque existiam os sussurros da universidade, os racismos dentro da Universidade, como se nós não fossemos capazes de nos formarmos médicos e médicas. E a gente fez isso justamente nesse seminário, garantindo também a permanência do curso de medicina dentro do PSE (Putira Sacuena, junho de 2023).

Além disso, 2014, foi um ano marcado por desafios, pois o Processo Seletivo Especial/PSE, não respeitou as especificidades étnicas culturais dos povos, pois ele não tinha um olhar diferencial, como o de 2010. Por conta do modelo de prova objetiva, que não condizia com a realidade de ensino nos territórios fez com que somente sete¹⁹ indígenas fossem aprovados em toda a UFPA.

¹⁹ Ver gráfico 1, sobre o ingresso anual do PSE-Indígenas e Quilombolas.

Gráfico 2: Percentual de ingresso de Indígenas e Quilombolas estudantes na UFPA



Fonte: CMIG/DADD (Sigaa - abril/2023)

O gráfico 2, presente nos relatórios I e II, sobre o PSE, apresenta o quantitativo de indígenas estudantes que ingressaram na UFPA entre os anos de 2010 e 2023, nele, é possível perceber que entre 2013 e 2019, existe uma crescente na quantidade de ingressos de indígenas e quilombolas estudantes, essa crescente ocorre justamente a partir de 2015, no qual a entrada corresponde a 0,26%, diferente do ano de 2014, em que a entrada corresponde somente a 0,07% do total geral de vagas da UFPA.

De 2012 a 2014, os números se mantiveram relativamente baixos, entre 0,07% e 0,15%. Porém, a partir de 2015, houve um aumento considerável no número de matrículas de 0,26% e 0,32% em 2015 e 2016, respectivamente. Esse crescimento continuou nos anos seguintes, com percentuais de 0,42% em 2017, 0,87% em 2018 e atingindo um pico de 1,01% em 2022. Embora tenha havido uma ligeira queda em 2019 para 0,70%, os valores permaneceram elevados em comparação com os anos iniciais. O aumento nesse número é reflexo da criação e continuidade das políticas públicas de inclusão, como a Lei nº 12.711/2012, e, no caso da UFPA, está relacionado à luta pela permanência dos direitos dos indígenas estudantes na UFPA, a partir da associação dos povos indígenas.

Ou seja, como forma de garantir que o Processo Seletivo Especial/PSE, se mantenha sendo construído em conjunto com os e as indígenas estudantes. É nesse cenário que a APYEUFPA, em colaboração com os e as quilombolas²⁰ estudantes se sentiram provocados, e, se reuniram em uma sala no Benedito Nunes com a PROEG, representada pela professora Lúcia Harada, para dizer, nas palavras de Putira, “que não aceitavam esse tipo de PSE para 2015, que queriam o PSE do nosso jeito, como ele foi construído pelos povos indígenas em 2009, respeitando a nossa resolução”. Putira Sacuena conta:

²⁰ Começaram a ter vagas reservadas no Processo Seletivo Especial em 2013 na UFPA.

Eu digo que eu sou muito ousada em falar isso, mas eu digo que ali foi nosso primeiro seminário, sabe? Por nós, tirado por nós, a professora Lúcia Harada aceita esse desafio, sem conhecer nada, como ela mesma dizia: eu tô aqui muito disposta a aprender. A gente tinha vários outros professores também nos apoiando, nesse sentido, principalmente a antropologia. Também, não podemos deixar de falar da professora Jane Beltrão, Almides Guarani e Rosane Kaingang, Edmar Kaingang que atuavam na pós, estavam ali com a gente (Putira Sacuena, junho de 2023).

Em 2016, Putira Sacuena é reeleita para continuar na gestão da APYEUFPA. Para ela, nesse ano começa uma etapa muito importante dentro da universidade, pois foi um momento em que havia muitas situações de racismo na universidade, e, conseqüentemente, de adoecimento. Além disso, foi um momento de intensificação na luta dos e das indígenas discentes na associação, no Diretório Central de Estudantes/DCE. Nesse sentido, ela conta:

Muitas das vezes, a gente não se dá conta o quanto a gente vai fazendo esses enfrentamentos e vamos nos adoecendo também nesse processo, porque a gente fala de luta, mas a gente não fala dos adoecimento desse processo. E isso mexe muito com a gente, tanto você ter que dar conta de toda a luta que acontece com os povos indígenas, o nível de racismo na época era brusco, era muito mesmo, inclusive muitos indígenas, principalmente mulheres foram embora e não conseguiram ficar na UFPA... Não podemos deixar de falar sobre isso, porque realmente era muito pesado, as pessoas não estavam acostumadas, até hoje eu não consigo entender que elas estão aqui nessas *Amazônias* e não reconhecem nós enquanto povos, enquanto todo um conceito de ciência, medicina, cuidados de saúde e com o processo de culturalidades enormes, cada uma de nós é diferente da outra (Putira Sacuena, junho de 2023).

É através da luta em parceria com o movimento estudantil, no caso, com o Levante, que Putira conta que os e as indígenas da APYEUFPA começaram a compreender como funcionava o movimento político estudantil, que segue uma lógica diferente do indigenista. Para Putira Sacuena, era preciso aprender o movimento político da universidade, sem esquecer que esses movimentos são pessoas, logo, era necessário entender como essas pessoas viam o movimento, e, como elas manejavam esse movimento dentro da universidade. Para Putira Sacuena:

O levante fez essa escola junto com a gente. Ele trouxe isso para gente, de como é que tem que se articular, como é que tem que fazer, como é que a gente tem que fazer documentos. Tudo isso a gente já sabia fazer pelo movimento político indigenista, mas o movimento político dentro da universidade, essa questão partidária, essa questão toda que é o DCE, a gente aprendeu muito com o Levante. Em 2016, a gente ganha eleição. Gosto de falar que a gente ganha, porque a gente lutou muito, a diretoria ficava se revezando pra passar em sala de aula, para estar sempre junto com candidato da chapa que já era o professor Edimar e Emanuel. Então a gente fala: nossa vitória, e, quando a gente entra para essa Chapa foi uma situação muito extraordinária que eu lembro muito é que a gente pensava muita gente começou a procurar APYE para conversar com a gente, e as pessoas chegavam com a nossa demanda toda pronta: eu acho que vocês precisam de acompanhamento pedagógico, eu acho que vocês precisam disso, daquilo e tudo mais, e na verdade quando a gente entra com essa chapa, na verdade, a gente quer conhecer vocês e a gente quer construir junto. E isso pesa para nós enquanto a diretoria com Eveli Xipaia ali dentro também (Putira Sacuena, junho de 2023).

Ou seja, em 2016, a APYEUFPA tem seu primeiro mandato como cabeça da diretoria do DCE, em um tipo de modelo em que o foco eram os indígenas que iriam entrar na universidade, e tentar fazer permanecer quem já estava dentro.

Quando começava a discussão do PSE, a gente deixava tudo de lado, porque ele sempre foi prioridade para gente porque é garantia de direito, é garantia de autonomia. É uma coisa extraordinária, quando eu olho para o PSE, que é a gente entender o sistema. Depois de graduados é o momento que a gente percebe da importância da universidade, de entender, o porquê que os nossos mais velhos e mais velhas lutaram pra gente estar na universidade. E então, a gente precisa garantir porque eu estou formada agora e tudo mais, eu já estou aqui dentro, eu vou deixar de lutar, não! (Putira Sacuena, junho de 2023).

Putira Sacuena conta que participar da luta indígena no DCE foi muito importante em suas trajetórias. Em suas palavras, foi uma luta os e as indígenas estudantes assumirem pela primeira vez a direção do diretório estudantil, nesse sentido, ela recorda que:

Nessa última eleição do DCE, eu fiz questão de vir para esse Mirante do Rio de noite, e eu fiz questão de vir porque tava completando 10 anos que a gente vem participando do DCE, e a gente nem se deu conta... de repente eu tinha acabado de chegar de uma viagem, de uma visita técnica do Estado. E aí eu olhei a data, quando eu olhei eu falei: não gente... hoje é a eleição e eu tenho que votar, e além de eu votar, hoje tá fazendo 10 anos, porque a nossa primeira vez que a gente assumir uma diretoria foi em 2013 e a gente estava em 2023... Aí do nada um colega na época da diretoria do DCE manda uma foto minha daquele jeito né, magrinha, cabelão, sentada coordenando uma mesa. Aí eu falei: *gente bora se encontrar!* aí veio todo mundo dessa época e se encontrar e foi muito legal, porque a gente ganhou eleição... Toda a eleição que a gente se envolveu, a gente ganhou. E assumir o DCE junto com a outra coordenação quilombola, isso pra nós foi algo muito importante, mesmo vindo a pandemia, toda a situação (Putira Sacuena, junho de 2023).

Sobre o PSE, Putira Sacuena conta:

É uma coisa que eu falo muito para professora Rose Prado e para ela Isabel Cabral, a gente não pode esquecer dessas duas mulheres na nossa trajetória, mesmo tendo outros como referência como a Jane e Felipe Beltrão, o PSE não inicia no Centro de Processos Seletivos/CEPS, ele inicia dentro da antropologia na pós-graduação, no IFCH, na verdade. Depois que ele passa para o CEPS (Putira Sacuena, junho de 2023).

Por meio da luta dos e das indígenas e quilombolas estudantes, em 2017, foi inaugurado o pavilhão da diversidade, também conhecido como Bloco D. Na inauguração foram plantados muda de urucum, açaizeiros, jenipapo – que não conseguiu resistir ao tempo, e tem que plantar outro. Na ocasião, Putira conta que foi feito um ritual para fortalecer a presença dos povos indígenas da UFPA, no dia da inauguração, indígenas, quilombolas e estrangeiro se reuniram e firmaram parceria. Conforme Putira Sacuena: *Nós, falamos e entregamos para ao reitor um*

arco, pois já havíamos entregue uma flecha, nessa entrega nós falamos que ele estaria armado contra o racismo.

De acordo com Putira Sacuena, em 2017 a luta continua sendo contra o racismo institucional dentro da universidade, ela destaca que é uma luta que não acabou, e que cresce cada vez mais, para ela a universidade começou a entender o que é esse racismo. Putira narra que durante esse ano houve vários avanços, entre eles, várias pós-graduações inauguram vagas de ações afirmativas e o lançamento do programa de mobilidade acadêmica interna:

“mas só que a gente tem o auxílio moradia discutido, a mobilidade acadêmica para aquele indígena para aquela indígena que não consegue avançar no curso, mas tem uma outra oportunidade de tentar mudar de curso, esse é o objetivo principal do MOBAF, é permanência, o MOBAF não é acesso, ele é permanência. Ele foi pensado para o indígena permanecer na universidade, se encontrar dentro dela (Putira Sacuena, junho de 2023).

Em 2018, é o último ano que Putira Sacuena atua como presidenta da APYEUFPA, momento em que a Virginia Arapaso assume a gestão. Putira chama atenção dizendo que “nós mulheres acabamos assumindo essa responsabilidade à frente da associação, desde 2014. Sobre a APYEUFPA, Virginia Fonseca (2019) descreve como forma de levar as reivindicações coletivas de interesse dos e das indígenas estudantes para às reitorias das instituições que os abrigam para um estreitamento nas relações, uma vez que estes não eram notados:

Em meio a reuniões, os membros da APYEUFPA discutiam nossas carências e como podíamos superá-las via programas institucionais. Foram, e ainda são muitos os debates que temos isoladamente, antes de levarmos a mesa da Reitoria, nossas reivindicações. A meu ver, uma das atribuições de maior importância da Associação é levar os assuntos pontuais às reitorias das instituições que nos abrigam como estudantes, pois, foi esse tipo de atitude que fez com que estreitassem mais as nossas parcerias com outros núcleos do Campus. Realizamos e fomos convidados em muitas rodas de conversas, seminários e debates. Fizemos tudo que foi preciso para que a “comunidade acadêmica” nos notasse, e assim aconteceu (Fonseca, 2019, p. 320)

Virgínia Braga Fonseca é do povo Arapaso, da região do médio Rio Negro, Amazonas, realizou duas edições do Processo Seletivo Especial/PSE, em 2014 e 2015, e somente no último teve aprovação. Em março de 2016, ela iniciou o curso de bacharel em administração e que quando entrou na universidade, em abril já tinha a certeza de que receberia a bolsa do MEC, isso devido às lutas dos e das indígenas estudantes que vieram antes dela que sofreram e sentiram na pele a falta de ações afirmativas. Nesse sentido, ela começou a acompanhar as ações da APYEUFPA, isso pelo fato de ter sido acolhida por Putira ao chegar em Belém. Em suas palavras:

Então a Putira acabava me instigando a participar das reuniões, e eu passei a acompanhar. Eu vim também da pastoral da juventude, ou também do nosso movimento indígena que eu participava desde os meus 14 anos, ia pra São Gabriel da Cachoeira, no primeiro Encontro de Adolescente de Jovens Indígenas. Quando ela diz que ela não pode mais, então eu começo a assumir e eu sempre lembro do meu primeiro desafio, que é da gente defender o parente dentro de um mestrado para que ele conseguisse terminar o seu mestrado com a ajuda dela e de outros parceiros do direito que nos ajudaram muito (Virginia Arapaso, junho de 2023).

Conforme Putira Sacuena, a luta nunca parou, desde 2010, as lutas ainda são as mesmas, embora os e as indígenas estudantes tenham a sala da associação, computadores, participação ativa no DCE. A luta que também tem acontecido também para além dos muros da universidade, por meio da participação do Acampamento Terra Livre/ATL, a maior assembleia dos povos e organizações indígenas do Brasil, embora este evento aconteça desde 2004, é a partir de 2016, que os e as indígenas estudantes da UFPA tem participado.

Em 2019, Virginia Arapaso participou do ATL em Brasília com mais de trinta indígenas estudantes da UFPA. Conforme sua narrativa, para muitos deles era a primeira experiência no acampamento e na luta. Ela pode notar a diversidade que existe entre os indígenas estudantes, nessa experiência, eles acabaram se dividindo entre as reuniões:

Eu lembro que a Elaine era a secretária da APYEUFPA, e eu falava: *Olha Elaine tu vai pra câmara representar a APYE, e eu fico com a Raquel aqui na educação. A Raquel fica, e eu acabo indo para o MEC e eu não participo da caminhada, porque eu tive que acompanhar a equipe que ia lá direto para conversar com o Ministério da Educação, então eu não pude acompanhar todos eles, naquele momento. Então a gente se divide para estar nesses espaços e ter nossas representações ali, e isso foi um processo desafiador para mim* (Virginia Arapaso, junho de 2023).

Virginia Arapaso diz que: “nós temos sempre que lutar dentro da universidade, mas jamais esquecer de onde nós viemos e que a nossa luta também é constante lá fora, nós temos que lembrar de lutar pela permanência dos que estão aqui, mas também lutar pelos nossos povos”. Por conta dessa luta constante, ela também começou a atuar dentro do DCE, e uma das pautas constantes é de frisar a importância de uma vaga no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CONSEPE. Para Virginia Arapaso como garantia para permanência do Processo Seletivo Especial na UFPA:

Nós temos que ter uma vaga no CONSEPE, com a saída da Putira, da Concimá Sompré e da Evelyn Xipaya, quem vai assumir acaba indo juntamente comigo, o Ronaldo como suplente. E quando ela coloca assim, que a gente tem que lutar pelo PSE, é lá que a gente acaba lutando, defendendo para que todos os anos tenha o PSE. Esse é um dos primeiros desafios dos estudantes, é bater de frente com os outros professores e dizer: tem que ter o PSE! Então a gente dá o nosso voto para a continuidade do PSE (Virginia Arapaso, junho de 2023).

O ano de 2019, foi desafiador, pois, de acordo com Virgínia Arapaso, é o ano que marca o início do desgoverno no Brasil, pois este tentou modificar muitas coisas, um dos programas que os e as indígenas estudantes foram contra era o Futura-se, que conforme Sudré (2019), o projeto simbolizava o fim da democratização das universidades, pois tratava-se de uma tentativa de privatizar o ensino superior. Assim, Virginia Arapaso conta: *Nós dizemos não ao “future-se”, e entender as políticas partidárias do movimento estudantil, é para que nós possamos aprender a nos defender diante dessas políticas que são contra nossa existência.*

Em 2020, Virginia é eleita e assume oficialmente a coordenação da APYEUFPA, momento em que a associação completa 10 anos de presença indígena na universidade. E ao invés de questionar o que estava diferente para os e as indígenas estudantes durante os dez anos, na época, Putira Sacuena fez uma provocação: o que a Universidade Federal do Pará mudou durante esses dez anos de presença indígena? Como a UFPA os vê?

Nesse sentido, Virgínia Arapaso relata as reflexões realizadas por ela nesse momento:

Por sermos povos diferentes, poderíamos sermos mais valorizados, mas a gente tem que lutar contra o racismo e entender como esse processo que acontece. E nós entendermos que sofremos racismo, que nossos colegas sofreram... ainda é difícil. Poxa, eu não entendia que tinha passado por isso, e a partir do momento que a gente começa a discutir, a gente fala: *caramba, eu passei por isso, né?* E isso é racismo (Virginia Arapaso, junho de 2023).

Em 2020, com a pandemia, uma parte dos e das indígenas estudantes voltaram para as suas comunidades, no entanto, outros continuam em Belém no ensino remoto. De acordo com Virgínia Arapaso, esse foi um momento desafiador e de muitas questões, pois ela como componente da diretoria da APYEUFPA, teve que lidar com as demandas que o ensino remoto trouxe, pois era algo novo. Ela conta:

Era um desafio. Como que a gente vai interagir com eles para se inscrever em auxílio? Como que nós vamos auxiliar eles pra não acabar perdendo o auxílio? E vai na SAEST para poder adiar mais, ajudar a receber, ter um olhar diferente, porque nem sempre as comunidades vão ter uma internet para fazer a inscrição ou para mandar os trabalhos de aula. Então esse processo de ensino remoto foi desafiador para nós, a gente não poderia aceitar, mas a gente acaba aceitando, porque também entraria a questão da bolsa permanência que se não estudasse ficaria sem a bolsa permanência (Virginia Arapaso, junho de 2023).

Em seu trabalho de conclusão de curso, Virginia Arapaso fez uma investigação para tentar compreender as estratégias dos indígenas estudantes perante o cenário pandêmico. Em sua vida pessoal, Virginia Arapaso relata que a perda de seu pai a abalou psicologicamente, o

que tornou um desafio continuar dentro do movimento estudantil, nesse sentido, em novembro de 2020, ela pediu o seu afastamento da gestão da APYEUFPA. Conforme seu relato:

Depois eu volto aos poucos... Eu sempre tive apoio, muito apoio mesmo. A partir do momento que o vice sai e vai estudar em outra localidade, o Antônio e a Elaine Baré são os dois braços que eu tenho dentro da diretoria, e quando eles vão para suas comunidades no tempo da pandemia, eu também eu saio um pouco daqui e me afasto, é o tempo que também ficam mais dois braços, o Juliano Psirema, Rodrigo e a Jéssica, então eles articulavam da UFPA, e cada nós de um canto, mesmo longe a gente conseguiu se articular. Então a gente tinha que ser unido para ter essas lutas que não parou (Virginia Arapaso, junho de 2023).

Durante a pandemia, os e as indígenas estudantes que continuaram em Belém, tiveram problemas com a alimentação, pois o restaurante universitário parou de funcionar. Na época, Putira Sacuena começou a atuar como técnica responsável pela Saúde do Estado na Secretaria de saúde Pública do Estado, aliado a isso, a APYEUFPA fez parceria com integrantes do Movimento Sem Terra/MST, e com o auxílio do Álvaro Palha e a professora Isabel Cabral, foram distribuídas máscaras nas casas de noventa e cinco indígenas estudantes que não conseguiram voltar para os seus territórios. Quanto à esse cenário pandêmico, Putira Sacuena conta:

Teve o primeiro indígena com caso grave de COVID-19, a gente teve todo apoio e organização através do professor João Guerreiro, Piane... A gente teve todo um apoio para que esse indígena não se agravasse, [...] a gente não sabia como era. Nós fizemos de medicina indígena aqui [Pausa longa]... Tio Jaime mandou xarope de cumaru e ele não resistiu em 2021... e a gente compartilhava medicina em grupo, onde todo mundo ensinava alguma coisa, inclusive com o pessoal do Amapá, o Anderson Martins que comandava esse grupo pra surgir um livro tanto no Alto Rio Negro, como no Amapá (Putira Sacuena, junho de 2023).

Conforme Putira Sacuena, o livro surge com várias receitas para curar do vírus do COVID-19. Assim, seu tio, Jaime fez isso, ele curou muita gente no Alto Rio Negro, conforme Putira Sacuena: *Conforme a nossa cosmogonia do Rio Negro, quando tu cura muitas pessoas, a pessoa se vai, e a gente percebeu que ele curou tanta gente e chegou o momento que ele teve que ir.* Em relação a isso, Virgínia Arapaso conta das dificuldades nesse período, principalmente em relação ao não vivenciamento do luto:

O período da pandemia, para nós foi muito triste a gente perdeu os nossos entes queridos, amigos a gente se entristeceu porque pessoas próximas adoeceram, mas elas conseguiram e foi um grande desafio durante a pandemia e pós pandemia. E aí como os parentes vão voltar? E nós não vivemos o luto (Virginia Arapaso, junho de 2023).

Virginia Arapaso chama atenção que principalmente após 2020, esse período foi marcado pelos inúmeros cortes nas verbas destinadas à educação, principalmente as assistenciais. Em suas palavras Virgínia diz: *Quem entrou no contexto pós-pandemia, entre 2021 e 2022, não tiveram a mesma possibilidade que eu, de entrar e ter um auxílio permanência ou o auxílio do Ministério da Educação/MEC. Ou seja, a situação ficou bem difícil para os e as novas indígenas estudantes, pois além da precariedade na assistência estudantil.*

Quanto à pandemia, Putira Sacuena narra que indígenas e quilombolas estudantes sofreram situações de racismo em plena pandemia pela Universidade, e quando ela fala em universidade, ela engloba todos. Isso, quando eles votam a favor das aulas remotas, pois nesse momento eles lutam contra toda a universidade, batendo na tecla dizendo que era possível ter aulas remotas mesmo sabendo que alguns parentes não iriam conseguir.

Conforme Putira, a defesa das aulas remotas era para garantir a permanência dos outros estudantes indígenas que estavam pagando aluguel e contas com a bolsa permanência do MEC. Assim, Putira Sacuena e Virgínia Arapaso narram: *a maioria [da universidade] não sabia por que que a gente estava defendendo isso, nos criticaram muito, vieram pra cima da gente com todos os racismos. E aí que a gente percebe o quanto a universidade é racista e o quanto ela precisa mudar.*

Nesse sentido, Virginia Arapaso diz que a luta continua todos os anos, pois a construção do edital do PSE precisa ser construída conforme as demandas dos indígenas e quilombolas estudantes. E mesmo que o edital seja construído por eles, é necessário ouvir as demandas das comunidades contadas pelos próprios estudantes. Conforme Virginia: *Eles têm que nos ouvir para construir juntos, saber qual é o nosso olhar, saber quais as demandas que nós trazemos das nossas comunidades para construir junto esse edital. E o que a gente sempre bate na tecla de nos ouvir e a gente tem muito pra falar sobre isso.*

Putira Sacuena conta que a APYEUFPA sempre esteve presente nas discussões sobre o Processo Seletivo Especial/PSE, pois é uma forma de garantia a continuidade do edital:

A gente tá lá [no Seminário do PSE], a gente tem que estar lá... todo mundo. Para garantir que não é sobre nós, é sobre os outros que virão. Esse é um pensamento que eu levei desde o momento que eu assumi pela primeira vez APYE, foi uma coisa que eu peguei enquanto objetivo para mim. Quando a gente discute sobre o PSE, a gente não tem que pensar na gente que tá aqui dentro, mas temos que pensar em quantos mais vão sair, sem falar que a gente não discutiu quem eram 12, aí foi para 24, depois 32, depois, 63, e hoje somos mais de 400 indígenas aqui na UFPA. Ou seja, mais de 40 povos (Putira Sacuena, junho de 2023).

Em relação à quantidade de indígenas estudantes na UFPA, Virginia Arapaso chama atenção pelo fato de que na Universidade Federal do Pará há mais de quarenta povos, o que mostra que há uma diversidade de territórios e etnias, tanto na graduação quanto na pós-graduação. E a pós-graduação também tem editais com bolsa de ações afirmativas para indígenas estudantes, que é resultado da luta dos e das indígenas estudantes que compõem a APYEUFPA.

Figura 10: Povos indígenas estudantes na Universidade Federal do Pará



Fonte: Pesquisa de campo na APYEUFPA. Agosto, 2023

Desde sua criação, a Associação dos Povos Indígenas Estudantes na Universidade Federal do Pará - APYEUFPA tem sido estruturalmente organizada através do Conselho Executivo e do Conselho Fiscal. Até o momento foi dirigida por seis presidentes eleitos em assembleias ordinárias, cinco delas indígenas mulheres e uma por um indígena homem. A constituição dessas lideranças à frente da APYEUFPA no período de 2011 a 2022, são: Edimar Kaingang (2011-2013); Juma Xipaia (2014); Eliene Baré (2015-2018); Virginia Arapaso (2019-2020) e autogestão (2021-2022) e Josilene Nunes a partir de 2023.

Através do diálogo com a Reitoria, comunidade e demais entidades interessadas na luta política, a Associação dos Povos Indígenas Estudantes na Universidade Federal do Pará - APYEUFPA procura garantir o direito de acesso e permanência dos indígenas estudantes, principalmente ao direito de permanência. Diversidade e inclusão são alcançadas através da participação em eventos que trazem os temas indígenas como uma agenda, onde os próprios indígenas falam da realidade vivida em suas comunidades ou aldeias, mostrando a diversidade cultural que existe entre os povos nativos e que eles são capazes de produzir ciência que luta por sua inclusão e permanência no espaço acadêmico, sem deixar de ser o que realmente são, e acrescentando para tentar mitigar a desigualdade que existe no padrão da sociedade brasileira.

Figura 11: Indígenas estudantes presentes da APYEUFPA em manifestação



Fonte: Facebook da APYEUFPA/2022

A participação de representantes indígenas na discussão sobre resoluções que pretendem definir as ações afirmativas é considerada como fundamental pela APYEUFPA. Essa reivindicação considera a participação de indígenas estudantes na construção de uma política indigenista, interessada em produzir alternativas que abracem a diferença; ao mesmo tempo, nos faz refletir sobre a internalização dos direitos indígenas nas políticas universitárias uma vez que a autonomia, participação e cidadania diferenciada garantidos na Constituição Federal dependem de decisões institucionais (Oliveira et al, 2015).

2.2 O Processo Seletivo Especial/PSE da Universidade Federal do Pará/UFPA: Análise dos Relatórios apresentados nas edições do Seminário do Processo Seletivo Especial de 2022 e 2023

Para realizar a análise dos dados sobre o acesso e permanência de indígenas estudantes na UFPA, neste item proponho realizar um diagnóstico dos I e II Relatórios apresentados nas edições de 2022 e 2023, do Seminário do Processo Seletivo Especial/PSE. O Seminário do Processo Seletivo Especial não é uma iniciativa recente da UFPA, em 2017, como apontado anteriormente por Putira Sacuena, o Seminário ocorre desde 2014 com o objetivo de discutir as políticas de ações afirmativas para o ingresso de indígenas e quilombolas estudantes na UFPA.

Nesse sentido, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação/PROEG da UFPA, em parceria com a Assessoria de Diversidade e Inclusão Social/ADIS, em conjunto com a Associação dos Povos Indígenas Estudantes na UFPA/APYEUFPA e Associação de Discentes

Quilombolas/ADQ, realizam todos os anos uma edição do Seminário do PSE, com o objetivo de possibilitar um espaço, no qual, gestão da UFPA, estudantes e outros órgãos públicos possam dialogar sobre a construção e aperfeiçoamento do Processo Seletivo Especial. Ou seja, o seminário considera todas as etapas do PSE, como: inscrição, provas, ingresso e ações afirmativas que garantam a permanência dos e das indígenas estudantes (UFPA, 2023).

As edições analisadas contaram com a participação de representantes de órgãos da UFPA, como: Procuradoria Federal da UFPA, Centro de Registros e Indicadores Acadêmicos/CIAC e a Superintendência de Assistência Estudantil/SAEST, e convidados externos como, Federação dos Povos Indígenas do Pará/FEPIPA, Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará/Mulungu, Ministério Público Federal, Justiça Federal e da Defensoria Pública da União (UFPA, 2023).

Nas três edições do Seminário do PSE, houve duas mesas de debate, uma dedicada ao debate das ações afirmativas como o Processo Seletivo à Mobilidade Acadêmica Afirmativa/MOBAF, programa que oferta vagas ociosas para que estudantes tenham a oportunidade de uma segunda opção de curso no vestibular; e, a criação do Programa de Auxílio Moradia exclusivo para alunos indígenas, quilombolas e ribeirinhos; e a segunda mesa, trata-se de uma plenária com apresentação e discussão de proposta de alteração do edital do PSE. A participação no evento ocorre de forma aberta, como forma de garantir a participação de estudantes sem a necessidade de inscrição prévia.

Conforme a pró-reitora de Ensino de Graduação da UFPA, Loiane Verbicaro:

Este é um momento fundamental para o estabelecimento de um espaço dialógico que resultará na construção coletiva e aperfeiçoamento do edital do Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas 2024, com o propósito de avançarmos com nossos compromissos de tornar a UFPA cada vez mais inclusiva, diversa, plural e acolhedora, considerando a importância do protagonismo estudantil (UFPA, 2023).

Nesse sentido, a Assessoria de Diversidade e Inclusão Social/ADIS busca promover a igualdade e valorizar grupos historicamente marginalizados dentro da universidade. Suas ações são voltadas para a implementação de políticas afirmativas, especialmente em relação à diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual, e cultural. Além disso, a ADIS também atua como um espaço acolhedor para estudantes que sofrem qualquer tipo de discriminação dentro da universidade.

Suas competências incluem a elaboração, proposição, coordenação, implementação e acompanhamento das políticas de ações afirmativas na UFPA, assim como a execução de programas e projetos que visem a inclusão e permanência desses grupos na universidade. Por meio de minha experiência pessoal, como estrangeiro, tive a oportunidade de conhecer o espaço

e compartilhar com a professora Denise Machado Cardoso, que integra parte da coordenação geral do projeto, e que com muita disponibilidade me explicou como funciona a ADIS, assim, testemunhei na prática como a iniciativa prioriza o respeito para as demandas dos estudantes, procurando sempre uma solução, de acordo com as competências que têm dita assessoria.

A edição de 2022, também intitulada como a quarta edição foi realizada entre os dias 8 e 9 de agosto de 2022 e, a quinta edição do Seminário de 2023, ocorreu no mês de junho, atividades que reuniram indígenas e quilombolas estudantes, com o intuito de discutir e compartilhar experiências sobre o acesso à universidade, além de contar com uma modalidade remota conectada com o campus de Altamira. Nessas edições, tive a oportunidade de presenciar a construção da luta coletiva entre os e as indígenas estudantes da UFPA, estes e estas trabalham em conjunto para enfrentar os desafios e dificuldades que encontram no processo seletivo e na vida acadêmica.

2.2.1 Os I e II Relatórios do Seminário do Processo Seletivo Especial (2022 e 2023)

Durante o IV e V Seminário do Processo Seletivo Especial que ocorreu nos anos de 2022 e 2023, foram apresentados dados quantitativos, disponíveis no I e II Relatório Institucional de acompanhamento dos estudantes ingressantes do Processo Seletivo Especial Indígenas e Quilombolas (PSE-IQ), sob coordenação e elaboração de Joelma Morbach e Alan Sousa (2022), os relatórios foram disponibilizados pela Pró Reitoria de Ensino de Graduação, por meio da Diretoria de Apoio a Docente e Discentes/DADD e da Coordenadoria de Monitoramento de Indicadores da Graduação/CMIG.

Cabe dizer que os relatórios apresentam diversos dados referentes aos indígenas e quilombolas estudantes que ingressaram por meio do Processo Seletivo Especial, desde 2010. Embora eles sejam referentes aos dois grupos de estudantes, a análise à seguir tem como foco os e as indígenas estudantes, assim, me aterei aos dados relativos ao quantitativo de ingresso, desistências, áreas, câmpus, participação no programa de Mobilidade Acadêmica Afirmativa e atual vinculação com a universidade.

De forma geral no gráfico (1) abaixo, nota-se que após as implementações de ações afirmativas e da possibilidade de bolsa permanência do MEC, entre 2013 e 2018, há um aumento considerável na quantidade de indígenas ingressantes na UFPA. Conforme as considerações de Virginia Arapaso, é a partir das seleções de 2018, com entrada em 2019, que esses números começam a decair. Ou seja, houve uma queda entre 2020 e 2021, muito provavelmente por conta do contexto epidêmico do Covid-19 aliado às políticas do desgoverno

entre 2018 e 2022. Conforme o II Relatório Institucional de Acompanhamento dos Estudantes Ingressantes do PSE-IQ (2023), a quantidade de indígenas na UFPA é de 576 (15%) em 2023, enquanto o total de quilombolas alunos é de 3.347 (85%).

Gráfico 1: Ingresso anual do PSE-Indígenas e Quilombolas

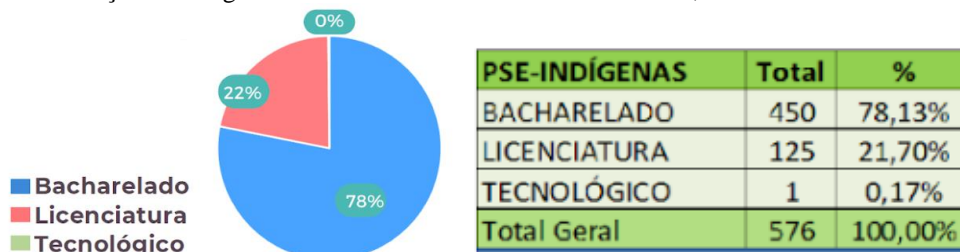


Fonte: CMIG/DADD (Sigaa - abril/2023)

A partir de 2020, os números se estabilizaram em torno de 0,79% a 0,81%, o que pode indicar uma certa estagnação ou estabilização do crescimento observado nos anos anteriores. No geral, essa tendência sugere um aumento significativo na representação de estudantes indígenas na UFPA ao longo da última década, embora os dados mais recentes mostrem uma estabilidade nesse aumento.

Quanto à distribuição nos cursos na UFPA, os dados de 2023 mostram que do total geral (576) de indígenas estudantes na universidade, 450 (78,13%) ocupam as vagas nos cursos de bacharelado, 125 (21,70%) são alunos da licenciatura e apenas 1 (0,17%) é de curso tecnológico.

Gráfico 3: Distribuição de indígenas estudantes nos cursos de licenciaturas, bacharelados ou tecnológico, 2023

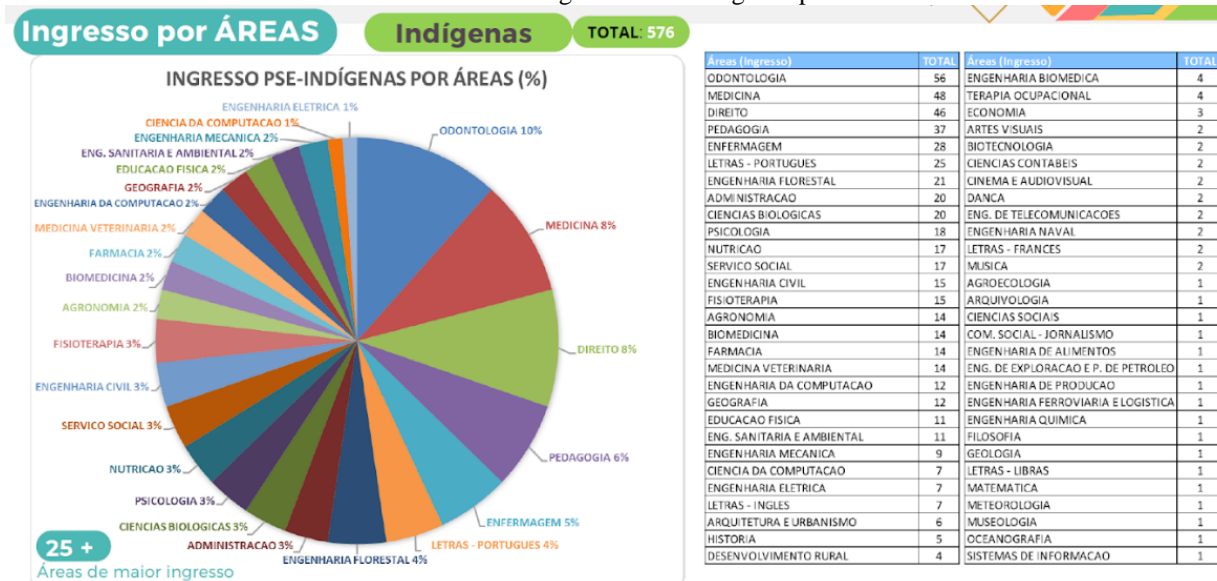


Fonte: CMIG/DADD (Sigaa - abril/2023)

O gráfico 4 mostra que os indígenas estudantes estão ocupando, em primeiro lugar, os cursos de odontologia (48), medicina (48), direito (46), pedagogia (37), enfermagem (28),

curso que segundo as interlocutoras desta pesquisa, existe uma falência na formação desses profissionais, que atendam e sejam sensíveis com as especificidade culturais de cada etnia.

Gráfico 4: Ingresso PSE-Indígenas por áreas



Fonte: CMIG/DADD (Sigaa - abril/2023)

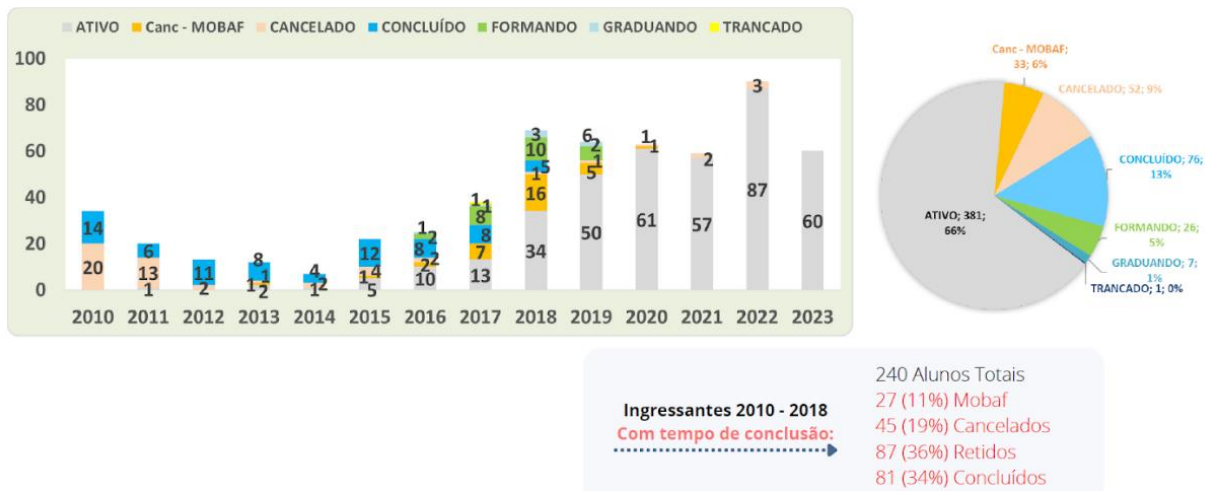
Outro destaque do Seminário do PSE, foi dado ao campus de Altamira, por conta da presença indígena no campus e este ser considerado como um ponto estratégico na realização do Processo Seletivo Especial - PSE, uma vez que há diversas etnias na região adentrando a universidade. No entanto, a realidade de quem faz o processo seletivo em Belém é diferente. Conforme Juliano Kaxuyana e Tiriyó, o PSE-IQ ainda significa uma barreira devido ao acesso para assistir as etapas, em suas palavras:

A primeira porrada que nós leva, é a distância e vir de lá, começa a sair de lá de nossa aldeia, essa é uma das grandes dificuldades... a primeira luta para entrar na universidade é a chegada aqui, fazer a prova do PSE que é distante, gasta tempo, leva dinheiro. É essa a primeira grande luta para entrar e a segunda é a permanência mesmo e também muitos conseguem entrar, mas também muitos não conseguem permanecer devidamente recursos financeiros, né? Que ainda por incrível que pareça, ainda são, por mais que a UFPA, tenha e destine um certo recurso, ainda não é o suficiente para entregar a todos aqueles que estão dentro da universidade que ainda ficou muito ficam de fora (Juliano, 27, Enfermagem, Kaxuyana e Tiriyó, Pará)

Os relatórios apresentam os dados relacionados aos status dos indígenas estudantes na UFPA, o que ilustra a questão do acesso e permanência desses alunos na instituição. De acordo com os dados apresentados no gráfico 5, entre 2010 e 2018, há uma variação significativa no número de matrículas anuais, com uma tendência de aumento ao longo dos anos. O número

apresentados entre 2010 e 2018 revelam que dos 240 alunos totais, 36% foram retidos, 19% cancelados, 27% trocaram de curso pelo MOBAF, e somente 34% concluíram, ou seja, os dados revelam uma trajetória de ingresso e permanência desses alunos ao longo dos anos.

Gráfico 5: Indígenas alunos por Status



Fonte: CMIG/DADD (Sigaa - abril/2023)

Essa análise estatística oferece insights importantes sobre a evolução e os desafios enfrentados por esses estudantes dentro do ambiente acadêmico. No entanto, a análise mais detalhada dos status de matrícula revela uma realidade multifacetada. Enquanto o número de alunos matriculados cresce, os desafios de conclusão e continuidade dos cursos também são evidentes. A quantidade de alunos cancelados ou em situação de cancelamento/MOBAF oscila, sugerindo dificuldades na manutenção da matrícula e na conclusão dos cursos.

Em resumo, os dados sobre os e as indígenas estudantes na UFPA refletem não apenas um aumento quantitativo no ingresso, mas também apontam desafios significativos em relação à permanência e conclusão dos cursos. A promoção de uma educação inclusiva e respeitosa à diversidade cultural é essencial para garantir não apenas o acesso, mas também o sucesso acadêmico e a realização pessoal desses estudantes dentro do contexto

A partir das participações nos Seminários do PSE, reflito o quanto é importante para os e as indígenas estudantes indígenas garantirem o ingresso e a permanência na universidade. Pois, um pensamento presente em suas intervenções é de que todo indígena estudante compõe um tecido onde se conectam como uma cadeia, no qual quem chegou primeiro acolhe quem vem depois. Ideia que também é presente em Célia Xakriabá (2018):

Ocupar a universidade me proporcionou uma aproximação ainda maior de minha cultura e me instigou a querer conhecer mais e mais sobre meu povo. De alguma forma, o que já era presente no dia a dia, tornou-se mais valoroso. Reafirmou a importância do meu pertencimento a uma cultura diversa. Me fez perceber o quão bela

e rica minha cultura é. Essa aproximação de minhas raízes se tornaria ainda mais intensa ao buscar com os nossos/as velhos/as mais conhecimentos sobre nossa história, tradição e cultura (Xakriabá, 2018, p. 50).

A presença de indígenas estudantes na universidade, dá conta dessas expressões identitárias, produzindo espaços de acolhimento e conflito das especificidades da experiência de cada estudante. É crucial considerar os fatores que contribuem para as desistências ou demoras na conclusão dos cursos. As barreiras enfrentadas pelos e pelas indígenas estudantes podem incluir questões socioeconômicas, culturais, geográficas e até mesmo a falta de suporte específico dentro da instituição de ensino. O choque entre a cultura acadêmica ocidental e as práticas tradicionais dessas comunidades também pode desempenhar um papel importante nesse cenário. Nesse sentido, no próximo capítulo tratarei sobre as barreiras, estratégias de enfrentamentos e resistência dos e das indígenas estudantes na UFPA.

2.3 A Assessoria da Diversidade e Inclusão Social/ADIS

A Assessoria da Diversidade e Inclusão Social/ADIS é uma iniciativa da UFPA, que busca promover a igualdade e valorizar grupos historicamente marginalizados dentro da universidade. Suas ações são voltadas para a implementação de políticas afirmativas, especialmente em relação à diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual, e cultural. Além disso, a ADIS também atua como um espaço acolhedor para estudantes que sofrem qualquer tipo de discriminação dentro da universidade. Suas competências incluem a elaboração, proposição, coordenação, implementação e acompanhamento das políticas de ações afirmativas na UFPA, assim como a execução de programas e projetos que visem a inclusão e permanência desses grupos na universidade.

A Clínica de Atenção à Violência e a Assessoria da Diversidade e Inclusão Social elaboraram uma cartilha para a prevenção e enfrentamento da discriminação e violência na Universidade Federal do Pará (UFPA)²¹. O propósito deste material é guiar a comunidade acadêmica na abordagem da violência e discriminação dentro da instituição. A cartilha estará disponível em formatos impresso, virtual e audiovisual, assegurando acessibilidade a todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência.

O conteúdo abrange informações cruciais sobre como combater a discriminação, o racismo e outras formas de violência na UFPA, apresentado conceitos-chave e orientações

²¹ Disponível em: Cartilha educativa sobre prevenção à violência e discriminação na UFPA. Acesso em: 25 ago 2023.

sobre onde encontrar apoio e assistência. O objetivo do material é auxiliar estudantes, professores, técnicos e demais membros da comunidade universitária a buscar apoio e colaborar na resolução dessas questões relacionadas à violência.

Para identificar e prevenir a discriminação e violência, compreendendo a discriminação quando ocorre há distinção, exclusão ou restrição com o objetivo de anular ou limitar o reconhecimento ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais de um grupo de pessoas ou individualmente. Podendo se basear-se em raça, cultura, cor da pele, identidade de gênero, entre outros aspectos. A cartilha enfatiza que atos discriminatórios podem resultar em crimes, infrações administrativas e violações de direitos passíveis de responsabilização e reparação.

Por sua vez, a violência refere-se a situações que causam danos e sofrimento a uma ou mais pessoas, podendo ser física, psicológica, moral, sexual, entre outras formas. Nem toda violência é necessariamente criminosa, mas medidas cíveis e administrativas podem ser tomadas. Exemplos incluem assédio moral, assédio sexual, racismo, LGBTfobia, misoginia, entre outros comportamentos abusivos.

Na cartilha se especifica quais são os diversos recursos de apoio e orientação que tem a universidade, incluindo a Clínica de Atenção à Violência, a Clínica de Psicologia, a Ouvidoria, a Superintendência de Assistência Estudantil, a Assessoria de Diversidade e Inclusão, além de órgãos externos como a Defensoria Pública. Essas entidades estão disponíveis para oferecer suporte jurídico, social e psicológico gratuito aos estudantes e membros da comunidade acadêmica.

Além disso, a ADIS também tem outras iniciativas de construção e divulgação de material para combater a violência e a discriminação, como o Manual de Comunicação LGBTI²², o Manual de Atenção Psicossocial aos Povos Indígenas e o Manual de Heteroidentificação, recursos disponibilizados no site da assessoria²³.

O “Manual de Comunicação LGBTI+” tem como objetivo trazer à discussão temas importantes para o debate nacional e internacional sobre os direitos da população LGBTI+. Ele busca contribuir para diminuir preconceitos e estigmas e colaborar para o melhor entendimento de termos que são recorrentes entre a população LGBTI+, mas que podem não ser usuais no dia a dia de comunicadores(as) e estudantes e professores.

²² Disponível em: [manual-comunicacao-LGBTI.pdf](#) (grupodignidade.org.br) .Acesso em: 25 ago 2023.

²³ <https://adis.ufpa.br/>

O “Manual de Atenção Psicossocial aos Povos Indígenas” (Brasil, 2019) é um documento orientador sobre acolhimento e atenção psicossocial diferenciada às populações indígenas. Por outro lado, o “Manual de Heteroidentificação” é um recurso utilizado pela UFPA para garantir a correta aplicação das cotas raciais em seus processos seletivos. Este manual estabelece as premissas para a Comissão de Heteroidentificação da UFPA²⁴, que é responsável por avaliar o fenótipo social dos candidatos autodeclarados negros. A heteroidentificação é uma etapa importante para garantir a justiça e a equidade no acesso à educação superior.

De acordo com Antonio Piratapuaie, representante da APYEUFPA, a relação com AIDS sempre foi marcada por uma parceria baseada em um bom relacionamento, promovendo o diálogo para abordar as demandas dos indígenas e quilombolas estudantes. Essa parceria estabelece um vínculo com a reitoria por meio de uma representação institucional que se conecta com os movimentos sociais das associações estudantis dentro da universidade. Essa abordagem visa contribuir para as demandas e desenvolver atividades que abranjam outras diversidades, como estudantes com deficiência, discentes estrangeiros e pessoas pertencentes à comunidade LGTBQIAPN+.

A ADIS desempenha um papel crucial como articuladora do diálogo com outras unidades da universidade, respeitando as diversas demandas que surgem; “Como problemas institucionais relacionados à matrícula e ao próprio processo seletivo do PSE” (Antonio Piratapuaie, Junho 2023). A assessoria surge a partir da pressão de movimentos sociais articulada nas associações. Antônio destaca o trabalho de acompanhamento e representação institucional realizado pelas professoras doutoras Zélia Amador de Deus, Denise Machado Cardoso e Isabel Rosa Cabral, não se limitando apenas à universidade, mas também estabelecendo parcerias em fóruns e diversas atividades que contribuem para o compromisso de uma universidade mais inclusiva.

2.4 Projeto IQ, conhecimento e resistência

Por recomendação dos e das indígenas discentes que colaboram com essa pesquisa, comecei a frequentar o Projeto Indígenas e Quilombolas/IQ, localizado no setor profissional no bloco K, na faculdade de Serviço social, o projeto tem como coordenadora a professora Maria Amoras e Solange Gayoso. O Projeto IQ é o resultado de uma iniciativa significativa desencadeada pela demanda de estudantes do curso de serviço social da UFPA, no período de 2017 e 2018. A primeira versão do projeto surgiu em 2017, momento em que os atendimentos

²⁴ Disponível em: Manual de Heteroidentificação (ufpa.br) .Acesso em: 25 ago 2023.

eram realizados apenas com discentes do curso de serviço social, ainda em 2017, ele foi ligado ao Núcleo Docente Estruturante/NDE-FASS.

No ano de 2018, as atividades e a metodologia do projeto se ampliaram e passaram a atender os alunos dos cursos do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/ICSA. Em 2019, há a terceira versão do projeto, com o intuito de apoiar e contribuir para a permanência de estudantes de comunidades tradicionais de toda a UFPA, sem perder o foco no atendimento com qualidade e equidade. E para suprir as necessidades específicas desses estudantes, a intenção é criar um ambiente inclusivo e desenvolver estratégias educativas que fortaleçam suas presenças no contexto acadêmico.

São quatro eixos que norteiam as ações do projeto IQ:

Quadro 1: Eixos que norteiam as ações do Projeto IQ - Conhecimento e Resistência

Eixos	Descrição	Atividades
Apoio acadêmico e pedagógico	Objetiva apoiar os e as indígenas e quilombolas discentes em suas atividades acadêmicas e pedagógicas para a permanência e a conclusão com êxito do curso	- orientação para elaboração de trabalhos acadêmicos (fichamentos, resumos, artigos), - orientação com formatações de textos, - oferta de curso de informática básica, para que indígenas e quilombolas desenvolva ter mais autonomia dentro da universidade;
Formação crítica	Objetiva contribuir com a formação crítica da comunidade acadêmica da UFPA e de outros agentes sociais na questão das relações étnico-raciais para o enfrentamento do racismo, preconceito e discriminação, assim, o projeto possui um calendário anual com	- rodas de conversa, - exibição de filmes, - seminários
Assistência estudantil	Objetiva apoiar e orientar os indígenas e quilombolas discentes para o acesso à política de assistência estudantil da UFPA e do MEC, o atendimento é individual, de acordo com a necessidade de cada discente, requisitos e documentos necessários de cada edital.	- assessoria para os auxílios: permanência e/ou moradia; moradia para indígenas, quilombolas e populações tradicionais; auxílio emergencial indígenas e quilombolas; auxílio taxa zero; apoio à saúde estudantil.
Assessoria	Visa assessorar as associações das comunidades dos discentes indígenas e quilombolas da UFPA nas suas demandas quanto ao acesso às políticas públicas e sociais destinadas ao território tradicionalmente ocupado.	

Fonte: Canal de Youtube do Projeto IQ, 2020

Nesse sentido, o projeto visa proporcionar apoio acadêmico e pedagógico específico para indígenas e quilombolas, a fim de garantir-lhes aprendizagem significativa e autonomia

intelectual e o enfrentamento do racismo institucional. Conforme Amoras, Costa e Silva (2022), durante a execução do projeto, foi identificada a necessidade de elaboração de uma política de permanência para os indígenas e quilombolas estudantes da UFPA, bem como a realização de novas metodologias e estratégias de ensino com vistas à educação diferenciada, antirracista e intercultural.

A equipe do Projeto IQ, é composta por discentes tanto de graduação quanto de pós-graduação e desempenha um papel ativo na condução das atividades do projeto. São elaborados de forma cuidadosa no projeto: cursos, seminários, palestras, cine IQ, rodas de conversa e oficinas, a fim de promover não apenas a inclusão, mas também para criar uma experiência acadêmica enriquecedora. Essas iniciativas refletem a dedicação em proporcionar um ambiente não apenas educativo, mas também acolhedor e solidário.

Entre os eventos em que participei, o IV Seminário do Projeto IQ - Conhecimento e resistência se destaca, por trazer como tema: “10 anos das cotas raciais na universidade: os desafios da educação intercultural e antirracista no ensino superior”. Nesta edição, de 2023, o seminário ocorreu em junho e contou com a presença de indígenas e quilombolas discentes em diferentes tipos de cursos de graduação e pós-graduação da UFPA.

Na ocasião representantes da reitoria reafirmaram o compromisso pela permanência dos indígenas e quilombolas estudantes, destacando o trabalho que começou no ICSA e se espalhou por toda a universidade, transformando a educação tanto de discentes como de docentes, na ocasião também foi lembrando que a universidade é um espaço de luta que no passado em tempos de crise como a ditadura militar sempre se mostrou resiliente, por tanto o sentimento por incluir e acolher toda a comunidade universitária é um objetivo de árduo trabalho o qual projetos como IQ conhecimento e resistência são exemplo dessa luta. Na foto se apresenta os participantes da III Mostra Fotográfica organizada pelo projeto .

Figura 12: IV Seminário IQ, refletindo sobre os 10 anos de lei de cotas raciais



Fonte: Autor (Pesquisa de Campo, Junho 2023)

A primeira Roda de Conversa do Projeto IQ sobre "Saúde mental e diversidade em foco: práticas de autocuidado, acolhimento na Universidade", foi um dos eventos que marca minha entrada como parceiro do projeto IQ, ocorreu no dia 16 de novembro de 2022, na sala da Universidade da Terceira Idade/UNITERCI, evento feito em colaboração com a Superintendência de Assistência Estudantil/SAEST, por meio do programa Maresia. Na roda, foi feito um insight importante para entender as experiências psicossociais dos e das indígenas estudantes na UFPA.

A roda contou com a presença de diversas representações, entre elas: Jhosy Galibi Marworno, indígena estudante do curso de História e atual presidenta da gestão 2022-2024 da APYEUFPA, e Keveny Tembê, indígena estudante do curso de Psicologia e integrante associada da APYEUFPA. Também participaram do evento Ailton Borges, graduando em Comunicação Social Publicidade e Propaganda e Coordenador de Comunicação da Associação dos Discentes Quilombolas/ADQ, Bruno Helder, graduando do curso de Psicologia e Coordenador de Articulação da ADQ-UFPA e dos Projetos Gurupi Ambiental e Sócio Agrobiodiversidade; e, Natália Serafim da Silva, psicóloga na Coordenadoria de Integração Estudantil/CIE da Superintendência de Assistência Estudantil/SAEST da universidade.

Mais de 20 pessoas foram convocadas, a primeira dinâmica foi conduzida por Natália Serafim da Silva, no qual, ela abordou sobre a importância da saúde mental e proporcionou um espaço para que cada pessoa pudesse compartilhar sua interpretação sobre esse tema. Momento em que as falas sobre solidão e racismo eram pontos comuns, nesse sentido, reforçou-se a ideia de que existem espaços de acolhimento dentro da universidade, como a clínica do Instituto de Psicologia. Além disso, afirmou-se que a saúde mental é um compromisso de todos.

Em seguida, representantes da associação de estudantes quilombolas conduziram a dinâmica, abrindo um espaço para discutir sobre saúde mental e racismo. Eles destacaram que

o combate ao racismo também faz parte da saúde, um discente de psicologia fez a colocação como os referenciais utilizados em sua formação eram quase exclusivamente de autores europeus. Além disso, questionaram como a psicologia funcionava como uma instituição para pessoas brancas. Concluiu-se que, embora a universidade funcione com uma lógica eurocêntrica, ela pode ser questionada e transformada pela inclusão de outros saberes. Na sequência, Jhosy Galibi Marworno, compartilhou sua história de vida, evidenciando que a luta e a resistência desgastam a saúde mental das pessoas.

O artigo "Educação Superior e Permanência de Estudantes Indígenas e Quilombolas na UFPA" de Maria do Socorro Rayol Amoras, Solange Maria Gayoso da Costa e Derick Luan Ferro da Silva (2019) complementa o entendimento sobre a importância do projeto IQ e aborda questões cruciais relacionadas à permanência desses estudantes na universidade. O trabalho destaca como a criação de espaços como o projeto IQ é essencial para lidar com desafios específicos enfrentados por estudantes indígenas e quilombolas.

As autoras discutem a necessidade de ações e programas específicos que reconheçam e respondam às demandas dos indígenas e quilombolas discentes, enfatizando que a saúde mental é um aspecto crítico que deve ser abordado de maneira integral. Além disso, o artigo destaca a importância de questionar e transformar a lógica eurocêntrica da universidade para garantir uma educação mais inclusiva.

Também participei de um exercício cartográfico com indígenas e quilombolas estudantes, no qual, Virgínia Arapaso falou sobre a importância dos rios que cruzam a UFPA em suas palavras: *“houve uma conexão para mim, muito importante de se ter o Rio dentro de uma universidade ou uma universidade dentro de um Rio, praticamente é esse”*, ou seja, o rio é uma conexão com seu lugar de origem, por fazer alusão ao Rio Negro e seus braços.

Figura 13: Indígenas discentes da graduação e pós-graduação na atividade do projeto IQ



Fonte: Autor (Pesquisa de Campo, 05/2023)

Ao unir minha experiência acompanhando o projeto IQ com as reflexões teóricas e práticas apresentadas por Maria Amoras, Solange da Costa e Derick da Silva , percebe-se um esforço coletivo para promover a permanência e o bem-estar de indígenas e quilombolas estudantes da UFPA, evidenciando a complexidade e a urgência dessas questões.

Ao longo do tempo, o projeto evoluiu de uma ideia embrionária para se tornar uma parte vital do cenário acadêmico da UFPA. Sua trajetória está marcada por uma série de conquistas, desafios superados e, acima de tudo, pelo compromisso contínuo de seus membros em oferecer um suporte abrangente aos estudantes indígenas e quilombolas.

Ao longo dos anos, o Projeto IQ tornou-se um farol de referência para enfrentar os desafios únicos enfrentados pelos estudantes indígenas e quilombolas na UFPA. A história do projeto é entrelaçada com os testemunhos de superação, o fortalecimento da identidade cultural e a construção de uma comunidade coesa e inclusiva. Em suma, a história e o desenvolvimento do Projeto IQ personificam a resposta do lado humano da UFPA, que permite esse tipo de vivência com objetivo de criar um ambiente universitário que não apenas celebra a diversidade, mas também se empenha em remover barreiras para a permanência e sucesso dos estudantes indígenas e quilombolas.

Figura 14: Da esquerda para a direita: professora Maria Amoras e Solange Gayoso, coordenadoras do Projeto IQ



Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 05/2023)

2.5 Programa de Territórios de Acolhimento e Integração da UFPA

Em abril de 2023, ocorreu o lançamento do Programa “UFPA, Territórios de Acolhimento e Integração”, que visa instituir uma cultura de acolhimento aos e às discentes da UFPA, através da articulação de ações de diferentes setores de acolhimento e de integração, como uma forma de construir um ambiente institucional mais saudável, e assim, combater a evasão, em especial, nos cursos de graduação da universidade.

Por conta das ações afirmativas presentes na UFPA, o público de discentes que tem vivenciado o espaço universitário tem ficado cada vez mais diverso. Assim, o lançamento do programa teve a presença de representantes da APYEUFPA, Associação de Discentes Quilombolas/ADQ, Associação de Discentes com Deficiência da UFPA e de representantes de setores da UFPA.

Conforme o programa²⁵, apesar dos avanços consideráveis na UFPA em relação à inclusão, ainda é necessário garantir as condições que permitam a permanência dos estudantes para que os esforços realizados não sejam vãos. A cultura institucional da universidade deve estar em consonância com a diversidade dos alunos e novas práticas de gestão, ensino e

²⁵ Disponível em: <https://acolhimento.ufpa.br/doc/Programa.Territorios.de.acolhimento.pdf>. Acesso em: 10 ago 2023.

convivência precisam ser adotadas por toda a comunidade. É um desafio enfrentar estrategicamente os problemas de sofrimento e problemas de saúde dos estudantes, que são fatores de desconforto e evasão nos cursos de graduação e pós-graduação. Trata-se de agir institucionalmente contra os diferentes elementos que criam e intensificam o sofrimento individual e coletivo, prejudicando o bem-estar dos alunos e gerando processos de adoecimento que dificultam sua permanência na Universidade.

Figura 15: Registro da equipe responsável pelo lançamento do Programa de Territórios de Acolhimento e Integração



Fonte: Autor (pesquisa de campo, abril/2023)

Em relação ao bem estar dos discentes, o programa objetiva enfrentar as situações de sofrimento e adoecimento dos estudantes, isso através de estratégias que favoreçam o acolhimento e a integração discente aos territórios da UFPA, com o intuito de promover formas de se relacionar e um espaço mais saudável (UFPA, 2023). Isso, através de ações que melhorem e valorizem a vida, além de expandir as possibilidades de experiências de aprendizagem com base nas particularidades dos indivíduos. Entende-se o sofrimento psíquico como "o desconforto mental que causa angústia ao indivíduo e interfere em vários aspectos da vida, como acadêmicos e interpessoais" (Bekmann et al, 2021, p.04), manifestando-se através de ansiedade, depressão e ideação suicida, por exemplo.

Compreendo a importância do acolhimento e da integração para o bem-estar dos estudantes em suas jornadas acadêmicas. A Universidade Federal do Pará (UFPA) deve se esforçar para criar uma cultura institucional acolhedora, que promova relações respeitadas, democráticas e humanizantes. O acolhimento não deve ser encarado como uma tarefa exclusiva

de um único responsável, mas sim como um processo contínuo de aproximação e escuta aos alunos. Isso requer relações dialógicas e respeitadas, bem como uma postura ética de solidariedade e empatia com os mais vulneráveis.

Além disso, é crucial que a UFPA combata práticas que causem sofrimento estudantil e evasão, como a violência física e simbólica (racismo, homofobia, misoginia, capacitismo etc.), bem como a violência psicológica (intimidação, humilhação, xingamentos e agressões). Todos os estudantes devem ter a oportunidade de aprender considerando suas especificidades, sem discriminação, promovendo assim a alegria no processo de aprendizado.

Reconhecendo essas questões, a universidade implementa o Programa de Territórios de Acolhimento e Integração, tendo como objetivos: Articular os diferentes setores da Universidade Federal do Pará à promoção e implementação de práticas de acolhimento e de integração estudantil; Promover uma cultura institucional e acolhimento e de promoção ao sentimento de pertencimento dos alunos nos territórios universitários da Universidade Federal do Pará; Estimular práticas de ensino, de pesquisa e de extensão que articulem a excelência acadêmica com o acolhimento e o respeito aos direitos humanos; Enfrentar o sofrimento e o adoecimento discente; Combater a todas as formas de violência física, simbólica e psicológica, tais como intimidação, humilhação, xingamentos e agressão física, de uma pessoa ou grupo contra um indivíduo e promover o debate acerca do papel institucional de acolher, integrar e formar bons profissionais com boas práticas cidadãs. Fomentar ações de promoção da aceitação às diferenças, bem como o estímulo ao sentimento de pertencimento à Universidade.

Em quanto a estratégias e procedimentos, o programa será desenvolvido, sob a liderança da Reitoria da UFPA, por meio de ações integradas de diferentes órgãos vinculados à administração superior, definidas pelos próprios setores. Será designado pelo Magnífico reitor um GT de coordenação, com a participação de representações setoriais da UFPA e do movimento estudantil, que fará o monitoramento e os encaminhamentos necessários à execução do programa. As ações serão desenvolvidas em torno de cinco eixos principais: ações de acolhimento, inclusão, integração e apoio à saúde mental dos estudantes da UFPA.

Ações de combate às diferentes formas de violências física, simbólica e psicológica. Ações de inovação educativa, valorizadoras de estratégias de ensino, pesquisa e extensão acolhedoras. Ações de cultura e lazer que estimulem a participação estudantil em manifestações lúdicas, artísticas e culturais. Ações de comunicação que estimulem práticas participativas, de interação e de melhor acesso às informações do cotidiano acadêmico. As ações a serem

implementadas e/ou desenvolvidas pelos diferentes órgãos da universidade, de natureza acadêmica ou administrativa, dos diferentes campi, serão identificadas e publicizadas a partir de planejamento próprio.

CAPÍTULO 3 - Notas sobre modos de vida e resistência de indígenas estudantes da UFPA

Esta seção tem por objetivo apresentar o percurso de leitura sobre as categorias analíticas que orientam a pesquisa. Inicialmente apresentarei uma abordagem teórica e empírica sobre a resistência indígena no contexto educativo e uma conceitualização do modo de vida através de uma interdisciplinaridade do referencial teórico. A justificativa desse capítulo se concentra em dar relevância ao entendimento e valorização dos modos de vida dos povos indígenas, suas práticas e saberes, suas formas de resistência na universidade, para assim avançar na construção de modelos de educação que respeitem e valorizem a diversidade cultural. A seguir, apresentarei algumas experiências sobre a resistência vivenciada por indígenas estudantes da UFPA, para isso, trarei suas percepções, frutos de conversas e entrevistas semiestruturadas realizadas na Associação dos Indígenas Estudantes entre os anos de 2021 a 2023.

3.1 Notas sobre resistência de indígenas estudantes da UFPA

Até 2023, a Universidade Federal do Pará possuía cerca de 381 indígenas estudantes ativos, distribuídos em diversos cursos, tais como: serviço social, odontologia, medicina, enfermagem, psicologia, história, ciências sociais, jornalismo etc. Ao mesmo tempo em que a Lei de Cotas permite o acesso a esses estudantes ao ensino superior, a universidade não dá garantias de condições de permanência a esses alunos (Eloy Amado e Brostolin, 2011). Outras barreiras surgem principalmente quando o/a estudante indígena precisa se locomover para outra cidade/região, ou seja, além de ter que transitar entre dois mundos, precisa romper com as barreiras do mundo do branco.

Conforme entrevista com as e os interlocutores desta pesquisa, a maioria dos e das indígenas estudantes da UFPA além do Pará, são oriundos de outros estados brasileiros, como Amapá, Amazonas, Maranhão e Tocantins. Nesse sentido, quando perguntado sobre as principais dificuldades dos indígenas estudantes, a distância para realizar o PSE, surge como a primeira barreira. Scolny Catarini Lana, do povo Tukano, por exemplo, é do município de Santa Izabel do Rio Negro, localizado no médio Rio Negro, próximo à fronteira com a Venezuela, para realizar o PSE, precisou sair de seu território em 2019 e após sua aprovação, começou a cursar o curso de direito no ano de 2020. Scolny, conta:

Meu município é bem distante daqui minha família já está bastante acostumada, eu sou a segunda pessoa a entrar na graduação, minha irmã terminou recentemente o curso de antes, com certeza minha família está bem feliz, por mais que ninguém tem muito contato, as vezes, eu estou ocupado. Nossos parentes têm a vontade de entrar

na universidade também, mas não é tão fácil, porque o PSE é muito concorrido por nós mesmos. Então, nossos parentes querem vir, querem chegar, eles têm uma referência da UFPA, como nós estamos aqui dentro, eles tem nós como referência. Então sentem a necessidade de vir, mas devido a devido a logística: a distância, a falta de recursos, fazem com que eles não possam vir. O que é triste, porque a primeira grande luta para entrar é fazer a prova do PSE, que é distante, tem que ter dinheiro; e a segunda é permanecer, porque muitos conseguem entrar, mas também muitos não conseguem permanecer, devido às dificuldades financeiras, por mais que a UFPA tenha recursos destinados às ações afirmativas, ainda não é suficiente para todos os indígenas estudantes da universidade (*Scolny Catarini Lana Tukano, 07/2022*).

Da mesma forma, Josilene Galibi-Marworno, indígena da terra indígena Juminã, do povo Galibi-Marworno, localizada às margens do município de Oiapoque/AP, da fronteira com a Guiana Francesa. Ela conta que antes de ser aprovada no Processo Seletivo Especial/PSE, tentou por diversas vezes entrar na universidade através dos processos seletivos da Universidade Federal do Amapá/UNIFAP, mas por conta da concorrência e da falta de reservas de vagas pela própria universidade, ela relata que para outros parentes seria mais fácil ingressar na UFPA do que na UNIFAP. E ela assim o fez, prestou processo seletivo para o curso de licenciatura em história, também em 2019, e no ano de 2020, com a aprovação no PSE, precisou se mudar a Belém. A distância e a saudade de casa, surge em seu relato como algo que sente falta e que a prejudica:

A distância que vem é uma dificuldade muito imensa principalmente para as pessoas que são apegadas, acostumada... eu nas lutas, nas reuniões eu sempre levei minha mãe para participar comigo, então quando eu cheguei aqui, senti muita falta dela. Como o Scolyn disse, a Primeira porrada que nós leva, é a distância, é vim de lá dentro, a gente começa a sair do lugar que a gente nasce, que é a aldeia para dentro da universidade. Então essa é uma das grandes dificuldades que a gente enfrenta quando a gente chega na universidade é concorrer a duas vagas entre nós povos indígenas. Mas a gente também sai como a formação se a gente conseguir (*Josilene Galibi-Marworno, 07/2022*).

O e a indígena discente ao entrar na universidade não abandonam os laços com seus parentes, sejam eles da sua aldeia ou de seu grupo familiar, ao invés disso, busca reforçar seus vínculos. Luiz Eloy Amado e Regina Brostolin (2011, p. 8) dizem que essa atitude de ligação à comunidade mesmo estando na cidade, é o fato de quase todos os alunos indígenas, por eles pesquisados, escreveram seus trabalhos de conclusão de curso com a temática voltada para suas comunidades:

De início, o que percebemos é que o indígena quando entra na universidade não abandona os laços que têm com sua comunidade de origem, pelo contrário, procura manter um vínculo maior com seus familiares. Essa atitude percebemos também com relação àqueles que já vivem na cidade, pois a partir do momento que entram na academia, procuram reavivar os laços com sua comunidade ou de seus pais. Esta constatação pode ser observada quando olhamos os trabalhos de conclusão de curso desses acadêmicos, dos entrevistados, foi unânime o tema que envolve direta e indiretamente a questão indígena. Ademais, há uma preocupação de conhecer a

história de seu povo e uma procura dos elementos que marcam a presença indígena em variados espaços da universidade (Eloy Amado e Brostolin, 2011, p. 8).

Como mencionado por Josilene Galibi-Marworno, a primeira dificuldade é a entrada na universidade, e após a entrada é preciso lidar com a distância. Outra questão que aparece em suas narrativas são as necessidades de luta, pois, a universidade garante a entrada, mas não garante a permanência de todos os indígenas estudantes. Tanto Josi, quanto Scolny Tukano entraram na UFPA no ano de 2020, no mesmo ano em que a pandemia do COVID-19 se alastrou pelo Brasil. Assim, ambos relatam dificuldades em seu desempenho acadêmico. Quanto a isso, Josilene conta:

As vivências que já tive dentro da universidade, é poder lutar em prol dos nossos direitos, ser referência, porque eu sou liderança dentro da minha aldeia, e saindo de lá, eu pensei que eu não ia encontrar muita coisa, eu pensei que iria ficar parada, só focando no estudo, esse era meu pensamento quando eu saí da aldeia. Não pensei que iria ter que lutar para a permanência do PSE. E tem toda essa burocracia para nós permanecer, até porque a gente enfrenta vulnerabilidade, esses tipos de assunto que desanima o candidato a permanecer dentro da universidade, principalmente quando tem uma distância. Exemplos que eu trago, por exemplo é tipo dentro da Universidade Federal do Amapá tem uns indígenas que vieram do Oiapoque, estudar em Macapá e teve uma família que faleceu e os estudantes tiveram que desistir dos cursos para voltar, e eles não conseguiram retornar. Isso foi um impacto, e não é difícil de acontecer, e eu falo em relação a todas as universidades, isso pode acontecer também aqui na UFPA e como já aconteceu, alguns estudantes já sofreram racismo e ele já desistiram, porque a vulnerabilidade acontece daí (Josilene Galibi-Marworno, 07/2022).

Quando perguntado sobre suas experiências iniciais na cidade de Belém, Scolny Catarini Lana Tukano conta que quando chegou tudo era estranho para ele, pois nunca havia estado em uma cidade grande. Nesse sentido, embora tenha tido um enorme impacto visual e cultural, em suas palavras:

Nós estamos lutando para que isso permaneça, a entrada de indígenas estudantes na UFPA, e se amplie para os demais, mas as vivências foram ótimas, em todo lugar que nós ia, era bem vindo, perguntaram de qual povo, muito se animavam, outros nem tanto [...] deixava nós de lado, com olhar preconceituoso, mas para esse lado ninguém gosta muito de ver das pessoas, mas a gente procura sempre ter o melhor daquelas pessoas que gostavam de estar com a gente (Scolny Catarini Lana Tukano, 07/2022).

Além da questão do racismo apontado por Scolny Tukano, ela conta que indígenas estudantes são vulneráveis a várias outras coisas, e, o que faz com que sempre estejam lutando por seus direitos dentro da universidade, em suas palavras: “*mesmo a pessoa não quer ouvir, não se importar com as nossas necessidades, mas simplesmente jogam na cara e falam: dá outro jeito, trabalha! Como se fosse fácil trabalhar e estudar*”. Gabriel Braga e Antônio Neto (2022. p. 100), mostram que após o acesso à universidade, começa uma nova etapa na vida cotidiana dos e das indígenas discentes, marcada por vários confrontos para a conclusão do

curso de graduação. O racismo e a questão financeira se destacam como elementos cruciais para que indígenas estudantes consigam concluir o ensino superior, e para que tal ocorra torna-se necessário que se elaborem formas de resistência para sua permanência na universidade.

Sobre as dificuldades de viver em Belém, a principal é a financeira, viver em uma cidade grande é caro, porque nós temos aluguel, alimentação, internet e até dividindo espaço com outros parentes, ainda tira nossas regalias, só para manter o foco. Então, a gente tira um passeio no final de semana, para ter comida durante a semana, acho que se não fosse o restaurante universitário, muitos já teriam passado fome. A acessibilidade é muito dificultosa para vir para universidade, para voltar, para passear só tem que ter dinheiro para pegar um ônibus, enquanto nosso interior não é assim, nós vamos a pé, nós conseguimos uma coisa, nós consegue ir no rio tomar um banho (Scolny Catarini Lana Tukano, 07/2022).

Ou seja, para Scolny Catarini Lana, do povo Tukano do Médio Rio Negro, a maior dificuldade apontada é o financeiro, pois é o motivo que faz com que muitos discentes desistam. A falta de acesso aos auxílios, bolsas, o excesso de burocracia, fazem que a inscrição de muitos dos e das indígenas estudantes seja indeferida. Conforme Scolny, quando conseguem a inscrição deferida, por vezes, o número de vagas é pouca para toda a universidade, até 2023, a UFPA ofertou cem vagas gerais para o auxílio moradia, no qual, 40 são destinados a renovação e 60 para novos estudantes, e, mesmo que essas vagas fossem somente para indígenas estudantes, ainda não seriam suficientes para a quantidade que adentra anualmente na universidade.

Ainda conforme Luiz Eloy Amado e Marta Brostolin (2011, p. 8) não há dúvida de que está nas finanças o principal problema enfrentado pelos alunos indígenas, mas este não é o único que os aflige. A distância de casa, deslocamento para lugares distantes de suas comunidades, despesas com aluguel, alimentação, transporte e outros gastos, e ao mesmo tempo, a falta de políticas públicas que garantam a permanência desses alunos na universidade, por vezes se torna um impedimento para a continuidade nos estudos.

Dessa forma, Josilene Galibi-Marworno diz que outra dificuldade encontrada após seu ingresso na universidade, é lidar com a língua portuguesa e os conteúdos dos cursos em sala de aula, pois sua língua materna é o Kheuól Galibi-Marworno. E embora a língua materna de Scolny Tukano seja o português, ele mostra que nos primeiros semestres no curso de direito, pensou em desistir, pois teve uma dificuldade em lidar com os termos técnicos, das coisas que eram tidas em sala de aula, eram de difícil compreensão, pois aquelas palavras não estavam em seu vocabulário, muito menos no de seu povo. Quanto a isso, Scolny conta:

No meu caso, eu já cheguei a desistir, mas quando eu penso, eu sei que seria uma grande vergonha para mim, porque nós precisamos pensar no nosso bem-estar, dos nossos filhos. Quando eu cheguei aqui eu tive uma grande dificuldade com a língua,

mas eu não falo o tukano, só falo o português, mas tive dificuldades com palavras técnicas, que eu não conseguia entender nada. Mas devagar, eu consegui ir fazendo amigos e conseguimos se ajudar fazendo bons trabalhos acadêmicos. Nós tentávamos entregar o melhor possível para o professor porque eles são bem exigentes, mas nós conseguimos se manter, fazendo trabalho do jeito que pode, quando chegamos por aqui era professor exigindo a ABNT, era professor exigindo um monte de coisas. Como a Josi falou, no interior é uma educação diferenciada e os professores não eram tão exigentes como aqui. Na minha sala, quando entrei, tinha gente de 17, 18 anos que tinham acabado o ensino médio, e estavam na universidade, e eles faziam trabalhos muito excelentes nós vamos a pé, nós conseguimos uma coisa, nós consegue ir no rio tomar um banho (Scolny Catarini Lana Tukano, 07/2022).

Ou seja, embora as dificuldades existam, tanto para Josi quanto para Scolny, desistir não é uma opção aceita em suas comunidades, pois antes de saírem de suas comunidades, suas lideranças conversam para que o/a indígena discente tenha certeza do que vai enfrentar. Além disso, para além de um ato de vergonha, Josilene conta que se inspira nas lutas e nas mobilizações de suas lideranças, pois as lutas seguem e há uma preocupação de retorno para suas comunidades.

Josilene conta que não teve acesso à bolsa permanência, e por ser do município de Oiapoque/AP, conseguiu acesso a bolsa moradia, o auxílio emergencial – o mesmo auxílio descrito por Putira Sacuena, conquistado através da luta dos e das indígenas estudantes da UFPA. E posteriormente, conseguiu uma bolsa PIBIC no museu para realizar pesquisa sobre os artefatos e pinturas corporais das mulheres indígenas de sua comunidade:

E estou fazendo um estudo sobre os artefatos, as pinturas corporais das mulheres indígenas do Oiapoque, do meu povo, do povo karipuna(...) também os grafismo trazido nos artefatos, né? que veio que é uma bolsa de quatrocentos reais, a bolsa né?. Que também que me trouxe a que me levou mais, me incentivou mais a pesquisar é porque é voltado para o meu povo e também que vai me ajudar muito no meu TCC. E foi por isso que eu resolvi pesquisar sobre esses aspectos. (Josilene, 27, Licenciatura de História, Galibi Marworno)

A resistência dos povos indígenas na luta por seus direitos e pela preservação de suas culturas é uma questão crucial em todo o mundo. A educação indígena é um aspecto central dessa luta, pois é uma ferramenta essencial para garantir a continuidade dos modos de vida tradicionais e a preservação das línguas e culturas ancestrais. A imposição de modelos de educação não indígenas, muitas vezes excludentes e desrespeitosos à diversidade cultural, a exemplo disso Ana Manuela Soares²⁶ (2021, p.4) mostra que de acordo com as mulheres mais

²⁶ Ana Manoela Primo dos Santos Soares ou Ana Manoela Primo dos Santos Soares Karipuna. Indígena do povo Karipuna. Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atua em pesquisas na Amazônia na área de Antropologia junto aos povos indígenas do Oiapoque, em especial com o povo Karipuna, nos seguintes temas: etnologia indígena; movimentos indígenas; movimentos e direitos das mulheres indígenas; gênero; geração; corpo; território; parentesco; memória;

velhas a escola, em muitos aspectos, não valorizava os conhecimentos, práticas e língua do seu povo Karipuna do Oiapoque no Amapá.

Historicamente, a educação indígena foi marcada por políticas de assimilação e integração, que resultaram em uma perda significativa de línguas, costumes e saberes tradicionais. Nas últimas décadas, a luta dos povos indígenas e de organizações indigenistas tem conseguido avanços importantes na construção de uma educação intercultural e bilíngue, que respeite e valorize a diversidade cultural e linguística do país. Essa luta envolve desde a formação de professores indígenas até a criação de escolas em territórios indígenas, passando pela produção de materiais didáticos e pela valorização dos conhecimentos tradicionais nas práticas pedagógicas.

Bom, pra mim resistir é você encarar esse sistema colonizador, né? Que e tá impostos aí pra gente eu acredito que, há muito tempo os já falavam que a gente não ia existir mais. Eh já faz quinhento vinte dois anos que que isso se pensou, né? Com a chegada do do do nosso território. Mas já faz quinhentos e vinte e dois anos que nós estamos resistindo. Né né? Em todo território brasileiro, né? Então onde há indígena, né? Suas comunidades, pessoas não, é uma resistência pra existir, né? Porque resistir é pra existir, né? Se nós não estivéssemos aqui o branco ia continuar falando da gente, ia continuar pesquisando a gente e nós só íamos servir como objeto de pesquisa né? Sem ter a voz para falar né? De dizer olha eu que fiz isso aqui, é eu que vou publicar, é eu que tô aqui né? Então a resistência ela é uma é uma teimosia, uma coragem do indígena de lá vivendo, né? Então onde nós estamos há uma resistência, né? A gente tem uma resistência na universidade porque sempre todo ano querem acabar com a entrada do do indígena, né? (Antonio Piratapuia Tucano, comunicação social, Amazonas).

A resistência indígena se manifesta na luta contra o preconceito e a discriminação na sociedade em geral, na defesa dos direitos territoriais e na promoção da saúde e do bem-estar das comunidades indígenas, conforme Figueiredo (2017):

A nossa resistência é uma luta pela sobrevivência, pela garantia dos nossos direitos constitucionais e pelo respeito à nossa cultura e tradição. É uma luta que envolve a demarcação das nossas terras, a defesa dos nossos modos de vida e a luta contra a violência e o genocídio dos nossos povos (Figueiredo, 2017, p. 62).

Para Potiguara (2019, p. 32): "Nós, povos indígenas, estamos em constante resistência há mais de 500 anos. Resistimos à colonização, à catequização, à escravidão, à expulsão das nossas terras. E essa resistência continua, pois ainda enfrentamos o racismo, o preconceito e a violência". A resistência indígena é uma forma de afirmar a identidade dos povos originários, de mostrar que sua cultura é valiosa e importante, e de lutar contra o apagamento da história e dos saberes tradicionais, defendendo o direito das futuras gerações de conhecerem e valorizarem essa cultura.

oralidade; biografias indígenas e povos indígenas em contextos museais. Apresentando uma de minhas principais interlocutoras.

Resistência é basicamente lutar, né? Dar essa continuidade porque teve inclusive uma fala de um antropólogo que falou que os Kaxuyanos não iriam resistir muito, né? Inclusive esqueci o nome desse antropólogo. Ele levou alguns objetos, com o meu avô e dizia que ele iria levar pra pro museu, pra Noruega, pra Dinamarca, para outros lugares, né? Ele é até pra ficar como lembrança, né? Pra ficar como registrado de que é, a gente iria desaparecer mas a gente tá aqui pra provar dentro da universidade com retomada do do processo de território dos Kaxuyanos que tá em torno de quinhentas pessoas agora, né? a gente não vai se extinguir, a gente tá aqui e vai sobreviver e vai existir. É nossa existência isso pra mim de que a gente não vai acabar aqui. E a gente vai sempre também independente da cultura dos no caso, né? De que a gente sempre vai se moldar, né? Diante das dificuldades a gente vai sempre, como posso dizer. Dizer tipo uma pedra, né? Que quando existe no Rio, né? Que a gente, essa pedra não vai impedir o caminho da gente sempre vai passar por ela, a gente sempre vai se moldar a ela. E que a gente tá aí na existência sobrevivendo e garantindo como posso dizer a existência mesmo em si. Da da luta e da preservação da nossa cultura e identidade (Juliano Kaxuyana e Tirió, Enfermagem, Pará).

Complementando com a visão de Cajá (2018, p. 15), "a nossa resistência é uma resistência criativa, que busca criar novas formas de viver e de se relacionar com a natureza e com os outros seres humanos. É uma resistência que valoriza a nossa sabedoria ancestral e que busca dialogar com outras culturas e tradições".

Resistir é existir (...)resistir à cultura, resistir à língua, resistir à maneira tradicional do indígena de viver, resistir a que a água seja seja limpa, o sol seja limpo. Então a gente fala que existe não só a nossa existência mas sim toda essa cultura, essa fauna que existe dentro do Brasil, que é a preservação. Então, pra mim resistir é isso. É que ainda continue existindo toda essa diversidade de povos, mas sim da natureza ainda. Então porque a gente está existindo (Scolny Tucano, Direito, Amazonas).

A partir dessa experiência, reflito no quanto é importante para os indígenas estudantes garantirem o ingresso e a permanência na universidade. Pois, um pensamento presente em suas intervenções é de que todo indígena estudante compõe um tecido onde se conectam como uma cadeia, no qual quem chegou primeiro acolhe quem vem depois. Ideia que também é presente em Célia Xakriabá (2018):

Ocupar a universidade me proporcionou uma aproximação ainda maior de minha cultura e me instigou a querer conhecer mais e mais sobre meu povo. De alguma forma, o que já era presente no dia a dia, tornou-se mais valoroso. Reafirmou a importância do meu pertencimento a uma cultura diversa. Me fez perceber o quão bela e rica minha cultura é. Essa aproximação de minhas raízes se tornaria ainda mais intensa ao buscar com os nossos/as velhos/as mais conhecimentos sobre nossa história, tradição e cultura (Xakriabá, 2018, p. 50).

Em sua fala, Scolny Catarini Lana Tukano fala sobre as expectativas que seu povo tem após sua conclusão de curso, como uma espécie de retorno para a comunidade após o investimento em seus estudos na região metropolitana de Belém.

O nosso povo é grande também, eles têm bastante esperança para o que nós retorne para lá com os conhecimento que nós adquirimos na universidade, com as culturas

que nós tivemos contato dos outros povos e a grande diversidade que nós tivemos aqui. Devido à falta de profissionais que lá tem, por ser um município bastante distante, mas também temos outros estudantes do município que residem aqui em Belém, e cursam outros cursos como medicina e odontologia, então, o nosso povo está com expectativa que eles também voltem e deem retorno para o nosso povo (Scolny Catarini Lana Tukano, entrevista julho/2022).

3.2 Modos de vida: o Nhengatu, a língua do cotidiano na trajetória de vida de Elaine Baré

No percurso etnográfico dois contextos me chamaram atenção, já que foram recorrentemente mencionados pelos interlocutores como um fator que os inquietava na vida fora da aldeia: o modo de vida. Essa definição, modo de vida, figura como uma categoria ética (Posey, 2001), mas aparece como uma categoria êmica (Posey, 2001), dado que assim os indígenas estudantes se referem às mudanças que são obrigados a lidar com suas vidas na cidade. Certamente, dentre tantas diferenças do cotidiano, o relato sobre a alimentação marca todas diversas interlocuções comigo e entre eles, uma constante nos relatos é o impacto que teve se acostumar aos hábitos alimentares que estão presentes na cidade, por exemplo o arroz e feijão presente em nas refeições, os quais podem levar a apresentar doenças associadas ao consumo de alimentos processados industrialmente.

Quanto ao conceito de modo de vida na literatura, não há um conceito único desta categoria. Dessa sorte, uso neste momento apenas uma abordagem voltada à questão ambiental, e os limites do planeta, sabendo que terei que me debruçar sobre essa categoria de forma a trazer como a mesma foi tratada no interior da discussão nacional brasileira. Reforço que, por ora, me detenho à abordagem articulada ao contexto atual voltado às questões ambientais.

Nós povos indígenas corremos o conhecimento da floresta e suas diversidades, a nossa conexão é manter a cosmogonia viva, os nossos rituais, nossos saberes ancestrais. Dessa forma, nós vivemos de forma sustentável em nossos territórios, isso porque o nosso conceito de riqueza é bem diferente do eurocêntrico que chamamos de racismo ambiental com a floresta. Buscamos a visibilidade para manter a floresta em pé, temos ligação com a mãe terra diretamente devido a nossa subsistência e cura de vida, isso mostra e afirma o nosso cuidado na questão ambiental no território. (Virginia, Administração, Arapaso, Rio Negro)

Para além de uma temática puramente ambiental, modo de vida, está embricada a diversos campos da vida social. E para compreender melhor esse debate, nesta seção apresentarei a trajetória de vida de Elaine Baré, por meio de suas experiências com sua língua materna, o Nhengatu, sua experiência enquanto indígena mulher, mãe e universitária.

Elaine Baré conta que o encontro de seus pais aconteceu na comunidade em que sua mãe morava, chamada Ilha do Pinto. Na ocasião, seu pai havia acabado de chegar na

comunidade, pois, por ter estudado o ensino médio com magistério no Colégio dos Padres, atuava como professor nas comunidades no Médio Rio Negro no Amazonas. Assim, Elaine nasceu na Ilha do Pinto, e após o seu nascimento, aos três meses de vida, sua família precisou se mudar para outra comunidade, pois seu pai foi transferido de escola.

Sua mãe morava no sítio Carampana que pertencia a Comunidade Taperera, e é neste lugar que estão localizados a maioria de seus parentes por parte de mãe, do povo Baré. Nessa comunidade, a única língua falada era o *Nhengatu*, pois todos eram do mesmo povo. Nesse sentido, Elaine narra:

Não existia uma outra língua só se falava o Nhengatu, todo mundo era do mesmo povo, então minha mãe aprendeu a falar, as pessoas já nasciam falando, até os animais falavam. Minha mãe conta que a avó dela, né, no caso, minha bisavó tinha um papagaio que ele também falava Nhengatu, ninguém falava português, então pelo cotidiano o papagaio foi aprendendo a falar o Nhengatu também (Elaine Baré, nov de 2023).

Ailton Krenak (2019; 2020) fala sobre a importância do modo de vida para os povos indígenas justamente por pensar a humanidade como todos os seres além do *homo sapiens*, ou seja, humanos são todos os seres que também excluimos: os animais, rios, floresta, vento, montanha e outros, assim, a vida atravessa tudo, até mesmo aquelas vidas que nós banalizamos:

Nós, povos indígenas, não temos uma separação entre nós e a natureza, nós somos natureza. E é por isso que o nosso modo de vida é tão importante. É um modo de vida que valoriza a cooperação, a solidariedade, a convivência harmoniosa com outros seres vivos e com o meio ambiente. É um modo de vida que nos ensina a respeitar a natureza e a cuidar dela como se ela fosse parte de nós mesmos (Krenak, 2019, p. 29).

Por outro lado, Krenak (2020) mostra que o modo de vida ocidental coloca o mundo como uma matéria plástica que pode ser formatada, usada e lida como uma mercadoria. A exploração dos recursos naturais em massa, característica desse modo de vida ocidental, está criando impactos nas gerações dos povos das florestas e já vem causando impactos no povo da mercadoria, pois as mudanças climáticas não deixam ninguém de fora. Quanto a resistência e modos de vida, Antônio Tucano diz:

A resistência indígena serve para manter a nossa identidade, a nossa cultura, o nosso território. Para outras gerações e eu falo além mais... nossa resistência é que mantém o não indígena vivo ainda porque somos nós que preservamos nossos territórios. Nós preservamos a Amazônia preservamos a terra, a água né?... E isso o branco não entende. O branco ele só quer destruir, usar, destruir e matar, poluir os rios, queimar a terra, floresta... fazer buracos na terra, tirar o ouro, o garimpo... e isso, ele vai matando ele mesmo, mas nós estamos lá pra dizer parte disso... Não, não é assim que tem que ser, né? Se não fosse a gente, quantos rios, hoje estariam poluídos? Quantas marcas não estariam hoje destruídas? Por que nossos territórios são demarcados e a resistência da universidade é a mesma coisa (Antônio Piratupiaie Tucano, comunicação social, Amazonas).

Em “não se come dinheiro” e “a vida não é útil” Ailton Krenak (2019; 2020) mostra que o vício pela modernidade, por meio das invenções e as novas tecnologias estão deixando rastros profundos na terra, nas vidas por onde elas estão passando. Esse vício pela modernidade, fruto do sistema capitalista, faz com que o humano “civilizado” domine os outros humanos que são classificados como se tivessem uma espécie de sub-humanidade.

Nesse sentido, para Elaine, sua mãe só não perdeu a língua *Nhengatu* porque ela não estudou no tempo do internato, isso por conta de que a maioria das pessoas que estudaram no internato, começaram a ter contato com o português e a obrigação de falar em português, causava medo em falar a língua materna, e com o tempo “perderam sua língua”. Quer dizer, o perder a língua, estava relacionado à obrigação de falar o português, logo, a mãe de Elaine, por não ter continuado a frequentar a escola, continuou falando o *Nhengatu*. Diferente de sua mãe, o seu pai:

Ela não conseguiu terminar o Ensino dela de graduação, o único que conseguiu foi meu pai, só que também ele não fala mais a língua, ele perdeu a língua materna dele, então ele entende só que ele não fala quando a minha mãe fala com ele. Ele entende tudo o que minha mãe fala em *Nhengatu*, mas ele não fala, ele responde em português. Já a minha mãe, ela continua falando o *Nhengatu*, língua falada pelos avós dela (Elaine Baré, nov. de 2023).

Elaine conta que seus avós, tanto por parte de pai, quanto por parte de mãe morreram muito cedo, ela os conheceu através de foto que os padres tiravam e às vezes faziam duas cópias, no qual, uma ficavam com eles e outra eles davam para as famílias, e é por este mesmo motivo que Elaine tem fotos de quando era criança. Para Elaine Baré, falar o *Nhengatu* era algo considerado normal, por estar em seu cotidiano. Embora seu pai não fale, apenas compreenda, sua mãe, irmãs e tio-avô falavam, dessa forma:

Tinha um irmão da minha avó que é irmão da minha avó por parte de mãe, que é meu tio-avô, que eu considerava como meu avô. E essa questão da língua era muito forte entre eles, [...], se a gente tava lá na roça, ele estava em casa, ele não falava português, aí só falava assim na língua do cotidiano. Para mim não era diferente eu entender o *Nhengatu* e o português ao mesmo tempo, eu nunca estranhava nas comunidade que a gente morava o porquê tinha esses duas línguas. Eu só fui começar a estranhar quando eu já me tornei adolescente e eu já estudava, tive que me mudar para o município de Santa Isabel do Rio Negro - naquela época era tapuruquara - para estudar o terceiro ano do ensino médio (Elaine Baré, nov. de 2023).

Nas comunidades não tinha ensino fundamental, as pessoas estudavam até a quarta série e depois não tinha mais como estudar. Nesse sentido, Elaine narra que seu pai sempre falava sobre a importância de estudar e de conhecer outros lugares, para ela, ele tinha esse tipo de

visão porque ele já tinha contato com o estudo, era catequizado, então os padres pegaram ele para catequizar, falar da bíblia e de deus, ou seja, usavam os próprios indígenas para catequizar.

No município de Santa Izabel, eles falavam mais o português, mas a mãe de Elaine, a tia e o tio-avô não deixaram de falar o *Nhengatu*, por este motivo, para ela falar a língua do cotidiano, o *Nhengatu* e o português era algo normal. Elaine narra:

a questão de benzimento de texto de duas cura ao mesmo tempo porque a minha família era moldada com isso né de ter uma cura através de nossos próprios métodos de cura ebezedor erva, minha mãe trabalhava com isso ela nunca deixou de trabalhar ainda trabalha nesse método de cura dela de curar através das ervas, de fazer uma manuseio da farinha. Então ela continuou com isso, mesmo em um município (Elaine Baré, nov. de 2023).

Para Elaine Baré, mesmo com a mudança de município, a língua não era uma barreira para sua família, pois *Nhengatu* era sua vida cotidiana. Apesar disso, após a mudança para o Médio Rio Negro, local em que a maioria eram família de seu pai, ela reconhece que perdeu contato com a família da parte de sua mãe, pertencente a uma comunidade do Alto do Taperera, nesse caso, São Gabriel é o local em que se concentra a maior parte da família de sua mãe. O lugar que seu pai morava no Médio Rio Negro, Rio Tea, se tornou uma área demarcada. E esse lugar era onde seu pai, avô, bisavô e outros ancestrais moravam.

Com relação a língua *Nhengatu*, Elaine agradece a sua mãe por não ter deixado a língua morrer. Falar de sua mãe sempre que pode, se dá pelo fato de que ela sustentou a narrativa, ao contrário de seu pai que estava voltado mais para o lado da educação não indígena que ele teve que aprender. Apesar disso, Elaine Baré, diz que seu pai não fez por maldade, porque, em suas palavras, “se ele não tivesse nesse o outro lado, talvez nunca estaria dentro de uma universidade federal, talvez não teria terminado o estudo, talvez teria ficado lá na comunidade e teria um outro tipo de família”. Elaine Baré narra:

Ele sofreu, meu pai, ele sofreu no tempo da educação que puseram sobre ele, mas ele sofreu e depois ele incentivou a gente a terminar nossas estudos e hoje a gente tá aqui longe de casa e falando sobre nossa casa, sobre o nosso território, sobre o nosso modo de vida para as outras pessoas, que talvez nem imaginavam que a gente existia se a gente continuasse lá. Então eu vejo muito esse outro lado do meu pai, e, eu vejo muito esse outro lado da minha mãe, com toda essa preservação da língua que ela teve com a gente, talvez se ela tivesse terminado os estudos, talvez ela teria perdido a língua também, mas ela foi muito corajosa em falar que não precisava, que o modo de vida que ela achou também é sustentável, que podia sobreviver dessa maneira, então foi uma escolha dela continuar naquela vida. Uma coisa que eu achava bem interessante em ambos os lados, o meu pai falava que tinha o EJA, que era para estudar e terminar o estudo, então ele falava: *eu não vou forçar para tua mãe estudar, ela gosta de cuidar da roça, ela gosta de cuidar das plantas, ela gosta de tá lá no meio da mata, ela gosta de tá vendo as plantas dela, cuidando das macaxeiras, das mandiocas... é o que ela gosta, eu não vou tirar ela de lá para querer forçar para ela fazer outra coisa* (Elaine Baré, nov. de 2023).

Elaine conta que seu pai nunca impediu e sempre apoiou sua mãe ir para a roça. Embora o desejo de seu pai, era de ver sua mãe formada e ela não ter vontade, às vezes ela entendia o lado dele, no entanto, de acordo com Elaine, muitas das vezes sua mãe falava: “Olha não é só porque tu é professor que tu não tem que me ajudar na roça”. Para Elaine, essa característica “em ter autonomia como uma mulher, como uma indígena mulher”, vem muito de sua mãe:

Ela criou a gente muito bem, porque ela é de uma família só de mulheres, então o único homem era meu pai, [...] e quando tu tem uma família só de mulheres em uma comunidade indígena, o papel do homem também é fundamental na questão, e isso fazia ter um pouco de julgamento até por parentes que tinham filhos homens falavam: “*itaeté* (coitada) da *Lilica*, ela não vai ter um homem para derrubar a roça, pra pescar, pra caçar, que é a função do homem, colocar a comida na mesa” (Elaine Baré, nov. de 2023).

Embora colocar comida na mesa seja visto como uma função para os homens nas comunidades, ela narra que sua mãe discordava disso, pois as mulheres poderiam fazer tudo isso: fazer roça, pescar e caçar. Logo, a mãe de Elaine Baré, a *Lilica* falava que nunca iria passar fome por ter filhas mulheres, assim como ela tinha somente um irmão homem na família. Além disso, a mãe de sua mãe, sua avó morreu aos 40 anos, por este motivo:

Minha mãe criou todos os outros irmãos dela, e, ela se tornou esse alicerce da família que repassou pra nós também. Então, eu me lembro muito bem, ela ajudava a derrubar roça, ela caçava, pescava, quando mais nova, quando atravessava o rio, ela matava porco do mato, as queixadas, os *taiçus* (Elaine Baré, nov. de 2023).

Elaine Baré narra que aprendeu a língua *Nhengatu* desde que nasceu, ouvindo a mãe dela falar. Além disso, ressalta que nasceu nesses dois mundos, um que falava *Nhengatu* e outro que falava o português. Elaine diz que percebeu que vivia em “dois mundos” em uma aula do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará, quando uma professora a usou como exemplo para turma dizendo: *ela pertence a dois mundos*. Anterior a essa experiência, para Elaine, ela vivia em um mundo só, conforme Elaine, sua mãe foi repassando as coisas que fazia, e conseqüentemente ela e suas irmãs repetiam em seus cotidianos:

Eu e minhas irmãs, a gente não se importa de derrubar árvore; a gente não se importa em queimar uma roça, são elas que fazem, são elas que queimam a roça, elas que derrubam, a gente que coleta e faz a farinha; a gente que sobe em açazeira, porque ninguém tinha um irmão menino para subir, então, quando a gente queria era a gente que ia lá, a gente que coleta as frutas (Elaine Baré, nov. de 2023).

O pai de Elaine é lembrado como alguém que pescava, mas por conta de seu trabalho em sala de aula como professor, e das diversas turmas que possuía, quase sempre estava muito ocupado com as tarefas da escola. Como narra Elaine: “meu pai ele pescava, mas esse tempo

acabou, uma vez que ser professor de comunidade, é dar aula para diversas turmas e diferentes faixa etária, nem sempre tem separação de sala”. Em sua narrativa, enquanto seu pai estava na escola, Elaine, sua mãe e irmãs se ocupavam de outras tarefas, como coletar frutas e a produção de farinha. Conforme Elaine, nessa época seu pai falava que as mulheres possuem outros métodos para mudar a realidade, e uma dessas formas é a partir da formação educacional.

Na cidade em que viviam a escola era somente até o ensino médio, no entanto, por meio da parceria com a Secretaria de Educação/SEDUC e Universidade Estadual do Amazonas - UEAM, inauguraram a educação superior por meio do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica/PARFOR, que tem por objetivo levar formação para professores que já atuavam em sala de aula com o magistério. As aulas aconteciam nas férias, por meio de formato híbrido, no qual os professores se deslocavam de Manaus para a cidade de Santa Isabel para lecionar as aulas, ou seja, ocorriam alguns encontros presenciais, mas grande parte dos encontros eram à distância.

Foi neste período que o pai de Elaine cursou licenciatura em matemática, em seguida, a irmã mais velha - a primeira graduada entre as irmãs - também foi aprovada e estudou no UEAM, as outras irmãs possuem até o nível técnico. Elaine narra que suas irmãs continuam morando em Santa Isabel no Amazonas, por conta da formação que possuem, já são concursadas, possuem família e estão se estabilizando. Nesse sentido, para Elaine:

Quando eu vejo as minhas irmãs e os maridos delas elas são os alicerces das famílias delas, porque elas têm um emprego fixo e eles não têm, [...], eu vejo tudo isso pela influência da minha mãe, em dizer que uma mulher pode sim sobreviver, e, um outro lado, a influência do meu pai em ter investido na educação da gente. A gente tem que estudar, porque com certeza se a gente não tiver uma base, se elas não tivessem estudado, não teriam passado em nenhum concurso que desse uma estabilidade de vida melhor para elas, mas isso não tira a delas, o cultivo da roça, elas trabalham, mas um dia desses todas elas estavam queimando roça junto com a minha mãe, para poder plantar e nascer de novo a mandioca (Elaine Baré, nov. de 2023).

A partir das reflexões do antropólogo Tim Ingold (2000;2011) sobre os modos de vida, é possível realizar uma análise sobre como esses modos são estabelecidos e mantidos. Segundo Ingold (2000), os modos de vida são relações estabelecidas entre pessoas, animais, plantas, coisas e lugares, que emergem continuamente através da interação entre esses elementos. Elaine faz uma relação entre preparar e fazer a roça para plantar com a língua *Nhengatu*, dizendo que se continuarem preservando o repasse, a língua nunca vai morrer. Pois, é o contato no dia-a-dia que torna ela viva no meio de seu povo, à exemplo disto, ela fala sobre a prática de benzimento:

É igual os nossos ensinamentos eles são diário, se ele não tem repasse ele morre... é a mesma coisa, eu tenho repassar para Maria (filha de Elaine), porque se não repassar

ela não vai aprender, se ela não aprender, ela não vai ter como repassar para a filha e netos dela. Então tudo pra nós, tem a questão do repasse, a língua é o repasse, é uma língua, o benzimento, alimentação, de tudo é o que nos identifica como pertencente àquele povo. Os parentes que rezam, é na língua *Nhengatu*, então quando alguém faz algo, tanto pro bem quanto pro mal, só pode ser desfeito se fazer na mesma língua, se não souber aquela língua e tentar fazer de uma outra língua, ele não é desfeito, mas se souber que aquela língua que que foi feita, aquele mal, aí ele é desfeito. A língua também é algo espiritual nosso, que pertence a nós, a língua é tudo interligado com o modo de vida, tem muitas coisas que a gente fala, que em português não tem. Então a questão é o nosso pertencimento, de demonstrar que a gente tá lá e a gente resiste (Elaine Baré, nov. de 2023).

Além disso, é importante destacar que os modos de vida não são produtos finais e completos, mas sim processos dinâmicos e em constante transformação, moldados pelas histórias de vida das pessoas, seus encontros e desencontros com outros elementos e suas experiências do mundo ao seu redor (Ingold, 2000). Para Virginia Arapaso, a colonização foi a principal responsável pela tentativa de destruição dos costumes e língua materna dos povos indígenas do Rio Negro.

Nesse sentido, os modos de vida são criados e sustentados pelas práticas cotidianas das pessoas, que vão além de simplesmente realizar tarefas, mas também envolvem maneiras de ser, sentir e se relacionar com o mundo. Eles são entrelaçados com a ecologia, geografia e história, sendo específicos de um lugar e de um tempo, mas também conectados a outras formas de vida em outros lugares e tempos (Ingold, 2011). Na apresentação de uma de minhas interlocutoras é possível evidenciar essa relação entre história e ecologia e o modo de vida que se conecta a uma experiência de vida.

Na língua indígena me chamo Uremiri, nome de benzimento dado pelo Pai de origem Arapaço, a partir disso a minha conexão com o tema relacionado ao Meio Ambiente e todo contexto da nossa diversidade de povos Indígenas do Rio Negro. Na qual com a chegada dos missionários nossa cultura foi dizimada e “colonizada”, e qual desde esse processo estamos resistindo e existindo em defesa e de nosso território que vai além do físico, mas toda nossa conexão com o todo. Os impactos do território e degradação do ambiente não só causa destruição a terra e sim aos povos que ali habitam com suas culturas e costumes. Portanto, para nós indígenas essa defesa vai além do arco e flecha, visto que atualmente consideramos o papel e a caneta como instrumento de luta (Virginia, Administração, Arapaço, Rio Negro).

Assim, uma análise dos modos de vida nos leva a compreender que eles são resultado de relações complexas e multifacetadas, que envolvem não apenas elementos objetivos, mas também subjetivos. Os modos de vida são dinâmicos e em constante transformação, moldados por práticas cotidianas e histórias de vida, mas também influenciados por fatores externos, como o ambiente e a história. Por isso, é fundamental entender os modos de vida em sua complexidade e dinamismo, a fim de compreender as relações estabelecidas entre as pessoas e o mundo ao seu redor.

Essa visão de mundo é fundamental para entender o modo de vida dos povos indígenas que valorizam a cooperação, a solidariedade e a convivência harmoniosa com outros seres vivos e com o meio ambiente. Eles entendem que a natureza não é um recurso a ser explorado, mas sim um ser vivo que precisa ser respeitado e cuidado. A presença de encantados na universidade foi uma dessas vivências antropológicas que dá um giro epistemológico, na minha forma de conceber o território, a través de uma conversa com Ana Manoela Karipuna e Virginia Arapaço, pude sentir a presença desses seres ao me afetar através das narrações e vivências das interlocutoras.

3.2.1 O benzimento como proteção do mundo não-indígena

Para Elaine Baré, as crenças e os modos de vida estão imbricados à espiritualidade do seu povo. Para ilustrar, Elaine faz a comparação com o catolicismo, que tem batismo, primeira comunhão, crisma e aconselhamento. No seu povo não é muito diferente, ela conta:

Minha mãe sempre falava que quando a mulher tem uma nova vida, uma filha, é como se nascesse de novo, é como se aquela mulher se tornasse criança novamente. Na medida em que a criança nasce, o corpo fica aberto para o outro mundo, a mesma coisa acontece quando a menina tem a primeira menstruação, e estar com o corpo aberto pode nos causar mal, principalmente quando a gente tem a nossa primeira menstruação até parar de sangrar. Esses outros seres, como por exemplo, a formiga, os insetos, a água, a mata, o sol, a lua e outros, podem causar danos à mulher, por isso é necessário ficar em repouso (Elaine Baré, nov. de 2023).

Conforme Elaine, ter passado pela cerimônia da ‘passagem da moça’, ficar uma semana sem sair e tomar banho, fazer remédio para benzer, falar o *Nhengatu* e entender o português, é algo normal para ela. No entanto, com a entrada na universidade, Elaine diz que percebeu que os dois mundos eram separados, o mundo do não indígena e o mundo do indígena. Em suas palavras:

A gente acaba tendo um olhar diferente quando entra na universidade, a gente olha muito pra nossa religiosidade, meu pai e minha mãe são muito religiosos, [...], eles foram batizadas, mesmo assim em nenhum momento ele não deixaram de acreditar na religião deles também, na religião de onde nasceram, que é a primeira religião, eu acho que a nossa primeira religião é os nosso próprios ensinamentos de origem, que são os nossos rituais de cura, os nossos rituais de benzimento, de botar uma criança no mundo. E, é uma coisa que eu quis muito passar pra Maria, quando eu vim para eu até falava pro Antonio assim: “se eu ficar grávida para cá, eu não sei se quero ter a minha filha em Belém, porque eu quero que ela passe pelo mesmo processo que eu passei”. Minha mãe tem um método de acompanhamento de gravidez diferente, método de parto diferente, quando a criança nasce o método de iniciação é diferente, então eu quero que a Maria pegue isso e eu como uma mãe quero aprender pra mim poder passar pra ela, e quando ela se tornar uma mãe também (Elaine Baré, nov. de 2023).

No ano da pandemia do COVID-19, embora a pandemia não tenha sido sinônimo de coisa boa, para Elaine a ocasião possibilitou sua volta para sua comunidade, e isso permitiu que sua filha nascesse com toda essa experiência de introdução religiosa de seu povo para sua filha. Antes de sua filha ser batizada na igreja católica, ela foi batizada na religião do próprio povo, quando sua filha nasceu, o pai de Elaine fez um cigarro, e fez com que Elaine assoprasse e benzesse, isso no local onde ela ficou dentro do hospital, seu pai falava que estava colocando aquela criança como pertencente da comunidade religiosa que ela foi benzida, ou seja, demarcando para os outros seres vivos que ela não pertence ao mundo deles, mas possui um povo, ou seja, “cercar o corpo”, é proteção, diferente da perspectiva do batismo do catolicismo, no qual o objetivo é receber o espírito santo. Elaine descreve:

É como se os mais velhos estivessem dizendo: “ela é nova nesse mundo, mas ela não pertence a vocês, ela pertence a esse grupo, esse povo, então, cercar o corpo significa isso, para não deixar os outros seres entrarem no corpo da nova criança”. Então, é por isso que logo que nasce assim que nasce, os mais velhos já não deixam a criança se perder, por isso que a gente faz isso (Elaine Baré, nov. de 2023).

Nesse sentido, o primeiro batizado da filha de Elaine ocorreu nos primeiros dias de vida, para garantir a proteção da criança, de acordo com a sua espiritualidade e de seu povo. A partir do momento em que a criança inicia a introdução alimentar, também acontecem rituais de benzimento, para que ela não passe mal com o que ingerir, para tomar banho, para acalmar, para sair, quando sair de um lugar para outro lugar distante. Assim, Elaine narra: a criança “é nova, ela precisa comer, se alimentar, e cada alimento possui uma mãe, então pedimos para que a mãe desse ser não prejudique ela”.

Nesse sentido, Eduardo Viveiros de Castro (2002) nos traz uma reflexão sobre as cosmologias indígenas, nas quais diferentemente do pensamento ocidental, o mundo é habitado por espécies variadas de sujeitos ou pessoas, ou seja, tudo o que há na terra é humano, embora esses outros seres estejam situados em outros corpos, eles possuem história, nome, relações e vínculos sociais. Da mesma maneira em “*Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia*”, Philippe Descola (1998), também trata sobre como a relação humano-animais foi teorizada, no qual a modernidade coloca a ideia de que humanos e animais são feitos de uma materialidade diferente, não somente no comportamento, mas na “natureza”, ou seja, uma diferença ontológica do ser.

O benzer acompanha o cotidiano das vivências de Elaine e de seu povo. Como exemplo, ela diz que quando uma pessoa precisa se locomover de um local a outro, principalmente aqueles que estão distantes um do outro, o benzimento coloca uma barreira envolto do corpo e

ajuda a protegê-lo, para que os outros seres que desconhecem aquele corpo em movimento, não o pegue. Nesse sentido, para corpos abertos ou que não estão protegidos o suficiente de outros seres, usasse a palavra *saruan* - nas palavras de Elaine, quer dizer: “ela tá nova, uma desconhecida para os outros seres, e eles podem pegar ela, pegar carona com ela”.

Elaine descreve o processo de benzimento no nascimento, na primeira menstruação e no parto como único processo para as mulheres:

Quando a criança não consegue comer pimenta, ela não come, mas para nós quando a gente se torna mulher a gente já come a pimenta, e quando a gente se torna mãe também. Quando a criança é pequenininha, quando começa a introduzir os alimentos, ela come a farinha. Quando a menina se torna moça a gente é benzida, até no primeiro banho, e ninguém pode entrar no rio do nada, tem que benzer. Eu me lembro quando eu fiquei doente pela primeira vez, a gente morava bem perto da beira do rio, a nossa casa aqui, o rio alí. Então, quando minha mãe foi tomar banho, ela pegou o *chicantá*, e foi me arrodiando, até eu descer no rio, mandou eu mergulhar atrás dela, ela disse: eu me jogo no rio e tu já mergulha atrás (Elaine Baré, nov. de 2023).

Conforme Elaine, quando a menina tem a sua primeira menstruação, a primeira coisa que ela faz é parar tudo o que está fazendo, não come nada, e o avô benze de imediato para *cercar* o corpo, reafirmando que aquela pessoa pertence àquela comunidade. Ou seja, menstruar é equivalente à um criança de acabou de nascer, logo, se os mais velhos benzem assim que o bebê nasce, também ocorre o mesmo na primeira menstruação, pois o corpo nasce de novo, fica livre e precisa ser cercado pela proteção, contra as maldades dos outros seres. Para Elaine:

É como se fosse um ciclo que vai continuar, entendeu? Quando a mulher nasce, quando fica moça - na primeira menstruação e todas as vezes que se tornar mãe, vai ter essa proteção e não importa quantos filhos ela tiver. E o filho também vai passar por esse mesmo ritual de proteção, porque é um outro ser saindo da mulher.

Benzer para entrar no rio, é um sinal de proteção, de acordo com Elaine, isso para o rio e o que existe nele não lhe fazer mal, porque embora o rio pareça um lugar somente de água para os não-indígenas, mas como a mãe de Elaine dizia, o rio é uma cidade dos encantados, não dá para olhar visualmente, mas espiritualmente existe, ou seja, no rio tem vida, tem seres vivos em outra dimensão. Nesse sentido, Elaine Baré chama a atenção sobre o fato de que no rio tem outros seres que possuem uma dinâmica, por isso, devemos pedir permissão para entrar nele. Elaine conta:

Quando a gente tá *saruan*, a gente não deve entrar diretamente no rio, é preciso ter antes uma permissão. Quando a gente fala que tudo é vida, é porque em cada lugar deve ter um método, então quando a gente entra num lugar estranho, a gente tem que pedir permissão, porque lá já tem dono, então a gente tem que viver nessa comunhão (Elaine Baré, nov. de 2023).

Outro exemplo narrado por Elaine, é de que seu pai reza para curar *cobreiro*, causados por animais. Ela conta a situação de uma pessoa desprotegida, que usou uma camiseta que estava estendido no varal e que provavelmente um animal pousou nela e deixou algo, uma pessoa *saruan* começa a coçar, a ferida abre e não cura, ela vai formando um caminho pelo corpo. Nesse sentido, o pai de Elaine três vezes para secar a ferida:

Meu pai reza para isso, ele reza para aquele tipo de cobreiro, daquele jeito, aí eu sempre vejo, alguém chega assim lá em casa dizendo: eu já gostei de tudo com remédio de farmácia, não sei o que... mas aí quando eles vão lá três vezes, né, pode passar qualquer coisa que agora a ferida vai melhorando. E isso tudo era normal pra mim, era normal porque era meu cotidiano, eu nunca estranhava meu cotidiano. E às vezes quando a gente vem para uma cidade grande não é normal, começam a estranhar, falar que a gente era macumbeiro, e eu dizia, para mim era normal porque era um método de cura, e a partir disso começa o racismo, quando dizem: olha ela tá fazendo feitiçaria (Elaine Baré, nov. de 2023).

A narrativa de Elaine Baré oferece uma visão impactante sobre a interseção entre a prática tradicional de cura e o estigma do racismo.

Eu sei que eles não têm uma forma de existir da maneira deles, mas nós também de ajudar eles a existir. Porque a partir que nós estamos destruídos, a mesma forma eles também vão ser destruídos. Então a gente não vai se dizer que a gente é eles são uma coisa, nós somos outros não, nós somos vida faz parte da nossa vida. Então a gente tá aqui pra pra existir e pra fazer eles existirem também. Por isso que a resistência significa tudo isso pra mim resistir significa não só por mim, mas tudo que eu sei que eu posso continuar fazendo existir ainda (Scolny Tucano, Direito, Amazona)

3.3 Crise climática

Figura 16: Imagem - Mosaico produzido por indígenas estudantes, no evento: Justiça Climática na Amazônia:
Qual o papel das juventudes



Fonte: Autor (pesquisa de campo, maio/2023)

Há uns 30 anos já se falava de uma *crise climática* por conta das altas taxas de CO² lançadas na atmosfera, embora a divulgação das consequências das mudanças climáticas seja evidenciada, sempre encontramos uma maneira de se esquivar dessa discussão. O modo de vida capitalista está levando o mundo ao colapso, no qual todos estão inclusos. Quando o povo *krenaks*, por exemplo, foram expulsos de seus territórios, seu mundo acabou, ou seja, os ensinamentos de Krenak partem de sua experiência durante e após o fim do mundo²⁷ do povos Krenaks. Da mesma forma quando Davi Kopenawa (2015) busca sabedoria dos *xapiris* para *falar aos brancos* sobre a floresta, os parentes que ali vivem, os rios e tudo o que é atravessado por vida, é para que os yanomamis continuem sobrevivendo, pois não queria ver seu povo devorado mais uma vez pelas epidemias e pela ganância do povo da “fumaça do ouro”.

Então com a gente essa questão da natureza, né da questão do solo da das árvores é uma existência pra nós né se a gente existe da mesma forma que a gente quer quer existir a gente quer que eles existam também porque são vidas, né? São vidas que estão aí. A árvore, ela é vida, a terra é como diz o, como diz a minha mãe, todo o animal, todo o inseto são vida então a nossa resistência é existir por eles também é por isso que nós estamos aqui pra preservar eles também (Scolny Tucano, Direito, Amazona)

²⁷ O fim do mundo, não significa que imediatamente seja o fim dos humanos, mas está relacionado ao fato de que, quando o mundo acabar (não existir mais floresta, água) os humanos terão que procurar uma forma de existir. Por isso é tão doloroso pensar nisso. Fim da terra, do vento, da floresta. Ou seja, nós vamos ver a floresta morrer, o rio acabar, depois vamos morrer.

Para Bruno Latour (2020) não há nada que pode ser feito para amenizar o que já aconteceu, pois o que já aconteceu é irreversível, além disso, não estamos em uma crise, pois o cenário não é reversível e já não temos muito o que fazer. O que podemos fazer, é tentar diminuir o tempo para o fim do mundo como proposto por Krenak (2020). Ailton Krenak pode ser considerado o maior pensador socialista anticapitalista, ao pensar o não desenvolvimento, a desaceleração como proposta para adiar o fim do mundo. Por isso a proposta: desacelerar, esperar como forma de adiar o nosso fim do mundo. Nesse mesmo sentido Bruno Latour (2020) propõe que devemos fazer um progresso ao contrário, ou seja, *retrogerir* e precisamos *desesperar*, quer dizer, não confiar na esperança como engrenagem sobre o tempo que passa (LATOURE, 2020).

3.3.1 Marcha nacional, Marco Temporal Não

Enquanto acontecia minha pesquisa, diversos conflitos entre o Estado e os povos indígenas começaram a ser visível, como pesquisador não-indígena sensibilizado com a temática, esse deu um ponto de início para me informar sobre o marco temporal, o qual é uma tese que defende que os povos indígenas só teriam direito às terras que ocupavam ou reivindicavam na data da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. Essa tese foi rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2023, por considerar que ela viola os direitos originários dos indígenas e a diversidade cultural do país. No entanto, o Congresso Nacional aprovou um projeto de lei que estabelece o marco temporal como critério para as demarcações, gerando um conflito entre os poderes e uma incerteza jurídica sobre o futuro das terras indígenas.

No mês de agosto, uma onda de mobilização tomou conta de Brasília, onde mais de 6 mil indígenas, representando mais de 170 povos, uniram forças na chamada "Luta pela Vida". O motivo desse poderoso movimento era protestar contra a tese do marco temporal, que pairava sobre suas terras e direitos, e pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a julgar o caso.

A energia pulsante desse protesto ecoou pelos corredores do poder, reverberando a determinação e a resistência de comunidades indígenas que há séculos defendem suas terras e modos de vida. Os gritos de "Luta pela Vida" não eram apenas palavras, mas um chamado urgente por justiça e reconhecimento de suas histórias, culturas e territórios. A batalha ganhou novos contornos quando, em 21 de setembro, o STF emitiu uma decisão histórica, declarando o marco temporal inconstitucional. Essa decisão, com repercussão geral, redefiniu o jogo para todos os casos de demarcações no país. Os indígenas, enfim, viram reconhecido o direito

ancestral às terras que tradicionalmente ocupam, independentemente de datas arbitrariamente impostas.

No entanto, esse triunfo foi seguido por uma reviravolta preocupante. Em 27 de setembro, o Senado aprovou o projeto de lei 2.903/2023, instituindo o tão debatido marco temporal e introduzindo medidas que complicam as demarcações e abrem espaço para atividades econômicas nas terras indígenas. Finalmente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vetou o projeto, não significando isso um fim às tentativas de uma parte da sociedade não indígena para a vulneração de direitos contra os povos indígenas.

Este é um capítulo crítico na narrativa da luta indígena no Brasil, onde a Luta pela Vida transcendeu as fronteiras geográficas e culturais para se tornar um chamado nacional por justiça, respeito e preservação de identidades milenares. As próximas páginas dessa história serão escritas pelas decisões políticas e as lutas contínuas que moldaram o futuro das terras indígenas no país.

Além das fontes citadas, eu também posso falar sobre esse tema com base na minha experiência pessoal como pesquisador participando nas convocatórias em Belém. Acompanhando de perto os debates e as manifestações dos povos indígenas da região amazônica, que sofrem com a invasão e a destruição de suas terras por madeireiros, garimpeiros e latifundiários. Podendo testemunhar a resistência e a luta desses povos pela garantia de seus direitos e pela preservação de sua cultura e de seu modo de vida, também pude perceber a importância da demarcação das terras indígenas para a proteção do meio ambiente e da biodiversidade, que são essenciais para o equilíbrio climático e para a vida de todos nós.

Figura 17 : Marcha nacional, Marco Temporal Não



Fonte: Autor (pesquisa de campo, 09/2023)

Figura 18 : Marcha nacional, Marco Temporal Não, foto da bandeira



Fonte: Autor (pesquisa de campo, 09/2023)

Seguindo a orientação de Tin Ingold (2015), em “Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição”, compreendo que a antropologia não se limita simplesmente à etnografia; é um compromisso ativo com o movimento, o conhecimento e a descrição em um diálogo contínuo.

3.4 Etnografia de eventos: “Entre Rios e Palavras”, Experiências de indígenas mulheres na Universidade Federal do Pará

Esta seção tratará sobre as trajetórias de diferentes gerações de indígenas estudantes da UFPA, no qual, os dados produzidos pelas interlocutoras desta pesquisa se deram em momentos de entrevista em profundidade, e, por meio das reflexões realizadas no programa “Entre Rios e Palavras” do Programa de Pós-Graduação em Letras/PPGL, do Curso de Nheengatu e da oficina de edição de Vídeos, realizados entre 2022 e 2023.

A edição do programa “Entre Rios e Palavras”, analisada nesta pesquisa, trata-se da primeira edição do ano de 2023, realizada no mês de abril, em homenagem ao abril indígena, no qual, o tema apresentado tratou sobre as reflexões acerca do abril indígena e sobre suas experiências como indígenas mulheres em resistência na universidade.

Na ocasião, a professora Vânia dos Santos Neves atuou como mediadora da mesa. Ela é doutora em Linguagens e governamentalidade pela UNESP de Araraquara, e, é doutora em linguística na área de análise do discurso pela Unicamp. É mestra em antropologia e licenciatura em letras pela UFPA. Nos anos 2000, ganhou o prêmio Jabuti na categoria didático, possui experiência na área de linguística, comunicação e antropologia. Atua como pesquisadora em sociedades indígenas, com estudos sobre cidades e experimentações didáticas com as novas Tecnologias da informação. Lidera o grupo de estudos GEDAI. É bolsista de produtividade do CNPQ e docente permanente da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras.

De acordo com Vânia Neves, antes da colonização os rios *Guamá* e *Tucunduba*, já existiam. Ambos os nomes são de origem indígena, no qual, *Tucunduba* é a terra do *Tucum*, ou seja, terra do *Tucumã* e *Guamá* se refere a uma árvore da família das moráceas, o mesmo tem origem no tupi-guarani, uma junção dos termos *guá* (fruto ou semente) e *amá* (redondo). Nesse sentido, a escolha no nome, “Entre Rios e Palavras”, é justamente por conta da localização da UFPA, que está localizada entre dois *rios* com nome de origem indígena, e as *palavras*, por conta do curso de letras, responsável por promover o debate entre as indígenas mulheres.

3.4.1 Márcia Kambeba: O Silêncio como sabedoria milenar

Márcia Kambeba é poeta e escritora, licenciada em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas/UEAM, especialista em Educação Ambiental para o desenvolvimento sustentável, Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas/UFAM, e doutoranda em estudos linguísticos no PPGL/UFPA, é integrante do Grupo de Estudos Mediações Discursos e Sociedades Amazônicas.

Os territórios Kambebas no Pan Amazônia estão localizados principalmente no Peru, e, também, há um grande número situados na Amazônia brasileira. Conforme os dados dos Povos Indígenas no Brasil/PIB, há cinco aldeias no Brasil, no qual quatro estão na região do médio Solimões e uma no baixo rio Negro, especificamente na desembocadura do rio Cuieiras. Nesse sentido, Marcia Kambeba chama atenção para uma questão crucial:

Como é que pensa o Kambeba aqui do Brasil? Como é que pensa o Kambeba do Peru? Se a gente conseguisse saber como pensa com a dor... Mas as nossas pernas, elas não alcançam andar tão longe para chegar lá. Então essas narrativas, elas fortalecem as lutas, essas narrativas são necessárias. Como disse a Potira, tudo vem pelas nossas ancestrais, tudo vem pelas nossas avós, bisavós. E aí é isso é fundamental sentir essa como essas narrativas elas vão criando essa rede de relação (Márcia Kambeba, abril, 2023).

Em relação, a história de seu povo, Marcia Kambeba narra:

Os nossos ancinhos contam que tem uma grande Trovão grande estrondo e uma Grande chuva caiu e de repente do céu no meio daquele daquela tempestade daquela chuva forte veio uma grande gota mas uma gota enorme e dentro dessa gota enorme tinha duas gotas menores era o homem e a mulher ou mágoa Cambeba Então a primeira gota veio caindo caindo encontrou essa malmeira grande árvore árvore mãe árvore de Todas as Mães de todas as árvores estourou a primeira gota a gota maior as duas gotinhas menores vieram balançando caindo caindo E encontraram O Grande Rio E desde o tronco dessa grande árvore emergiu o homem e a mulher também eles nadaram encontraram Terra encontraram a terra e aí eles conseguiram ganhar aquele território e fazer as suas casas daí começaram a ter vários filhos e a população também Eva foi sendo constituída né constituída a partir daí outros povos foram chegando por isso que os cocama falam nós somos primo irmão dos ou mágoa justamente são porque a gente fala e escreve tão igual a mesma pronúncia a mesma grafia é e a mesma língua e o mesmo tronco linguístico que o tronco tupi-guarani da família tupi-guarani então é desse jeito que a nossa que a nossa forma de contar a nossa existência a gente tem como contar nossa existência a gente sabe por isso Omawa significa o povo das águas filho das águas né e Cambeba significa cabeça chata que vende a cangawopeaa porque remodelava o crânio em séculos passados finalzinho do 18 já não se fazia mais isso porque daí já tinha interferência das religiões enfim do dito colonizador (Márcia Kambeba, abril, 2023).

Dessa forma, as narrativas para Márcia Kambeba são fundamentais para a criação de uma rede de relações afetivas, de partilha, de saberes da própria língua materna que os fortalecem, ensinamentos que são passados de geração em geração, seja pelo conhecimento de

suas medicinas indígenas, seja pelo conhecimento de suas artes, da cultura, dos artefatos. Ou seja, são saberes que são repassados pelas narrativas contadas envolvendo os seus entes. Conforme Márcia:

Quem assistiu o filme “Cidade Invisível”, segunda temporada? Eu já estive com Daniel munduruku, tem umas tarefas na assessoria de roteiro, e, como foi luta com a galera do da Netflix, lá do cidade visível dizer não é assim, é uma tinta não tá a ser Matinta, mais ou menos, assim o Curupira, o negócio assim. A pobre da mula sem cabeça, como a gente também luta nesses espaços, porque a escrita, a literatura ela fortalece isso... Ela é importante, porque ela também vai nessa linha tanto da decolonialidade, da desconstrução desses estereótipos, e, também chamando para uma reflexão crítica sobre essa desconstrução de pensar as coisas e querer que seja daquele jeito. Não, você tá falando de Amazônia, tem que ouvir quem vive na Amazônia também, então acho que aí é importante esses corpos presentes, esses indígenas presentes tanto lá na direção do filme, roteiro, como ator, como atriz, e isso, quando eu tava fazendo ali lendo aquele roteiro e dando meu Pitaco, eu via o quanto que a universidade contribuiu para que eu me posicionasse ali, e dissesse: se não for assim eu saio desse roteiro, porque se não for para ser escutado, para quê que eu tô aqui? (Márcia Kambeba, abril, 2023).

No território indígena o silêncio é a sabedoria milenar, conforme Márcia Kambeba (2022) mais do que falar, o conhecimento e aprendizagem, só é possível por meio do silêncio, ou seja, por meio do “ouvir” o que os mais velhos têm a falar. Em suas palavras:

Fui vencido, visto o silêncio, a minha arma para lutar contra o inimigo. Silenciar é preciso para ouvir com coração a voz da natureza, o choro do nosso chão, o canto da mãe d'água que na dança com vento pede que a respeite, pois é fonte de sustento. É preciso silenciar para pensar na solução de frear o homem branco em defesa do nosso lar, fonte de vida e riqueza, para nós, para a nação (Márcia Kambeba, abril, 2023).

Márcia reflete sobre a produção do conhecimento dentro da universidade, para ela, quando iniciou suas pesquisas de mestrado e doutorado, se dedicou à mesma, pois a mesma não iria ficar engavetada na biblioteca da universidade. No entanto, sua pesquisa ganha corpo ao longo dos anos, e, para além da universidade, o produto final chega nas aldeias, pois os resultados fazem a diferença. Assim, Márcia Kambeba narra:

Para a gente qualificar, eu fico pensando, poxa vida mas eu tô escrevendo para a universidade, mas eu tô escrevendo para parente que também que vai ler, então que linguagem eu vou colocar? Uma linguagem que a universidade seja contemplada, mas também que o meu parente, a minha parenta consiga se sentir se ver e compreender aquilo e poder usar daquele projeto, daquela pesquisa para contribuir mais ainda com as futuras gerações. Porque eu tenho certeza que todas elas podem concordar, que a gente pensa na nossa geração sim, mas a gente pensa mais ainda em deixar legado para as futuras gerações. Como que essas crianças que são pequenininhas hoje, como é que elas vão pensar a continuidade dessa caminhada que a gente tá fazendo aqui? Enquanto indígena mulher, acadêmica, pesquisadora, antes a gente não se via na Universidade, à exemplo disso, ainda há povos de parentes que as mulheres sequer dominam a língua portuguesa. Nesse sentido, há uma barreira muito grande para nós que estamos aqui terminando a graduação, mestrado e doutorado (Márcia Kambeba, abril, 2023).

Para Márcia:

Defender as nossas terras é aí entra uma coisa muito importante nós parentes precisamos estar Unidos se a gente segrega se a gente segrega eu tô te olhando assim olha se a gente segrega a gente fica mais vulnerável para esses esses ataques, essas destruições recente agora uma parenta ela foi estuprada gente ela foi dois filho de uma cinquenta estupraram essa parenta (Márcia Kambeba, abril, 2023).

3.4.2 Luana Kumaruara

Luana Kumaruara, é liderança indígena, antropóloga e pesquisadora, integrante da articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos/BIA, é doutoranda em antropologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA da UFPA, atua como assessora para povos indígenas na coordenação antirracista da Prefeitura de Belém do Pará.

Luana conta que sua mãe cursou o ensino superior em uma instituição particular, sem ações afirmativas e com muito sacrifício. Quando Luana conseguiu ser aprovada na Universidade do Oeste do Pará/UFOPA, ela se tornou uma referência dentro de sua família e comunidade, em suas palavras:

Após minha entrada, minhas tidas de 40, 50 anos, também adentraram a universidade e agora estão se transformando em arqueólogas e profissionais na saúde. E estão falando assim: você é um espelho, porque como liderança de base do território, tem que conciliar todos os papéis, de ser estudante, liderança indígena, militante, de ser jovem, pesquisadora e mãe da Iara e do Cauê.

Em sua pesquisa de mestrado, Luana Kumaruara mostra que as indígenas mulheres enfrentam diversos desafios e problemas e conseguem passar por todas essas Barreiras. Assim, sua pesquisa trata sobre a organização política das indígenas mulheres a nível regional e nacional. Em 2016, ocorreu a primeira mesa de indígenas mulheres em um Acampamento Terra Livre/ATL, que ocorre todos os anos no período do abril indígena.

Foi neste ano que as mulheres decidiram que precisava de um ATL de indígenas mulheres, assim, em 2019 foi realizado a primeira marcha das mulheres indígenas, ou seja, em 2023, aconteceu a terceira versão da Marcha das Mulheres Indígenas, onde as indígenas passam uma semana em Brasília discutindo e dialogando sobre os direitos das indígenas mulheres, pois ainda não existe nenhuma lei que ampare as indígenas mulheres nas aldeias, em dentro do território e também no contexto urbano.

Sobre suas experiências na universidade, Luana conta:

Quando a gente vem para Universidade a gente vem para território alheio, sendo que também é nosso território, e, a gente é visto com muita estranheza. Então, tem também

essa dificuldade que a gente tem que ultra aguentar, suportar, que é a discriminação, é o preconceito. Então a gente passa pela discriminação do racismo e o racismo estrutural, o racismo das próprias instituições. Quando negam a nossa existência aqui, pelo fato de se ter sempre o estereótipo do indígena do lugar dele ser na floresta, no mato, mesmo assim a gente vem para cá com as nossas crianças, a gente tem todo esse trabalho, de saber por onde nossas crianças vão estar, por onde vão transitar. Então são muitos desafios e essa cobrança vem maior para as mulheres, principalmente para as mães, pois a gente passa por uma série de violências (Luana Kumaruara, abril de 2023).

Por trabalhar em um órgão do governo, Luana Kumaruara diz que por conta do seu trabalho, tem o desafio de acolher e orientar outras mulheres, para que elas consigam vencer essa barreira que é estar na universidade, para se tornar uma profissional e alcançar seus objetivos e sonhos que não são individuais, mas do povo. Para Luana:

A gente está aqui onde tem uma Cambeba, uma Kumaruara, ou seja, os povos existem, é uma nação. Então a gente tá aqui como uma nação que não foi dizimada na época da colonização, não fomos extintos, mas sofremos pelo etnocídio ainda nos nossos nomes, mas estamos tentando superar todas essas barreiras. Então, as mulheres indígenas vem aqui né com muita garra, com muita força, muita ancestralidade, berimbau que significa guerreiras fortes e valentes para ultrapassar todas essas barreiras e vencê-las (Luana Kumaruara, abril de 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A permanência e resistência dos estudantes indígenas na Universidade Federal do Pará (UFPA) é um tema de grande relevância e complexidade. Através da análise dos trabalhos de Rosani Fernandes (2007), Edimar Antonio Fernandes (2018), Eliene dos Santos Rodrigues (2019) e Virginia Braga Fonseca (2019), é possível traçar um panorama das múltiplas facetas dessa experiência em conjunto com entrevistas realizadas a Elaine Baré e Auriene Arapium, indígenas discentes do curso de ciências sociais e psicologia.

Nesta dissertação, busquei trazer as experiências e produções feitas por indígenas estudantes da UFPA, fazendo um diálogo entre produções acadêmicas e dados produzidos na pesquisa focadas numa primeira instância na temática das dificuldades dos indígenas estudantes da UFPA para permanecer e os processos de resistência e transformação em que eles são protagonistas. Também apresento a APYEUFPA como espaços de acolhimento e resistência. Além disso, propus uma discussão sobre o diálogo de saberes ancestrais com a academia e o panorama nacional com a reforma da lei de cotas.

Eliene dos Santos Rodrigues, também conhecida como Putira Sacuena, e, Virginia Arapaso enfatizam a importância de políticas e práticas educacionais que reconhecem e

valorizam a diversidade e a singularidade das experiências indígenas. Elas também destacam a necessidade de mais pesquisas e discussões sobre como melhor apoiar a permanência e resistência dos estudantes indígenas na UFPA. Dessa forma, esta pesquisa busca contribuir para esse debate, explorando as experiências, desafios e estratégias de resistência dos estudantes indígenas na UFPA.

Rosani de Fatima Fernandes (2007) se apresenta em seu texto: “Pós-Graduação em Direitos Humanos: relato de uma experiência”, como uma pessoa que nasceu na aldeia Chimbangue no ano de 1975, ela narra o conflito que seu pai enfrentou quando trabalhava para os agricultores que ocuparam seu território indígena, situação que durou até o ano 1986, quando por meio do governo os agricultores foram indenizados e “as terras devolvidas aos legítimos donos, os Kaingang” (Fernandes, 2007, p. 150).

Dessa forma, Rosani Fernandes (2007) descreve as dificuldades enfrentadas como indígena discentes na UFPA, entre elas aparece a adaptação a um novo estilo de vida, a distância da família e da comunidade, a busca por um lugar adequado para morar e a mudança da rotina. Ou seja, além das dificuldades comuns enfrentadas por todos os estudantes, as e os indígenas estudantes também enfrentam desafios adicionais relacionados à sua identidade cultural e ao preconceito, o qual se entrelaçam intimamente com suas histórias de vida. Concomitante a isso, Eliene²⁸ dos Santos Rodrigues (2019) apresenta as marcas do colonialismo e do racismo, em seu artigo: “Indígena e o desafio diferenciado”:

Durante a minha juventude, percebi que ser “índio” para alguns era uma ofensa, gerava medo e, a vergonha era silenciada pelas regras colonizadoras deixadas no Rio Negro. Não falar que era indígena era algo importante, pois ninguém ia te chamar de burro, preguiçoso ou vagabundo. Ninguém nas escolas falava sobre as nossas culturas, geralmente, elas eram chamadas de lendas e mitos, mesmo que a maioria dos professores fosse constituída por indígenas. As freiras eram as diretoras e pedagogas, no município de São Gabriel se conseguiu inserir o Nheengatu na grade curricular do Colégio Salesiano, enquanto em Santa Isabel do Rio Negro não se conseguiu, assim sendo se lidava com o português (Rodrigues, 2019, p. 411).

Além disso, o trabalho de Virginia Fonseca (2019) sobre sua trajetória enquanto discente do povo Arapaso, oferece uma visão íntima e pessoal da resistência indígena na universidade. A experiência de morar em outra cidade e sua aprovação no processo seletivo, exigiu uma adaptação a um novo estilo de vida em Belém, além dos problemas financeiros, estar longe de sua família e comunidade, segundo sua narrativa, foi o que trouxe outros tipos de dificuldades, as emocionais. No primeiro ano em Belém, a rede de apoio recebida por meio de acolhida na casa de Putira Sacuena, foi o que minimizou os impactos dessa mudança no

²⁸ Putira Sacuena

primeiro momento. Auriene Arapium indígena da aldeia São Pedro do Muruci, do Município de Santarém, da Região do Baixo Tapajós, discente do curso de psicologia, reafirma a situação de que a mudança para outra cidade afeta sua vida e de seus familiares.

Acho que é muito difícil ser uma boa estudante, sem uma boa qualidade de vida, sabe? Então tem muita coisa que impacta, muitos desafio a gente que vem com a família toda, se muda para poder estudar. Na aldeia a gente tem as escolas ao redor da nossa casa, aqui a gente precisa pegar ônibus pra universidade, ônibus pra ir pra pra levar nossos filhos na escola e ir pra outros lugares. É uma das coisas mais desafiadoras o indígena sair do seu território para estudar, sabe? Em outra cidade (Auriene Arapium, janeiro 2023).

A história de Virginia Arapaso e Auriene Arapium ilustra a luta contínua dos povos indígenas para manter sua identidade cultural e direitos dentro do sistema educacional. Elaine Baré complementa que a história de cada povo deve ser diferenciada e que a universidade ainda tem um caminho longo de aprendizado, para realmente incluir cada especificidade dos indígenas estudantes para se tornar de fato um território de acolhimento.

Então tem esse outro olhar de mais, é diversidade, de olhar pra cada povo como um diferente, não iguais. Somos indígenas, somos, mas cada um tem uma maneira diferente de ver tudo aquilo que rodeia, tudo aquilo que sente. Então, os povos indígenas, eles trazem isso e a gente leva isso pra dentro da universidade também. Então a universidade, ela ainda precisa mudar, o acolhimento dos indígenas estudantes dentro da universidade, tem que ter uma visão bem aberta, para dizer “olha, não estou me sentindo bem, talvez eu preciso de reza do meu pajé, então eu tenho que acreditar nisso, eu não estou bem com o corpo fechado para enfrentar isso. Às vezes nas nossas comunidades, quando a gente entra na universidade, a gente não tem isso porque fica parecendo que tudo que a gente fala, às vezes eles não acreditam e que pra nós a gente leva ao pé da letra aqui. Tudo que a gente cresce e sabe da nossa vivência acontece e quando a gente chega dentro da universidade, parece que eles não se importam com o que a gente fala, com o que a gente sente... Então, parece que a gente vai deixando de lado também, então, essa questão de ter um olhar acolhedor, de ter uma visão mais ampla de diversidade para nós, indígenas, é o que ainda falta para dentro da universidade. Bem que a gente já vem construindo aos poucos, mudando, mas ainda falta mudar mais (Elaine Baré, janeiro 2023)

As políticas afirmativas, sob o olhar dos protagonistas de Edimar Fernandes, é um texto que me ajudou a entender como funciona o apoio aos indígenas estudantes em sua jornada acadêmica, destacando a necessidade de abordagens mais inclusivas e culturalmente sensíveis na educação superior. Fernandes contextualiza cuidadosamente suas descobertas dentro do quadro mais amplo das políticas públicas, discutindo as implicações sociais, políticas e culturais das políticas afirmativas. Ele examina criticamente o papel dessas políticas na promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades, bem como suas limitações e desafios em termos de implementação e eficácia. Em palavras de Edimar sua pesquisa amostra

O que venho defendendo é que o protagonismo indígena se manifesta de múltiplas formas e não pode ser entendido como um movimento único em torno de demandas comuns a todos os povos, é necessário compreender as diferenças que existem entre os povos indígenas e as possibilidades de mobilizações, alianças e articulações, não apenas, diante do contato interétnico, mas presente também no contexto dos contatos intraétnicos, caso contrário, povos em situação de isolamento voluntário não seriam protagonistas da própria condição, de coletivamente e conscientemente permanecerem isolados (Fernandes, 2019, pg 51).

A presença de indígenas estudantes na universidade não ocorre em um vácuo, mas está inserida em um contexto histórico marcado pela marginalização e pela violência contra os povos indígenas. Reflexo disso são as condições frágeis que as e os indígenas discentes enfrentam em sua formação inicial, até o acesso à universidade, dessa forma, para Auriene Arapium: “

Para quem chega na universidade já é um choque, é uma realidade assim, meio que pesada, é difícil nos primeiros momentos de contato. Então para indígenas que vêm de território como a educação básica, muito fragilizada, infelizmente ainda é muito ruim principalmente em relação à saúde mental (Auriene Arapium, janeiro 2023).

A partir das experiências compartilhadas por Antônio, Virginia, Elaine, Putira, Luana, Márcia, Manoela, Juliano, Scolny, Auriene, sobre suas experiências na universidade, como as dificuldades enfrentadas em um ambiente universitário muitas vezes hostil e pouco inclusivo, podemos compreender melhor as formas como o racismo estrutural permeia as instituições de ensino superior. Os relatos de discriminação, racismo e violência simbólica evidenciam a necessidade urgente de uma reflexão e ação coletiva para combater essas injustiças.

Mas aí quando tu entra na universidade, dentro da sala de aula, tu vai enfrentar outros maiores, que já vem o racismo, a questão de ter um estudo com as cargas mais pesadas, começar a fazer os trabalhos, escrever, ler bastante, a gente às vezes não é acostumado a ler. Então isso nos gera muitos transtornos na questão mental, porque tu entra dentro da universidade, tu vai ter que ler, ler muito e não ter como relaxar... tu vai ler trancada em um quarto onde tu mora e estudar, e, não tem aquela outra parte de um relaxamento, de se desestressar, porque tu não tem, às vezes condições pra ir, ou às vezes tu não tem ninguém da família por perto. Às vezes a gente pode até passar por racismo, mas a gente não sabe, mas fica uma coisa doída na gente, mas a gente não sabe expressar o que é esse sentimento que tem dentro da gente. Então, o desafio são vários pro indígena estudante, talvez pro não indígena que já cresceu naquele local, que já sabe como se adaptar, já sabe como resolver os problemas, se torna mais fácil e para nós, eles, ele triplica, ele se torna muito, muito mais difícil do que nós imaginávamos, porque a gente tem que enfrentar uma questão burocrática de documentação e a gente não sabe nem por onde se inicia, para onde vai (Elaine Baré, janeiro 2023).

Nesse contexto que APYEUFPA se torna fundamental no ingresso e permanência dos indígenas estudantes, como apresenta Elaine Bare, Antonio Piratapuaie e Ignacio San Martin

(2022), dentro das funções da APYEUFPA, está a articulação política, a facilitação de processos de bolsas de estudo e ajuda de emergência, a rede de apoio através de um espaço de estudo e encaminhamento para outros projetos e programas de apoio destinados à população indígena. Auriene Arapium fala sobre como a APYEUFPA funciona como um espaço de acolhimento tornando-se uma peça central em sua experiência como universitária, argumentando que se a associação não existisse, ela não poderia permanecer na universidade.

Em relação à associação, costumo dizer que é o espaço de acolhimento. A gente chega na universidade muito sem rumo, muito sem norte. É quando a gente chega, a gente tem uma associação para nos apoiar, para nos amparar, para nos orientar. Então ela é um local de muita troca também para ouvir e falar. É se conhecer, se acolher mesmo, entender a situação do outro. Não vai ajudando o outro em diversas situações e associação em si, ela é o norte para a gente. Eu acho que para todo mundo que chega na UFPA ela continua sendo assim, essa referência para gente na universidade. No momento, se não tivesse a associação, acho que muitas coisas teríamos perdido. Acho que muitas vezes teria desistido, sabe? Porque é a nossa principal referência nas lutas também, estudantis, então a gente luta pelo espaço também. Os encontros que a gente conseguiu construir, principalmente referente às mulheres indígenas, eu acho assim que foi um salto muito grande, que a gente conseguiu dar para a gente. Se ouvir, se acolher, enxergar, ver que as nossas dores também são muito parecidas. Cada um na sua subjetividade. em diferentes graus, mas, assim, muita coisa em comum, acho que essas atividades, música coletiva, reuniões, deliberações. Eu acho que são atividades assim, muito massa, que é a APYE, faz, eu acho que APYE representa muito também nos defende, né, junto com seus diretores, com seus monitores. Conhecer esse trabalho da monitoria da diretoria e da própria assessoria é muito importante, para a gente estar na luta pela permanência de qualidade e para que a gente se forme, saia da universidade com diploma (Auriene Arapium, janeiro 2023).

Essas experiências não apenas evidenciam as barreiras enfrentadas pelos e pelas indígenas no acesso à educação superior, mas também destacam a necessidade de uma educação que seja sensível às diferentes culturas e que promova o respeito e inclusão de saberes pela diversidade. Entorno a pergunta como percebe o diálogo entre os saberes tradicionais indígenas e o conhecimento acadêmico formal, Elaine responde:

Os dois tipos de saberes tem que andar junto, porque a gente não entra só pra dizer que é o nosso que está certo, a gente entra pra somar, pra gente saber que a gente pode curar algo junto, eu tenho essa visão de usar o nossos métodos tradicionais e também utilizar os métodos tradicionais de não-indígenas. Então esses dois saberes geram muito conhecimento para nossa vida acadêmica, talvez eles geram várias descobertas, com vários outros tipos de cura que podem mudar a sociedade, que pode ajudar várias outras pessoas. Então, os saberes tradicionais, indígenas e os conhecimentos acadêmicos formal, eles têm que andar juntos, nenhum pode ser superior, os dois têm que ser iguais. Aqui em casa, a minha mãe, a gente consegue igualizar esses dois saberes tradicionais, tanto os nossos saberes tradicionais indígenas, tanto os conhecimentos de não-indígena, por exemplo, a minha irmã, é técnica em enfermagem. Então quando ela vai para o hospital trabalhar, tirar o seu plantão, ela já consegue lidar com isso, saber o que é medicação de não-indígena, e às vezes, perceber que aquele paciente não precisa daquele tipo de medicamento e o orienta: *Não, faz esse chá, ou vai no benzedor, num pajé, que vai ser melhor pra você se curar porque talvez aqui não seja a casa de hospital ou de remédio hospitalar.* Então, a gente já consegue lidar com isso, é isso que a gente quer, não se entupir de remédio, não se drogar, com os remédios da farmácia (Elaine Baré, janeiro 2023).

Ao analisar essas experiências, podemos perceber que a luta dos estudantes indígenas vai além da mera busca por diplomas ou qualificações profissionais, eles e elas estão engajadas em uma jornada de autoafirmação, de resgate de suas identidades e de transformação social.

Então essa contribuição que a gente tem, que a gente carrega com a gente, é que vai desconstruindo uma universidade de não indígenas que acreditam em uma coisa. Então, só de a gente entrar dentro de uma universidade, a gente já consegue mudar muita coisa de dentro dela e principalmente o território. Só nossa presença, nossa maneira de a gente se vestir, da maneira de a gente falar, da maneira de a gente ver de uma outra forma. Então já muda toda a questão do território (Auriene Arapium, janeiro 2023).

Diante dos desafios, a presença e atuação dos e das indígenas estudantes na UFPA têm um impacto significativo não apenas dentro da universidade, mas também na sociedade em geral. Pois, estão desafiando as estruturas de poder estabelecidas, questionando os padrões dominantes de conhecimento e promovendo que a universidade se torne um território indígena.

Para Elaine Baré:

Eu acho que a presença de nós, representando um simbólico, um território indígena, dentro da universidade, é através das nossas participações e ocupações, em cursos, onde não havia indígenas estudantes dentro daquela área. é uma maneira da gente ocupar esses espaços acadêmicos, porque quando a gente entra em um curso, em uma sala de aula e fala que a gente é indígena, tudo vai mudar naquele espaço... as pessoas ao redor mudam, os professores mudam e toda a discussão de conteúdo também muda, porque tu vai estar lá, tu vai estar representando o teu povo, representando uma sociedade que vive (Elaine Baré, janeiro 2023).

A luta das e dos indígenas estudantes na UFPA é um exemplo de resiliência, de luta por justiça e de busca por uma educação que seja verdadeiramente inclusiva e transformadora. Ao reconhecer e valorizar suas experiências e contribuições, estamos dando um passo importante em direção a uma sociedade mais igualitária, respeitosa e plural, entendendo que o

país escolhido para desenvolver esta pesquisa. Brasil, está dando passos importantes como atualização da Lei de Cotas²⁹, a qual tem sido uma medida crucial para promover a inclusão e a equidade no acesso ao ensino superior.

Com as mudanças introduzidas em 2023, essa legislação passou por uma atualização, visando aprimorar ainda mais suas diretrizes e ampliar seu alcance. Uma das mudanças, diz respeito ao mecanismo de ingresso, que agora prioriza a avaliação das notas pela ampla concorrência antes de aplicar as reservas de vagas para cotas, garantindo uma seleção mais justa e transparente. Além disso, a redução da renda familiar máxima exigida para participação nas vagas reservadas torna o acesso à educação superior mais acessível para uma parcela maior da população de baixa renda. A inclusão dos estudantes quilombolas como beneficiários das cotas representa um reconhecimento importante da diversidade étnica e cultural do país.

Outra novidade é a previsão de políticas de inclusão na pós-graduação para diversos grupos minoritários, o que visa a promover a diversidade e a representatividade em níveis mais avançados de ensino e pesquisa. O monitoramento e avaliação regular da lei garantem sua eficácia contínua e possibilitam ajustes necessários ao longo do tempo. Essas mudanças serão aplicadas já na próxima edição do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), refletindo um compromisso renovado com a promoção da igualdade de oportunidades no ensino superior brasileiro.

Para concluir, no decorrer da pesquisa desta dissertação, notei que as ações afirmativas e programas referentes ao acesso, acolhimento e permanência de indígenas discentes na UFPA, existem graças à luta dos e das indígenas discentes, que atuam, a partir da APYEUFPA. Entre as gestões existentes na associação, 80% das cadeiras da presidência foram ocupadas por indígenas mulheres, entre elas: Putira Sacuena, Virginia Arapaso e Josilene Galibi-Marworno, além, de outras indígenas que atuam em outras cadeiras, como Elaine Baré e Auriene Arapium, que colaboram com o desenvolvimento desta pesquisa.

Embora, nota-se que a universidade e alguns professores e professoras tenham agido por aliadas na luta com os e as indígenas estudantes, que em sua maioria precisam se deslocar de suas comunidades para o estado do Pará, ainda é recente os programas que tem por objetivo promover o acolhimento de indígenas estudantes. Como narrado por Putira Sacuena, a APYEUFPA, promoveu em 2011 a primeira semana dos calouros para os povos indígenas, como uma forma de reunir os e as novas indígenas estudantes da UFPA. Depois de muitas lutas e negociações, alguns direitos foram conquistados, como: o acesso ao RU de forma gratuita, o

²⁹ Disponível em: [Lei de Cotas — Ministério da Educação \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Acessado em Dezembro 2023

auxílio emergencial, permanência e/ou moradia, participação na construção do edital do PSE, através dos seminários.

No entanto, nas falas de indígenas estudantes da UFPA, o número de vagas ofertados para o acesso a essas bolsas, que garantem a permanência estudantil, ainda é pouca para a quantidade de indígenas discentes, sem contar que existe uma série de documentações que precisam ser anexadas no ato de inscrição para concorrer ao auxílio, em muitos relatos, nem sempre a inscrição é deferida, quer dizer, embora a universidade garanta uma quantidade de vagas para os auxílios, ela não garante a inscrição de indígenas estudantes, que nem sempre sabe lidar com a quantidade de burocracias atribuídas a isso. Outra questão, é o racismo institucional que indígenas discentes enfrentam na UFPA.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotos e palavras, do campo aos livros**. Studium, n. 12, p. 5-16, 2003.

ACHUTTI, Luiz. **Entrevista com professor Alexandre**. 2015 Disponível em: http://grupovisagem.org/revista/edicao_v1_n1/entrevista/luiz_eduardo_robinson_achutti.html. Acesso em: agosto 2022.

AMORAS, Maria; DA COSTA, Solange Maria Gayoso; DA SILVA, Derick Luan Ferro. Educação superior e a permanência de estudantes indígenas e quilombolas na UFPA. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas| Interethnica**, v. 23, n. 1, p. 38-71, 2022.

ARIAS, Patricio Guerrero. **Por uma antropologia comprometida com la vida**”. In: **CORAZONAR. Uma antropologia comprometida com la vida**. Quito, Ecuador: Abya Yala, Universidad Politécnica Salesiana. 2010.

BANIWA, Gersem Luciano. Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo. **Tellus**, p. 127-146, 2007.

BELTRÃO, Jane Felipe et al. Resposta à diversidade: políticas afirmativas para povos tradicionais, a experiência da Universidade Federal do Pará. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 10-38, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/21822/14464>. Acesso em: 11 out 2022.

BERGAMASCHI, Homero; MATZENAUER, Ronaldo. O milho e o clima. **Porto Alegre: Emater/RS-Ascar**, v. 84, p. 85, 2014.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. As Assembléias Indígenas - O advento do movimento Indígena no Brasil. **OP SIS**, Catal.,o, v. 10, n. 1, p. 91-114, jan-jun, 2010.

BITTENCOURT, Luciana Aguiar. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. **Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papyrus**, p. 197-212, 1998.

BLAZQUEZ GRAF, Norma. **El retorno de las brujas. Incorporación, aportaciones y críticas de las mujeres a la ciencia.** Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, UNAM, 2008.

BRAGA, Gabriel Silva e CARDOSO, Denise. **Políticas públicas de ações afirmativas: desafios enfrentados por indígenas discentes na graduação da Universidade Federal do Pará.** 2022.

BRAGA, Gabriel Silva; NETO, Antônio José Marinho Aguiar; CARDOSO, Denise Machado. Indígenas Intelectuais e a Pós-Graduação: Um Desafio Para as Universidades Brasileiras. **Revista Zabelê-Discentes PPGANT/UFPI**, v. 3, n. 1, p. 95-112, 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: [10 de Dezembro 2023]

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Departamento de Atenção à Saúde Indígena. **Atenção psicossocial aos povos indígenas : tecendo redes para promoção do bem viver** . Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Saúde Indígena, Departamento de Atenção à Saúde Indígena. – Brasília: Ministério da Saúde : 2019.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.903, de 1 de junho de 2023. Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157888>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

CAJÁ, Marcos Terena. **Povos indígenas em busca de autonomia.** São Paulo: Editora UNESP, 2018.

CARDOSO, Denise Machado; OLIVEIRA, Andreici Marcela Araújo de. “Desafios no Ingresso e Permanência de Indígenas na Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA): 10 Anos de uma Política de Ação Afirmativa”. In: 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, Anais Eletrônicos [...]. n. 20, 2021, Belém. Disponível em: . Acesso em: 13 dez. 2021.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo, Pioneira. 1976

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**, v. 8, p. 113-148, 2002.

COHN, Clarice. Os processos próprios de ensino e aprendizagem e a escola indígena. **Cadernos de Educação Escolar Indígena**, v. 3, n. 1, p. 94-111, 2004.

COHN, Clarice. **Relações de diferença no Brasil Central: os Mebengokré e seus outros.** 2005. Tese de Doutorado. SBD-FFLCH-USP.

COSTA, Guilherme Luiz Pereira e COSTA, Ana Maria Morais. **Movimento Indígena no Brasil: Militância, Educação e o caminho para a preservação cultural.** V Congresso Nacional de Educação. 2018. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA5_ID1216_10092018101659.pdf. Acesso em: 09 de outubro de 2022.

DE FÁTIMA FERNANDES, Rosani. Pós-Graduação em Direitos Humanos: relato de uma experiência. *Tellus*, p. 149-154, 2007.

DE MUGABURU, Josephe; DE MUGABURU, Francisco. **Diário de Lima (1640-1694): Tomo II. Crónica de la época colonial**. Imp. C. Vásquez L., 1935.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura; TAVARES, Manuel. Em torno de um novo paradigma sócio-epistemológico. Manuel Tavares conversa com Boaventura de Sousa Santos. **Revista Lusófona de Educação**, v. 10, n. 10, 2007.

DESCOLA, Philippe. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. **Mana**, v. 4, p. 23-45, 1998.

DO RIO CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.

DOS SANTOS RODRIGUES, Eliene. Indígena e o desafio diferenciado. *Tellus*, p. 407-415, 2019.

DOS SANTOS, Reinaldo; GODOI, Eliamar. **Pesquisas em Educação, Inclusão e Diversidade**. Paco e Littera, 2023.

ELOY AMADO, Luiz Henrique e BROSTOLIN, Marta Regina. **Educação Superior Indígena: desafios e perspectivas a partir da experiência dos acadêmicos indígenas da UCDB**. Anais do IV Seminário Povos indígenas e sustentabilidade: saberes tradicionais e formação acadêmica, Campo Grande, 2011.

ELOY AMADO, Luiz Henrique. **Para além da Universidade: experiências e intelectualidades indígenas no Brasil**. *IdeAs*, 16 | 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ideas/9442>. Acesso em: 05 de outubro de 2022.

FERNANDES, Edimar Antônio. **Políticas afirmativas para povos indígenas—sob o olhar dos protagonistas**. 2018. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém.

FIGUEIREDO, João Pinto. **Direitos indígenas no Brasil: história, lutas e perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

FONSECA, Virgínia Braga et al. Políticas educacionais e a adaptação de estudantes indígenas ao Ensino Remoto de Emergência:: um estudo no ensino superior. **REVISTA ENIAC PESQUISA**, v. 12, n. 2, p. 313-333, 2023.

FONSECA, Virgínia Braga. Trajetória de Uremirĩ Arapasso: movimento indígena e resistência na Universidade. *Tellus*, p. 315-324, 2019.

GAMA, Fabiene. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. *Anuário Antropológico*, v. 45, n. 2, p. 188-208, 2020.

GARRIGUES, Emmanuel. L'écriture photographique: essai de sociologie visuelle. **L'écriture photographique**, p. 1-240, 2000.

GRILLO, Oscar . “**Etnografía multisituada, etnografía digital: reflexiones acerca de la extensión del campo y la reflexividad**”, *Etnografías Contemporáneas*, año 5, N° 9, pp. 73-93, 2019.

GRILLO, Oscar. Etnografía multisituada, etnografía digital: reflexiones acerca de la extensión del campo y la reflexividad. **Etnografías contemporáneas**, v. 5, n. 9, 2019.

GUBER, Rosana. **La etnografía. Método, campo y reflexividad**. Colombia: Grupo Editorial Norma, 2001.

HALL, Stuart. **Cuestiones de identidad cultural**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2003.

HENRIQUES, Cibele. Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. **O Social em questão**, v. 20, n. 37, p. 153-171, 2017.

HINE, C. *Ethnography for the internet: embedded, embodied and everyday*. Londres: Bloomsbury Academic, 2015. Disponível em: <<https://www.bloomsbury.com/uk/ethnography-for-the-internet-9780857855701/>>. Acesso em: 08 julho. 2023.

INGOLD, T. . **Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description**. Routledge, 2011.

INGOLD, T. **The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill**. Routledge, 2000.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Editora Vozes Limitada, 2015.

JELIN, Elizabeth. Historia y memoria social. **Los trabajos de la memoria**, p. 63-78, 2002.

KOPENAWA, Davi. “Falar aos brancos” (cap. 17), in: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Editora Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. “**Não se come dinheiro**” ; “**A vida não é útil**”. In: *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Krenak, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo (2ª ed.)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, Bruno. “Sobre a instabilidade (da noção) de natureza”. In: **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no antropoceno**. São Paulo: UBU Editora, 2020.

LISBÔA, Flávia Marinho; NEVES, Ivânia dos Santos. Sobre alunos indígenas na universidade: dispositivos e produção de subjetividades. **Educação & Sociedade**, v. 40, 2019.

MARCUS, George E. Etnografía Multisituada. Reacciones y potencialidades de un Ethos del método antropológico durante las primeras décadas de 2000. **Etnografías Contemporáneas**, v. 4, n. 7, 2018.

MONTEIRO, Valdênia Brito. Mulher indígena: resistência em tempo de retrocesso de direitos. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 243, p. 104-119, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/4226/1/ArtigoLaraFinal%20%281%29.pdf>.

Acesso em: 15 de novembro de 2023.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

NEVES, Clarissa Baeta; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele. **Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira**. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 124-157, jan.-jun. 2007.

PERNASETTI, Cecilia. Acciones de memoria y memoria colectiva. **Reflexiones sobre memoria**, 2009.

PERREN, Joaquín. **Enfoque biográfico: aproximaciones teóricas, herramientas metodológicas y potencialidad en los estudios regionales**. *Revista Argentina de Humanidades y Ciencias Sociales*, Buenos Aires, vol 10, n.2. 2012. Disponível em: http://www.sai.com.ar/metodologia/rahycs/rahycs_v10_n1_04.html

POLLAK, Michael et al. Memoria, olvido, silencio. **La producción social de identidades frente a situaciones límite**. La Plata: Ediciones Al Margen, 2006.

POSEY, Darrell Addison. **Interpretando e utilizando a “realidade” dos conceitos indígenas: o que é preciso aprender dos nativos**. *Espaços e recursos naturais de uso comum*, p. 279-294, 2001.

POTIGUARA, Eliane. **Mulheres indígenas: vozes que ecoam na resistência**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2019.

PROPLAN, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - 2016/2025**. Disponível em: <https://proplan.ufpa.br/images/conteudo/documentos/PDI-2016-2025.pdf>. Acesso em 13 de setembro de 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In. SANTOS, Boaventura de Sousa e MENEZES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**, p. 73-118, 2009.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Americanity as a Concept; or, the Americas in the Modern World-System**. 1992.

RIBEIRO, José da Silva. Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação. *Revista de Antropologia*, v. 48, p. 613-648, 2005.

ROSA, Luís Carlos Dalla. Bem viver e terra sem males: a cosmologia dos povos indígenas como uma epistemologia educativa de decolonialidade. *Educação*, v. 42, n. 2, p. 298-307, 2019.

SALAZAR, Gabriel. El «reventón social» en Chile: una mirada histórica. **Nueva Sociedad**, 2019.

SAMAIN, Etienne. Ver” e “dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. *Horizontes antropológicos*, v. 1, n. 2, p. 23-60, 1995.

SHAH, Alpa et al. Etnografia? Observação participante, uma práxis potencialmente revolucionária. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 12, n. 1, p. 373-392, 2020.

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia (Paper 196). *Papers do NAEA*, v. 15, n. 1, 2006.

SIMONIAN, Ligia TL. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. **Imagem e pesquisa na Amazônia: ferramentas de compreensão da realidade**, p. 15-52, 2007.

SIQUEIRA, P., & FAVRET-SAADA, J. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, 13(13), 155-161, 2005.

SOARES, Ana Manoela Primo dos Santos Soares. **As perguntas das Antropólogas: Percepções sobre a demarcação do Território da escrita e o costurar dos conhecimentos**. 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano**. Bertrand Brasil, 2003.

SVARTMAN, Bernardo Parodi; SILVA, Luís Guilherme Galeão. Comunidade e resistência à Humilhação Social: reflexões sobre a pesquisa participante em psicologia comunitária contemporânea. **Revista Colombiana de Psicología**, v. 25, n. 2, p. 8, 2016.

VASCO, Luis Guillermo. Así es mi método en etnografía. **Tabula rasa**, n. 6, p. 19-52, 2007.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Corrêa. **O barro, o jenipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria xacriabá: reativação da memória por uma educação uterritorializada**. Dissertação de Mestrado. UNB: Brasília, 2018.

YOUNG, Michael W.; MALINOWSKI, Bronislaw. **Malinowski's Kiriwina: fieldwork photography 1915-1918**. University of Chicago Press, 1998.

ANEXO I
ROTEIRO DE ENTREVISTA PODCAST

1. Gostaria que vocês se apresentassem, falassem idade, se tem filhos, estado civil.
2. Quais são as expectativas de sua família ao ver você partir e ver você partir para estudar em Belém?
3. Como vocês sentem que a universidade dialoga com seus territórios?
4. Como os territórios olham para as universidades?
5. Me contem um pouco sobre sua trajetória na universidade. Faça um resumo sobre as principais vivências que marcaram seus caminhos na universidade.
6. Quais são as principais dificuldades de viver na cidade de Belém?
7. Além da APYEUFPA, tem outro organismo funcionando que ajudam/acompanham vocês? Como esses projetos se vinculam com a associação?

ANEXO II

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Identificação

Nome: _____ Idade: _____

Terra indígena à qual pertence: _____ Município/Estado: _____

Etnia: _____ Estado civil: _____ Tem filhos? () sim () não Quantos?

Bairro e cidade de residência atualmente: _____

2. Trajetória com a família e a aldeia:

1. Como sua família o/a compreende como “profissional indígena” e quais expectativas possui em relação à sua formação?
2. O que a aldeia à qual está vinculado/a compreende por “profissional indígena” e quais expectativas possui? Isso ajuda o diálogo com as pessoas de sua aldeia?
3. Quais as dificuldades vivenciadas durante sua permanência na universidade? Em algum momento pensou em desistir e por que não o fez?
4. Quais os principais desafios de morar na cidade de Belém e estudar na UFPA?
5. Quais são/foram as motivações e os incentivos da família e/ou da comunidade indígena para sua permanência na universidade e no curso escolhido e quais se destacaram? Recebia alguma contribuição material ou financeira da família e/ou da aldeia?
6. Durante a sua formação acadêmica, você avalia que conseguiu manter, simultaneamente, vínculos de pertencimento com a sua aldeia indígena e com a comunidade universitária? Em que isto contribuiu para sua permanência (e conclusão) no curso e na universidade?
7. Como foi sua entrada na universidade?
8. Quais ações você considera como estratégias para a permanência na universidade?
9. Na sua avaliação, como e em que sua formação acadêmica contribui para melhorar a qualidade de vida nas terras indígenas e na sua aldeia?
10. Relate um pouco de sua trajetória pessoal, a partir do ingresso à universidade até os dias atuais como profissional indígena (relatando dificuldades e superação). Quais seus planos como indígena formado?
11. Qual a temática de pesquisa que está desenvolvendo?

